

Instituto de Engenharia do Paraná

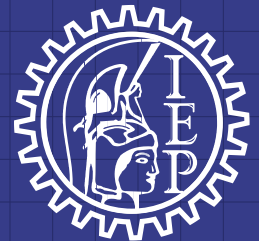
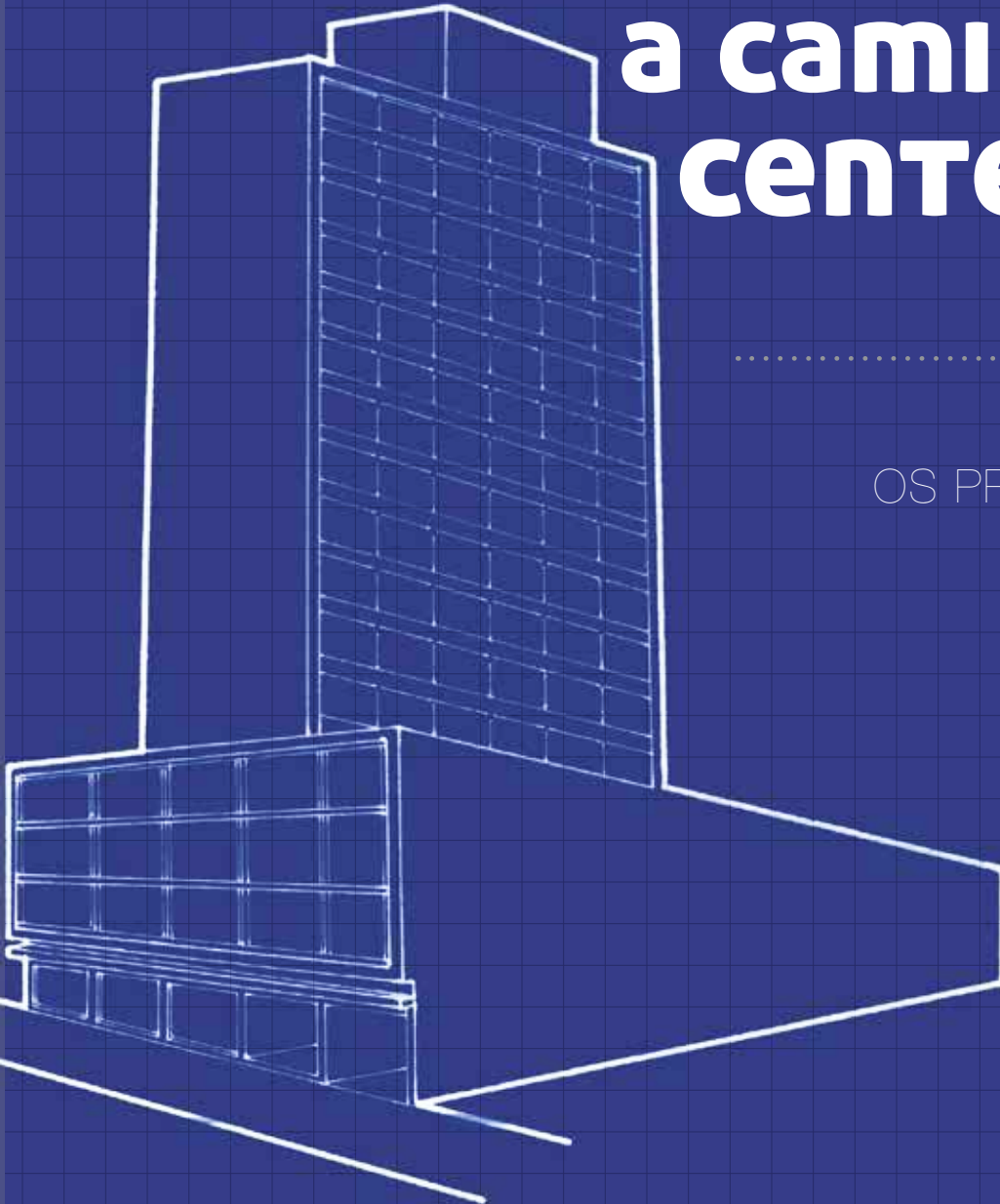
# Um PIONEIRO a CAMINHO DO CENTENÁRIO

JÚLIO ZARUCH

---

**Volume 1**

OS PRIMEIROS 50 ANOS



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

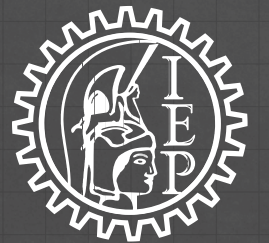
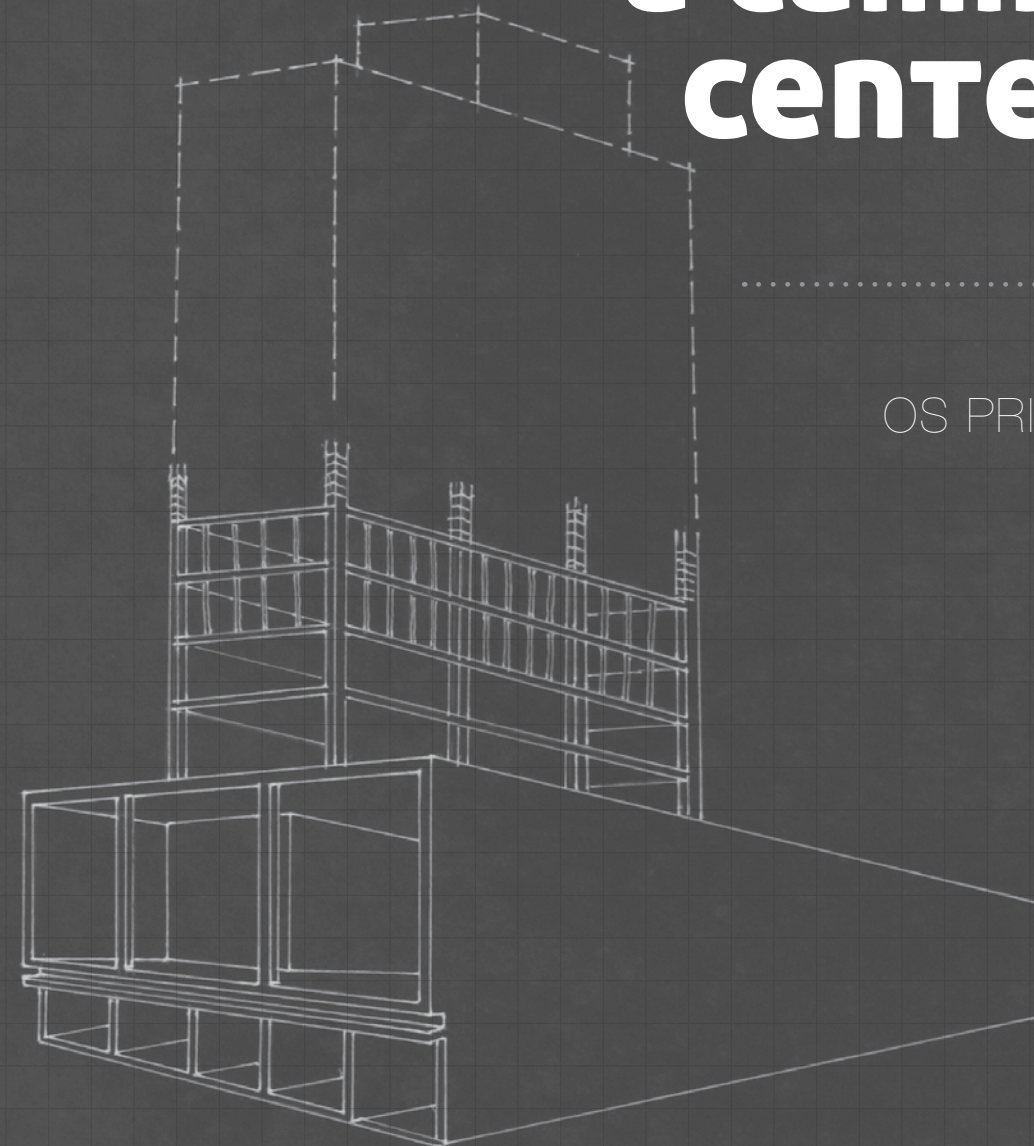
Instituto de Engenharia do Paraná

# Um PIONEIRO a CAMINHO DO CENTENÁRIO

JÚLIO ZARUCH

**Volume 1**

OS PRIMEIROS 50 ANOS



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ



# Sumário

INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ  
Um pioneiro a caminho do centenário  
Curitiba, março de 2013

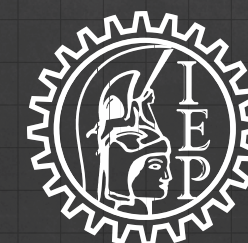
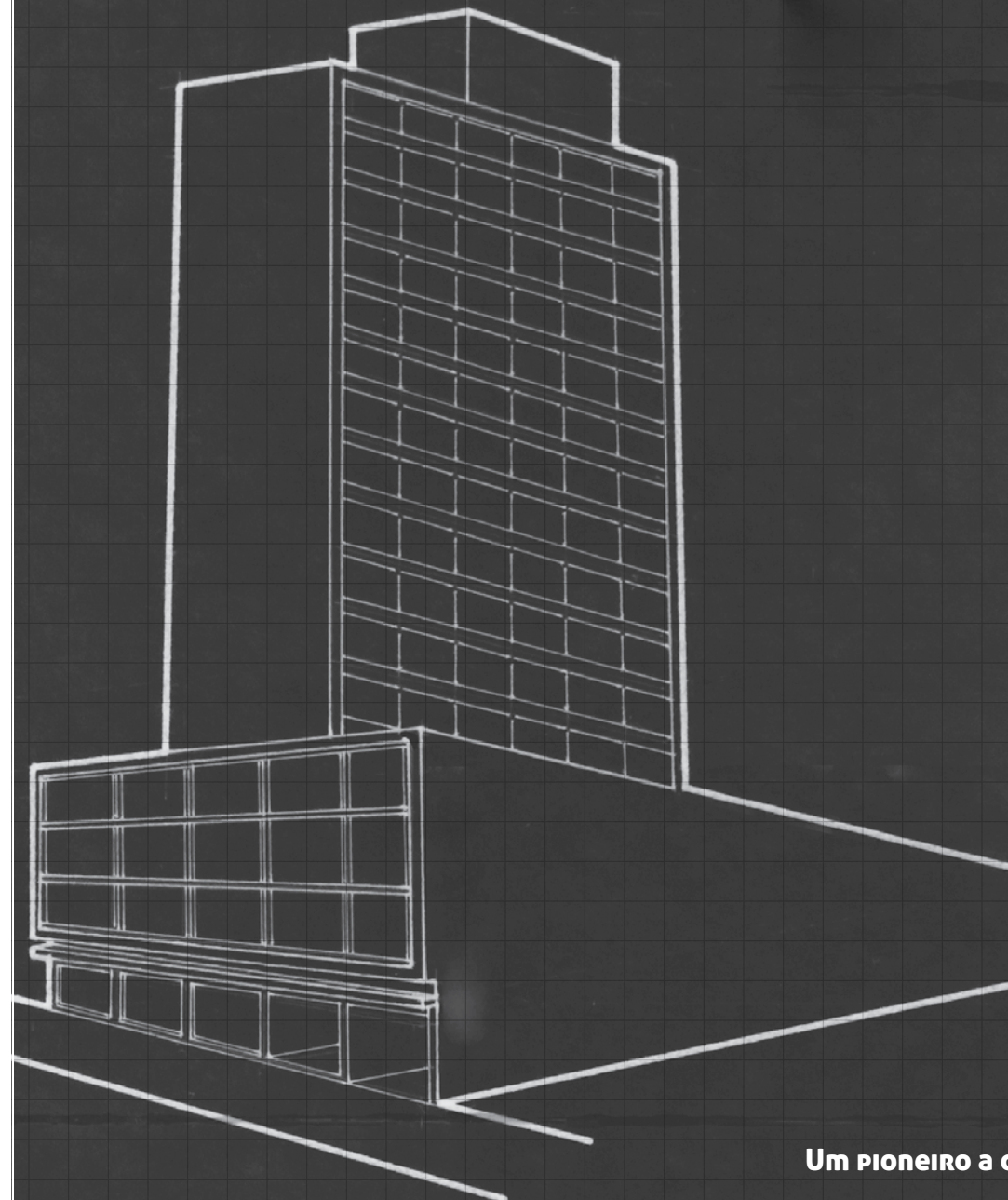
PESQUISA E TEXTO  
Júlio Zaruch

ARTE DA CAPA  
Marcelo Araújo Brandão

PROJETO GRÁFICO  
Karol Freitas

FOTOS  
Acervo do IEP  
Acervo da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba (foto pg. 25)  
Site da UFPR (foto pg. 21)

REPRODUÇÃO DAS FOTOS DOS PRESIDENTES E DA PRIMEIRA ATA  
Enéas Gomez



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

**Um pioneiro a caminho do centenário**

Nota explicativa.....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
Tempos de construir.....	13
<b>I. A FUNDAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
Um encontro de pioneiros.....	17
A primeira diretoria.....	19
Os primeiros cursos de Engenharia no Brasil.....	23
Cenários de uma época.....	25
Profissões regulamentadas.....	27
<b>I I. GALERIA DE PRESIDENTES</b> .....	<b>29</b>
1926-1928 • João Moreira Garcêz.....	31
1928-1929 • José Niepce da Silva.....	35
1929-1930 e 1938 -1939 • Plínio Alves Monteiro Tourinho.....	37
1930-1931 • Adriano Gustavo Goulin.....	39
1931-1932 • Agnello Ribeiro Ribas.....	41
1932-1933, 1934-1935 e 1940-1941 • Amaldo Izidoro Beckert.....	42
1933-1934 • Flávio Suplicy de Lacerda.....	44
1935-1936 • João Paz Raimundo Filho.....	47
1936-1937 • Durval de Araujo Ribeiro.....	49
1937-1938 • Raul Zenha de Mesquita.....	52
1939-1940 e 1944 a 1947 • Oswaldo Pilotto.....	53
1941 a 1943 • Rubens Reis Pereira de Andrade.....	55
1943-1944 • Ruy Virmond Carnasciali.....	57
1947-1948 • Venevêrito da Cunha.....	59
1948 a1955 • Carlos Luis Lück.....	62
1955-1957 • Eliaslo Gonçalves Ennes.....	68
1957-1959 • Mário De Mari.....	71
1959-1961 • Pedro Viriato Parigot de Souza.....	73

1961-1963 • Ivo Arzua Pereira.....	75
1963-1965 • Rubens Meister.....	77
1965-1967 • Euro Brandão.....	79
1967-1969 • Véspero Mendes.....	82
1969-1971 • Paulo Augusto Wendler.....	84
1971-1973 • Cássio Bittencourt Macedo.....	86
1973 a 1987 e 1993 -1995 • Luiz Carlos Pereira Tourinho.....	89

### **III. FATOS RELEVANTES**..... **95**

Ata da sessão de fundação do Instituto.....	97
LEI ESTADUAL Nº 2384, DE 10 DE MARÇO DE 1926.....	99
DECRETO Nº 14, DE 2 DE JANEIRO DE 1931.....	102
A vida dura dos engenheiros no começo do século XX.....	105
As primeiras engenheiras do Paraná.....	108

### **MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO**..... **113**

Conselheiros de 1963 a 1976.....	114
Conselheiros e diretores atuais.....	116

### **BIBLIOGRAFIA**..... **116**

# Nota explicativa

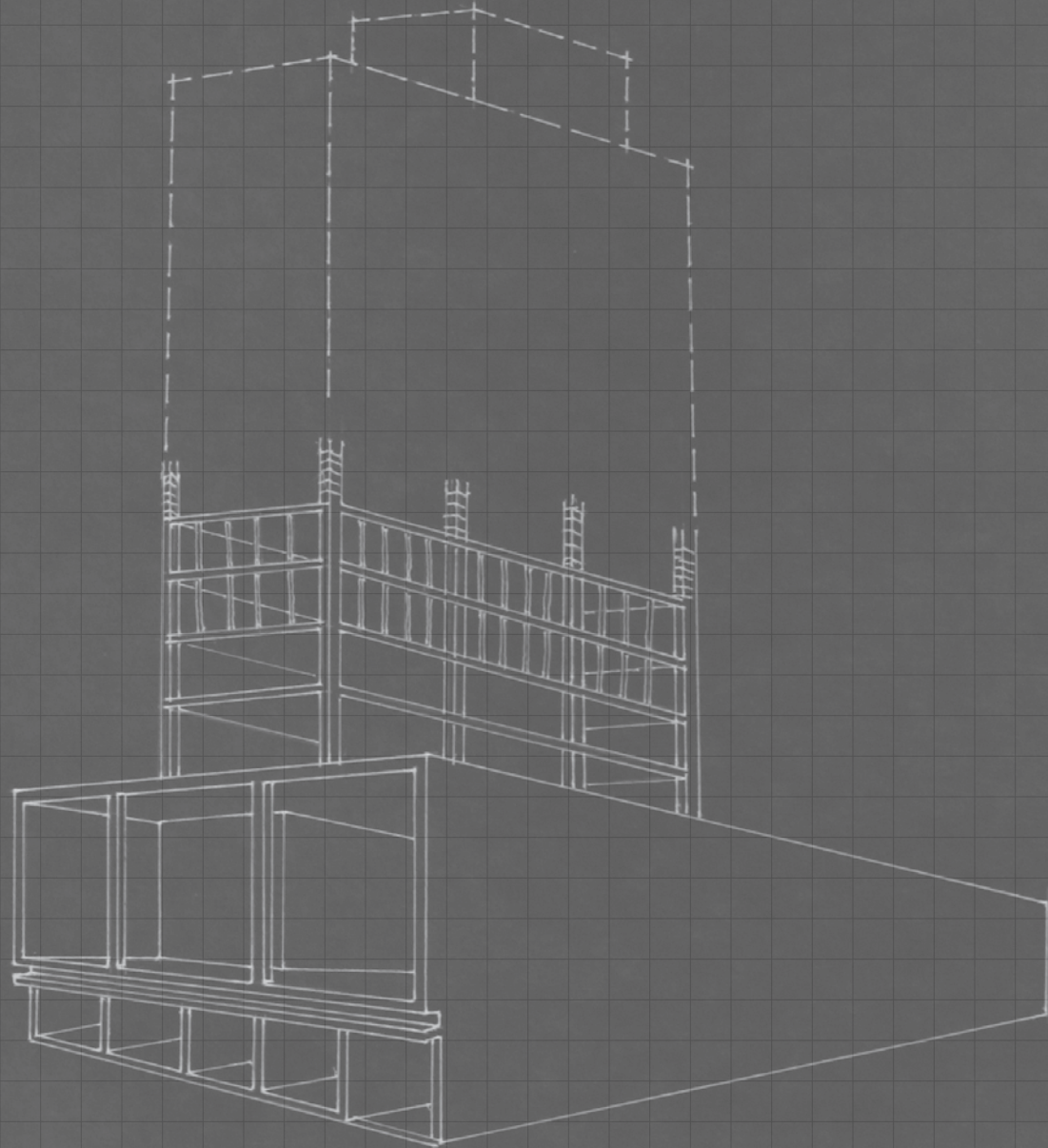
**N**os seus 87 anos de história, o IEP foi presidido por 31 engenheiros, que somaram 55 gestões, incluindo a atual.

Esta obra é dividida em duas partes. A primeira compreende o período desde a fundação até a comemoração dos 50 anos, em 1976. Por uma questão de unidade e coerência, as gestões do engenheiro Luiz Carlos Pereira Tourinho são abordadas como um todo e avançam além desse período.

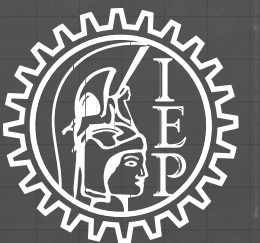
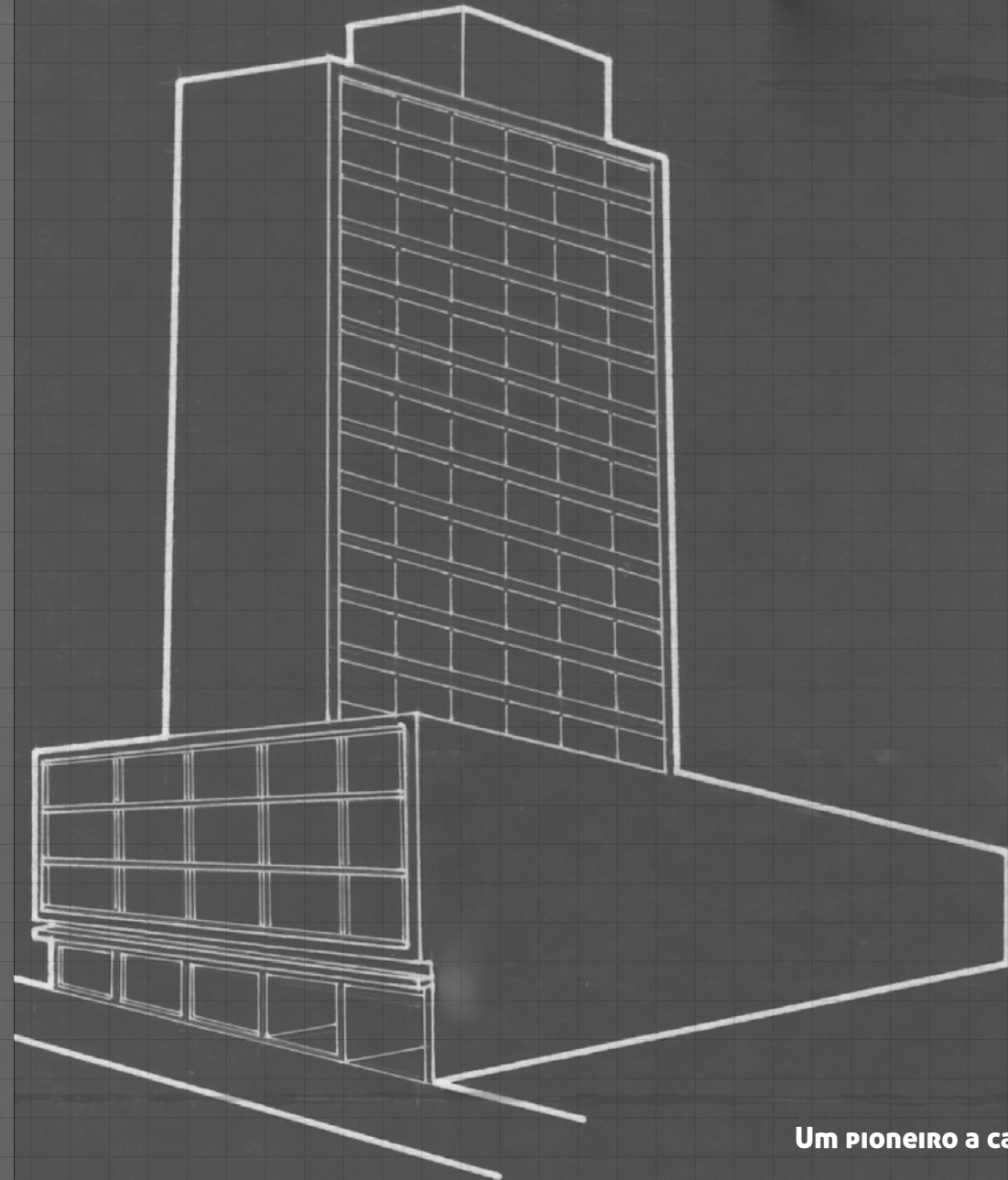
No segundo volume, serão apresentados os períodos administrativos dos presidentes Ney Fernando Perracini de Azevedo, Ivo Mendes Lima, Volmir Selig, Gilberto Piva, Luiz Cláudio Mehl e Jaime Sunye Neto, além de uma nova série de Fatos Relevantes.



# INTRODUÇÃO



Instituto de Engenharia do Paraná



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Um pioneiro a caminho do centenário

# Tempos de construir

---

**M**uitos deles estavam adormecidos há décadas. Provocados, começaram a falar. Aos poucos, foram revelando seus feitos. Passaram informações através de atas, relatórios, livros, revistas, notícias de jornal, projetos e ações. Outros, mais recentes, falaram de viva voz. Todos contribuíram para o resgate de tempos de construir. E aqui estamos nós, os contemporâneos, diante dos fatos.

A história do Instituto de Engenharia do Paraná é muita rica e esta é uma tentativa de contá-la. Terá, seguramente, falhas, porque há hiatos no rol dos documentos e no acervo pesquisado. Papéis e anotações importantes se perderam ou, talvez, estejam, como os pioneiros, hibernando - em alguma gaveta, uma estante, uma caixa de arquivo-morto a espera de que mãos e olhos mais atentos os tragam à luz.

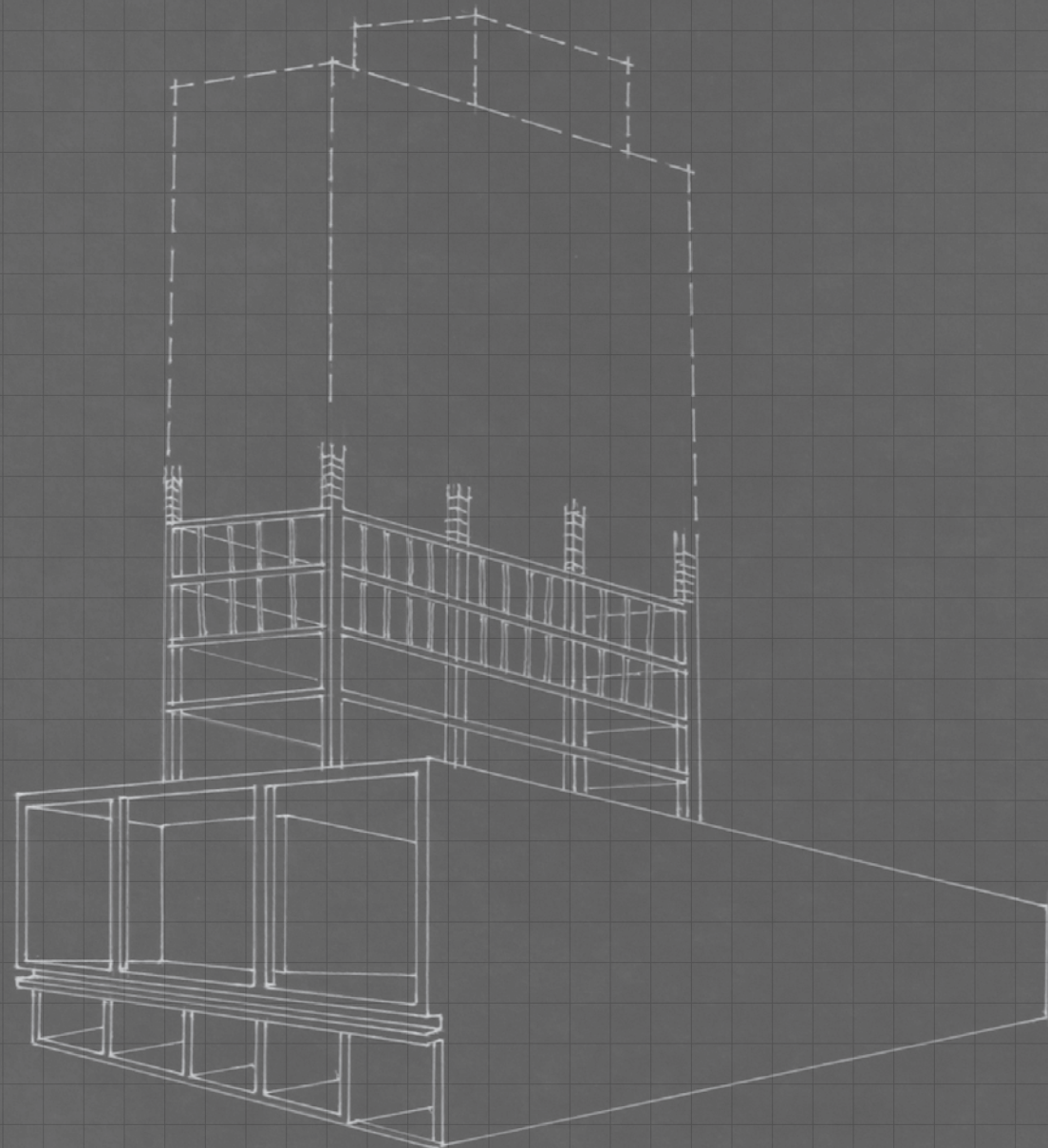
São quase nove décadas que se iniciaram num fim de tarde-começo de noite do verão de 1926. Um sábado. Véspera de Carnaval. O grupo de pioneiros, professores da também recém-criada Universidade do Paraná mais cinco acadêmicos, faz do salão nobre da instituição, no chamado Palácio da Luz, hoje símbolo maior da cidade de Curitiba, o cenário da primeira das assembleias que comporiam o retrato de corpo inteiro do IEP.

Uma história que, certamente, é mais antiga e que pode rivalizar em tempo de vida com a centenária Universidade. A certeza é de que houve um “IEP antes do IEP”, como se verá no correr das páginas adiante. Um chamado Clube de Engenharia, cujos papéis e referências ainda não foram encontrados e vão merecer uma pesquisa mais profunda. Todos estão convocados a colaborar.

Quem sabe outras vozes adormecidas despertem para completar a história.

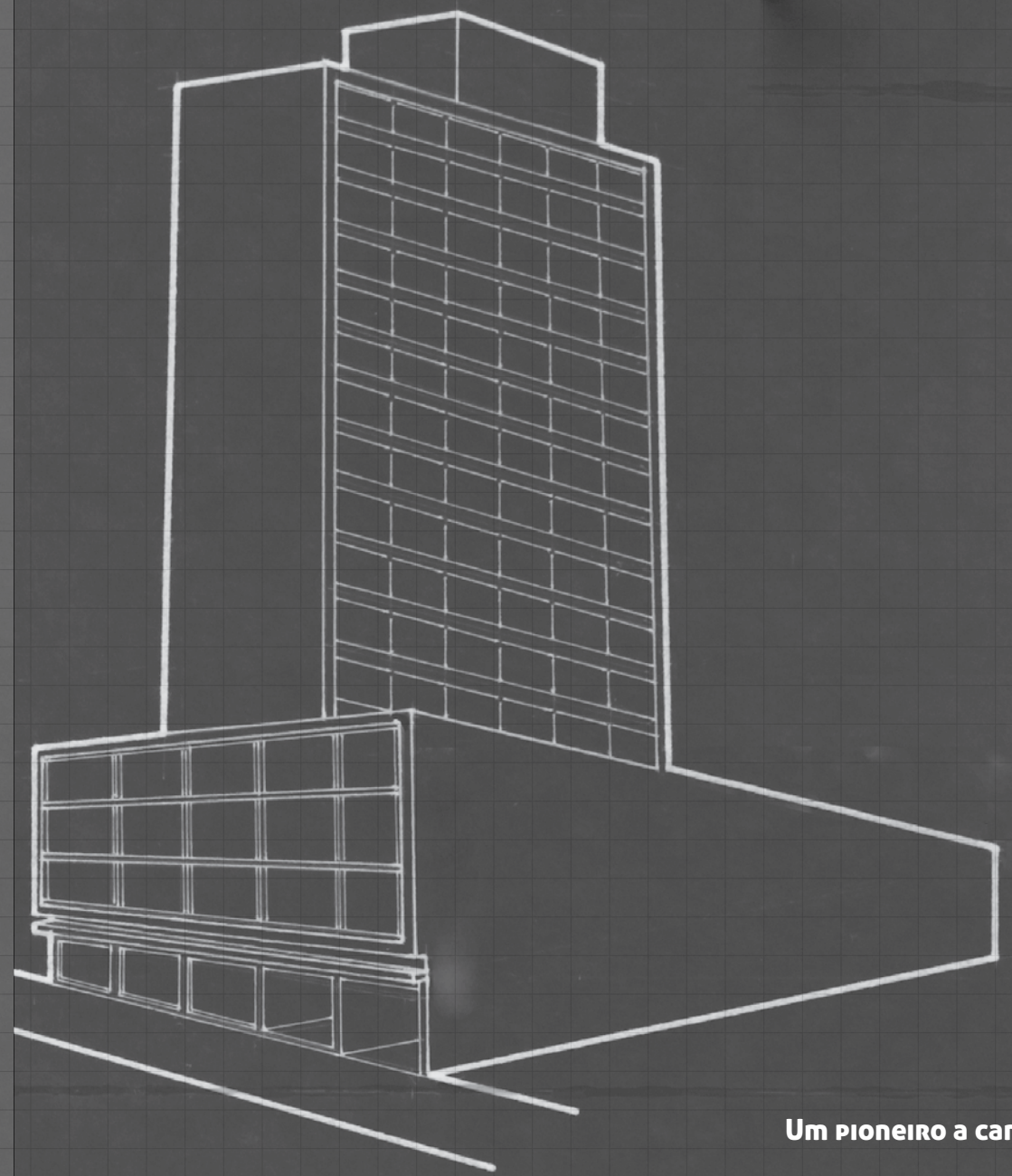
(JZ)





Instituto de Engenharia do Paraná

# I . A FUNDAÇÃO



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Um pioneiro a caminho do centenário



# Um encontro de pioneiros

---

**A**o cair da tarde do sábado 6 de fevereiro de 1926, os convidados vão chegando. Dirigem-se ao salão nobre da Faculdade de Engenharia, no prédio histórico da Universidade do Paraná, fronteiro à praça Santos Andrade. O acesso é pela porta da rua 15 de Novembro.

Aquele dia do verão curitibano começou fresco: 16,5°C às sete da manhã; no meio da tarde, porém, a temperatura atingiu seu ponto máximo, 24,6°C, para desabar, novamente, às 21h, até os 15,9°C. “Nesse dia, o céu esteve claro com 11,3 horas de brilho solar”, conforme registrou a Estação Meteorológica de Curitiba.

Logo seria Carnaval. A cidade já se preparava, embora discretamente, para a folia, uma semana depois, mas aqueles senhores tinham coisas muito sérias a tratar. Quarenta e seis engenheiros e professores e cinco acadêmicos de Engenharia, liderados pelo diretor da Faculdade, Plínio Alves Monteiro Tourinho, se reuniam para criar uma associação profissional que teria participação importante na vida paranaense pelas próximas nove décadas.

Lá estavam: Plínio Tourinho, Afonso Augusto Teixeira de Freitas, Ademaro Munhoz, Abacílio Fulgêncio dos Reis, Carlos Ross, Durval de Araújo Ribeiro, Alexandre Gutierrez Beltrão, Eduardo de Carvalho Chaves, Francisco Ferreira Pereira, Artur Xavier Moreira, Juvêncio Correia de Araújo, Eduardo Fernando Chaves, Raul de Azevedo Macedo, Djalma Maciel, Roberto Pimentel, Raphael Klier D’Assumpção, Joaquim Sampaio Neto, Emílio Müller Neiva de Lima, João Paz Raymundo Filho, João Teodoro de Andrade Assunção, Osvaldo Pereira de Lacerda, Sebastião Gomes de Faria Junior, Newton Balster Viana, José Brasil Valério, Gabriel de Souza Aguiar, Gastão Chaves, João Cândido Filho, Luiz Ciruelos, Acrísio Lago Marques, Ivaí Martins, Caio Graco Pereira, Lúcio Pereira Junior, Dario Dergint, Artur Lins de Vasconcelos Lopes, Frederico Perracini, Hengreville Hintz, Sérgio Valério, Algacyr Munhoz Maeder, Ângelo Lopes, Walter Scott de Castro Velloso, Arnaldo Izidoro Beckert, José Maria Carneiro de Loiola, Agnelo Ribeiro Ribas, Máximo Azinelli, Olívio Mieli e Altamirano Nunes Pereira.

E os acadêmicos: Benjamin Mourão, Ari Saldanha da Costa, Hipérides Zanello, Alberto Ribeiro Paz e Carlos Schultz.

Na mesa principal, coordenando o encontro, os engenheiros Plínio Tourinho, Afonso Teixeira de Freitas, Álvaro Munhoz e Altamirano Nunes Pereira, que secretaria a reunião. Plínio, Afonso e Ademaro Munhoz são escolhidos para compor a comissão de organização dos estatutos.

Uma das primeiras providências dos presentes foi aprovar, por proposição de Altamirano Nunes Pereira, um voto de reconhecimento ao deputado Hernani Nogueira Zaina, militar e engenheiro, que havia apresentado, no Congresso Legislativo do Paraná (hoje Assembleia Legislativa), projeto de lei regulamentando as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor.

Esse projeto pode ser considerado como a primeira grande conquista do IEP em sua história. Minutado por membros do grupo pioneiro, sob a batuta de Plínio Tourinho, transforma-se, pouco depois, na Lei Estadual nº 2.384, de 10 de março de 1926.

Em ambiente de bom astral, ao final de um dia quente e de muito brilho solar, começa a nascer, entre as paredes da hoje centenária Universidade, o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP).

## A primeira diretoria

---

**E**xatas três semanas depois, dia 27, já com a incorporação de novos associados, começa a discussão formal dos estatutos da nova entidade, cujo projeto foi publicado em uma das edições do jornal A República.

Nesse mesmo sábado, é eleita a primeira diretoria do Instituto. Plínio Tourinho seria o candidato natural à presidência. Oficial do Exército, professor e diretor da Faculdade de Engenharia, líder do movimento, reunia todos os requisitos para obter a unanimidade. Mas assim não aconteceu.

O prefeito de Curitiba, o engenheiro João Moreira Garcez, cumpria seu segundo mandato no Paço da Liberdade, assim como o presidente do Estado (como eram nominados os atuais governadores), Caetano Munhoz da Rocha. Nomeado por Munhoz da Rocha em 1920, Garcez fora por ele reconduzido ao cargo em 1924, cumprindo oito anos de gestão. Voltaria ao posto 10 anos depois, pelas mãos do interventor Manoel Ribas, um antigo adversário.

O nome de Moreira Garcez foi colocado à assembleia de engenheiros como um trunfo da classe, um homem de prestígio que poderia abrir portas à recém-fundada entidade. Valeu o argumento e Garcez tornou-se o primeiro presidente do Instituto de Engenharia do Paraná. Recebeu 25 votos contra três dados a Tourinho e dois, a João Niepce da Silva.

De acordo com os estatutos ainda não oficiais, a diretoria do Instituto seria composta de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, orador oficial e redator de publicações científicas. Haveria eleição para cada um dos cargos, em separado, com voto secreto. Ao final do processo, a mesa apuradora, formada pelos engenheiros Arthur Xavier Moreira, Ernesto do Prado Seixas Neto e João Fleury, anunciou os demais eleitos. Curiosamente, Plínio Tourinho foi também derrotado para a vice-presidência, embora não conste que tenha sido candidato oficial a esse posto, mas a votação que recebeu teria sido homenagem espontânea dos colegas;



obteve 10 votos, contra 19 dados a Carlos Ross e 1, a Arthur Xavier Moreira.

Altamirano Nunes Pereira foi escolhido 1º secretário; Hengreville Hintz, 2º secretário; Durval de Araújo Ribeiro, tesoureiro; Álvaro Lustosa de Munhoz, orador oficial; e Adriano Gustavo Goulin, o redator de publicações científicas.

A posse foi marcada para 15 de agosto, mais de seis meses depois, no mesmo salão nobre da Faculdade de Engenharia, quando também seriam votados (e aprovados) os estatutos.

O professor Plínio Alves Monteiro Tourinho, como líder do movimento, presidiu a histórica sessão de posse da primeira diretoria e encerrou a noite na honrosa condição de Presidente Honorário e Benemérito do Instituto de Engenharia, por proposta de Moreira Garcez, consagrada pela unanimidade dos presentes. Tourinho seria eleito presidente de fato três anos depois.

# A criação da Universidade do Paraná

Quando o IEP nasceu, no âmbito da Faculdade de Engenharia, a Universidade do Paraná tinha recém-completado 13 anos. Sua criação, em 1912, foi possível graças à chamada Lei Rivadávia, na verdade um Decreto federal (nº 8.659, de 5/4/1911), de iniciativa do ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, Rivadávia da Cunha Correia, como informa o professor Ruy Christovam Wachowicz em seu livro “Universidade do Mate – História da UFPR”. O decreto permitiu que entidades privadas administrassem instituições de ensino superior, acabando com o monopólio estatal.

No Paraná, que amargava a recente perda de 28 mil quilômetros quadrados de seu sudoeste para Santa Catarina, na chamada Guerra do Contestado, duas correntes distintas tratavam, nos primeiros anos do século 20, da criação de uma universidade: uma liderada pelo médico Victor Ferreira do Amaral e pelo jurista Pâmphilo de Assunção e outra pelo engenheiro militar e bacharel em matemática Nilo Cairo e pelo também engenheiro militar e tenente Manoel de Cerqueira Daltro Filho.

Com interesses convergentes, os dois grupos acaba-



Prédio da Universidade do Paraná, antes da reforma nos anos 1940

ram se unindo e criaram a Universidade do Paraná, com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia.

Por sugestão do presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, a sessão de instalação foi marcada para 19 de dezembro de 1912, aniversário da instalação da Província do Paraná, cuja emancipação política havia ocorrido em 29 de agosto daquele ano, quando deixou de ser Comarca de São Paulo.

Às 13 horas daquele dia, na sala de sessões do Congresso Legislativo, materializava-se o sonho do historiador, jornalista e poeta José Francisco da Rocha Pombo, que exatos vinte anos antes, no crepúsculo do século 19, idealizou uma universidade paranaense. Victor Ferreira do Amaral foi aclamado diretor da nova instituição, liderando uma diretoria também formada por Euclides Bevilacqua, vice-diretor; Nilo Cairo da Silva, secretário; Daltro Filho, subsecretário; Flávio Luz, tesoureiro; e Hugo Gutierrez de Simas, bibliotecário. No Conselho Econômico, Pâmphilo de Assumpção, Reinaldo Machado e Arthur Martins Franco. O presidente do Paraná Carlos Cavalcanti foi escolhido como “diretor honorário” e, entre os presentes à sessão, no rol dos fundadores, vários engenheiros-professores que criariam, mais tarde, o IEP.

A Universidade do Paraná, que enfrentaria altos e baixos nas décadas seguintes, em razão de restrições impostas pelo Governo Federal – inclusive com seu desmembramento em três faculdades, Direito, Engenharia e Medicina, até sua reunificação, e posterior federalização em 1946 –, começa a funcionar num casarão alugado na rua Comendador Araújo, onde está hoje o shopping Omar. Enquanto isso, dava-se andamento ao projeto de construção da sede própria em terreno localizado em um dos vértices da esquina das ruas Carlos de Carvalho e Visconde de Nacar.

Mas a construção acabaria se concretizando em novo local - um terreno na rua 15 de Novembro, entre a praça Santos Andrade (então praça Santa Terezinha, na verdade, um depósito de lixo) e a rua Presidente Farias, doado pela Prefeitura na segunda gestão do prefeito Cândido Ferreira de Abreu, com projeto de Guilhermino Baeta de Faria e execução pela firma de Bortolo Bergonse. A pedra fundamental do Palácio da Luz (assim batizado pelo historiador Romário Martins) foi lançada dia 31 de agosto de 1913, em cerimônia presidida por Carlos Cavalcanti.

À Faculdade de Engenharia foi destinada a ala com acesso pela 15 de novembro, em cujo salão nobre, 13 anos depois, aquele grupo de pioneiros sacramentou a fundação do IEP. Nesse período, 61 engenheiros civis já haviam sido diplomados pela instituição, relacionados no livro “Fatos e Reminiscências da Faculdade/Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná”, obra valiosa legada pelo seu autor, o professor Ildefonso Clemente Puppi, editada em 1986.

# Os primeiros cursos de Engenharia no Brasil

**N**a criação da Universidade do Paraná, seus idealizadores esbarraram num problema: um modelo brasileiro. Diz o professor Wachowicz em sua obra: “Mas no Brasil não havia nenhuma instituição semelhante com tradição suficiente, na qual poderia estruturar-se sua organização. Ocorre que a economia paranaense estava voltada para o Prata. Junto com a exportação do mate, deslocavam-se algumas pessoas aptas e cultas. As instituições universitárias da Argentina e Uruguai passaram a ser conhecidas pela elite campeira paranaense”

E, assim, o Paraná foi buscar seu modelo na Universidade de La Plata, da Argentina, e na Universidade Nacional, do Uruguai, ambas estruturadas nos mesmos princípios.

O ensino da Engenharia, que seria um dos pilares da Universidade do Paraná, remonta, no Brasil, à Carta Régia firmada pelo rei de Portugal d. Pedro II, chamado “O Pacífico”, em 15 de janeiro de 1699, como cita o professor Eliasib Gonçalves Ennes, ex-presidente do IEP, em texto elaborado para o site do Instituto e parte de um amplo projeto sobre a Engenharia no Paraná, não concretizado. A Carta estabelecia a criação da primeira Aula de Fortificação (Aula era sinônimo de Curso) para a formação de engenheiros militares no Brasil.

A providência desemboca, anos depois, na fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho e é possível conhecer a cronologia dos desdobramentos desse ensino pela obra do professor Paulo Pardal “Brasil, 1792: Início da Engenharia Civil e da Escola de Engenharia da UFRJ”, consultada pelo professor Ennes. A partir de 1810, surgem a Academia Real Militar, primeira Escola de Engenharia no Brasil, criada por D. João VI, depois chamada Academia Imperial Militar e Academia Militar e da Marinha; a Academia Militar da Corte (1832), a Escola Militar (1839), a Escola Central (1858), primeira Escola de Engenharia Civil, e a Escola Politécnica, depois Politécnica do Rio de Janeiro (1874). Quando a Escola Nacional de Engenharia, do Rio de Janeiro, foi criada, em 1937, a Faculdade de Engenharia do Paraná já era uma realidade.



No rastro das instituições de ensino, foi natural o surgimento das entidades associativas dos engenheiros. E o Instituto de Engenharia do Paraná foi a quarta delas no país. A primeira foi o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1880. Seus estatutos foram aprovados pelo Gabinete do Imperador D. Pedro II, chefiado pelo barão Homem de Mello, mediante o Decreto Imperial nº 8.553.

As outras pioneiras já nasceram em ambiente republicano: Instituto de Engenharia, de São Paulo, em 1917; Clube de Engenharia do Recife, em 1919; Instituto de Engenharia do Paraná, 1926; Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, 1930; e Sociedade Mineira de Engenheiros, 1931.

Essas seis entidades são as precursoras do Sistema Confea/Creas, criado em 1933 e compõem, desde 2010, a Conepe (Congregação Nacional das Entidades Pioneiras da Engenharia).

# Cenários de uma época

A criação do Instituto de Engenharia do Paraná foi anunciada quase três semanas antes da histórica reunião de 6 de fevereiro, em artigo de primeira página do jornal Gazeta do Povo, de 15/1/1926. Pelo texto, constata-se que os engenheiros paranaenses já haviam se congregado em torno de uma associação semelhante, que não vingou.

Destaca aquela edição da Gazeta: “Os nossos engenheiros preparam-se para soerguer o Instituto de Engenharia do Paraná, instituição que já desempenhou notável papel no meio intelectual de nossa terra e que, não sabemos qual o motivo, há muito deixou de realizar seus trabalhos.

Ressurgirá agora o Instituto com toda a probabilidade de constituir-se definitivamente, seja porque é notável o número de engenheiros que possuímos, seja porque sentem os diplomados na difícil carreira a necessidade de secundar o esforço em prol da regulamentação do exercício da profissão, esforço que se vem acentuando nos grandes centros do país.

Bem avisados, pois, são nossos engenheiros, buscando agremiarem-se para assegurar o exercício legal de sua profissão.

É a classe civil que até o presente não tem garantida sua esfera de ação e, por isso, vem lutando com a secular concorrência de elementos de toda ordem, que sem pequena admiração pública



A Curitiba dos anos 1920 tinha cerca de 74 mil habitantes

© Acervo da Casa da Memória/Diretoria do Patrimônio Cultural/FCC

transformaram-se em engenheiros e exercitam a profissão de qualquer modo.

Em nosso Estado, onde já há os médicos, os advogados, os historiadores, os jornalistas e outros profissionais (que) têm órgãos para a defesa de suas classes, virá o Instituto de Engenharia preencher uma lacuna, preparando-se para defender o interesse da classe e honrar o nosso Estado”.

A existência de “um IEP antes do IEP” é confirmada por um trecho da ata da assembleia geral extraordinária de 29 de setembro de 1926, que registra o repasse de “382 mil réis de depósito do extinto Clube de Engenharia” ao recém-criado Instituto.

Quando o IEP foi fundado, o cenário era de transformações. A primeira guerra mundial terminara havia pouco mais de sete anos. O mundo se reorganizava. O Brasil, que ainda aprendia a ser República, vivia crises políticas seguidas, com reflexos nas áreas econômica e social. Arthur Bernardes, que havia sucedido a Epitácio Pessoa, preparava-se para passar a presidência a Washington Luís. O noticiário nacional era dominado por revoltas militares e populares e a Coluna Prestes-Miguel Costa avançava em sua marcha.

No Paraná, Caetano Munhoz da Rocha era o governador, e Marins Alves de Camargo, o vice. João Moreira Garcez, engenheiro, prefeito da Capital, nomeado, estava na metade do seu segundo mandato.

Curitiba vivia a era dos bondes elétricos – que aposentaram os puxados a mula, em 1912 –, e via chegar os primeiros ônibus, pequenas jardineiras abertas. Os automóveis eram principalmente Buick, Oakland, Ford, Studebaker, Dodge e Chrysler. A cidade havia conquistado avanços graças ao plano urbanístico de Cândido de Abreu, chamado de Comissão de Melhoramentos. Em 1926, a principal via pública da cidade, a 15 de Novembro, estava sendo alargada e asfaltada, motivando protestos de alguns proprietários de terrenos desapropriados. Casas de comércio ali localizadas ostentavam seus primeiros anúncios luminosos.

O censo de 1920 revelou uma população de 73.985 pessoas na região de Curitiba, incluindo os distritos, das quais 53.577 no perímetro urbano – 27.247 homens e 26.330 mulheres. A pequena vila de 220 casas térreas, de taipa, de um século atrás, havia se transformado “numa esplêndida cidade moderna, com 87.237 prédios, de um a três pavimentos”, conforme um relatório da época. O edifício do Clube Curitibano, na esquina das ruas 15 e Barão do Rio Branco, inaugurado em 1912, era uma das joias arquitetônicas da urbe. O Passeio Público, construído em 1896, na administração do presidente da Província Alfredo Taunay e remodelado anos depois, era a grande atração da cidade.

# Profissões regulamentadas

O IEP foi o catalizador de boas notícias para os engenheiros paranaenses. Uma delas foi a sanção, em 10 de março de 1926, pelo presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, da Lei nº 2.384, pioneira no Brasil na regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. O projeto, idealizado pelos precursores do IEP, foi apresentado ao Congresso Legislativo Estadual pelo deputado estadual Hernani Nogueira Zaina, na época tenente da Artilharia e engenheiro civil.

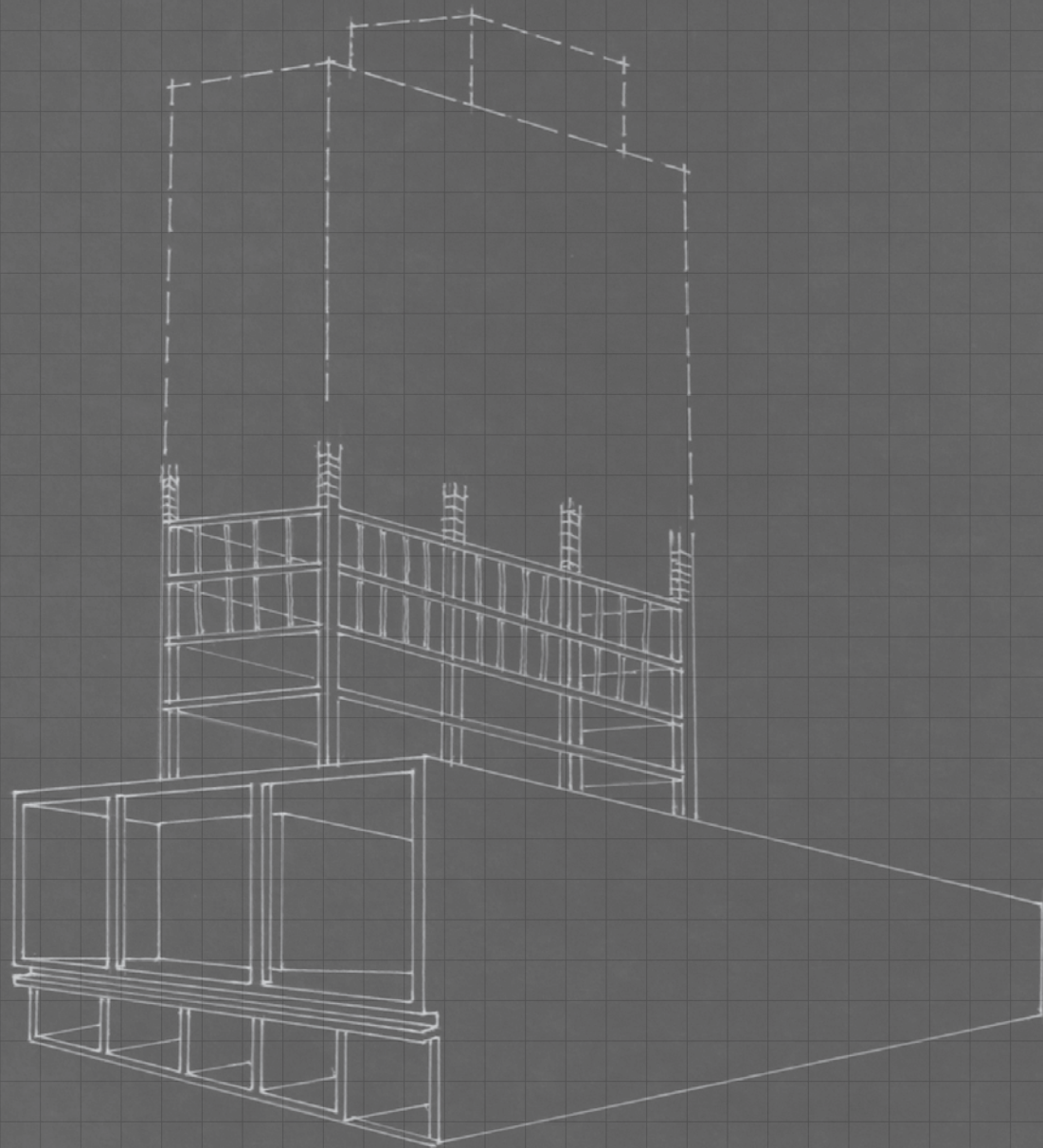
Pela lei, o exercício da profissão de engenheiro, em qualquer dos ramos, de arquiteto e de agrimensor era somente permitido aos habilitados pelas escolas de engenharia reconhecidas pelos governos da União e dos Estados; aos graduados em faculdades estrangeiras e habilitados pelas escolas brasileiras; aos que já exerciam as profissões em órgãos de governo ou há mais de cinco anos na iniciativa privada; aos agrônomos diplomados pelas escolas agrícolas oficiais e pelas subvencionadas pelo Estado.

Havia necessidade de registrar o diploma na Secretaria Geral do Estado, em livro especial. Quem exercesse a profissão sem registro do título incorria em multa de 500\$000 (quinhentos mil réis, moeda da época) e quem acobertasse, com o seu nome, o exercício ilegal da profissão era passível de multa de um a dois contos de réis, além da suspensão do exercício profissional de seis meses a um ano.

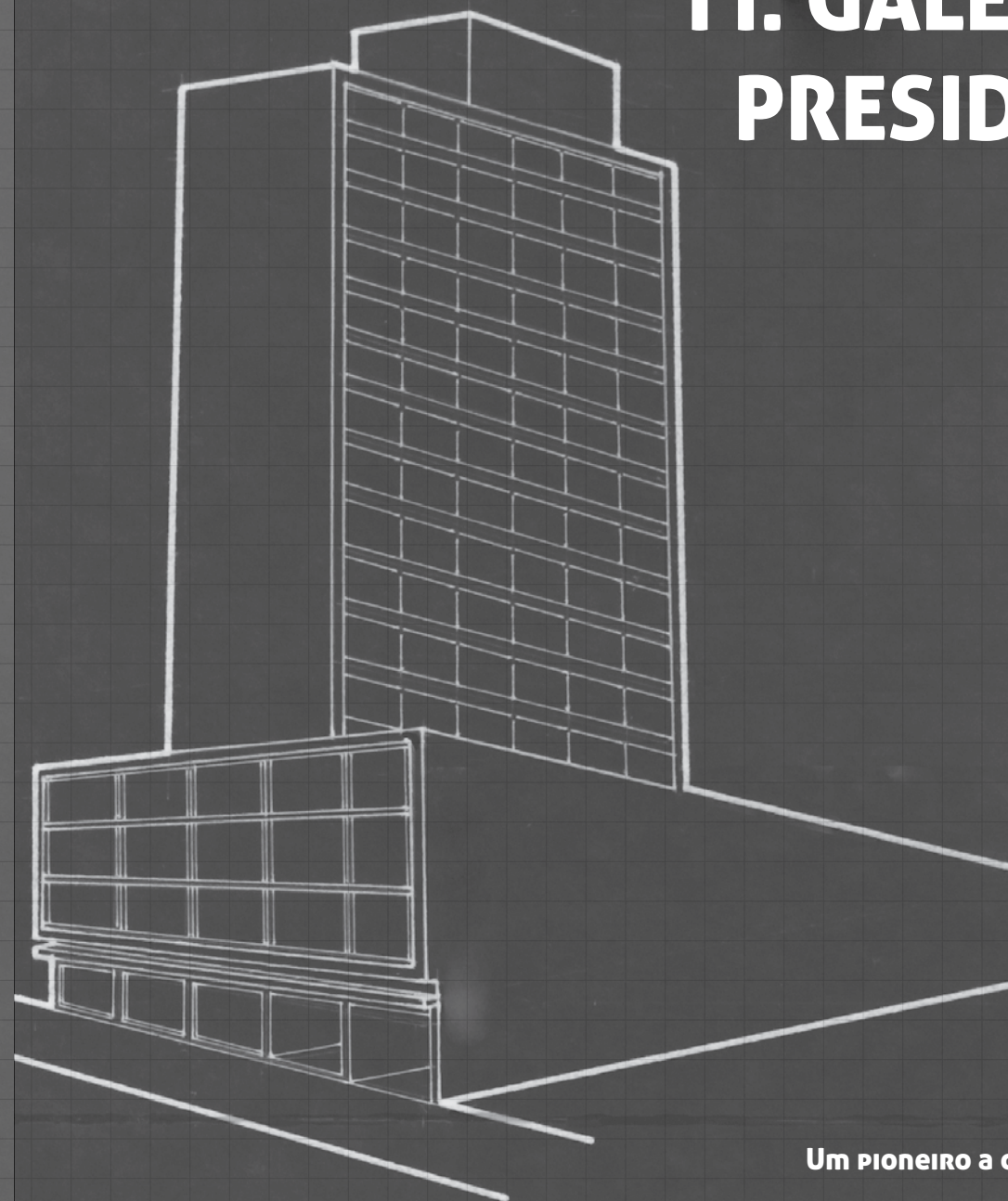
Quase cinco anos depois, em 2 de janeiro de 1931, atendendo a pedido do Instituto de Engenharia, o interventor federal no Paraná, general Mário Tourinho, baixou o decreto nº 14 regulamentando a lei e a profissão de engenheiro no Paraná.



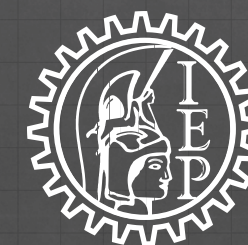




Instituto de Engenharia do Paraná



# II. GALERIA DE PRESIDENTES



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Um pioneiro a caminho do centenário



1926-1928

# João Moreira Garcêz

PREFEITO E PRESIDENTE,  
UM EMPREENDEDOR

**P**refeito de Curitiba aos 35 anos de idade, um administrador ousado que legou à cidade importantes obras, paranaense da Capital, onde nasceu em 17 de março de 1885, João Moreira Garcez abre a galeria de presidentes do Instituto de Engenharia do Paraná. Foi o escolhido para comandar a entidade não apenas pelo cargo que ocupava, mas pelo seu histórico profissional e por ter sido, também, um dos fundadores da Universidade do Paraná.

Filho de Theophilo Moreira Garcez e de Philomena Viana Moreira Garcez, de famílias de fazendeiros da região de Castro e de comerciantes de Curitiba, diplomou-se pela Escola Politécnica de São Paulo em 29 de junho de 1910. Foi o primeiro aluno da turma, conforme revela a professora e escritora Maria Nicholas no primeiro volume de seu livro “Alma das Ruas”.

Recém-formado, trabalhou durante três anos na Estrada de Ferro Mogiana, com o engenheiro João Pereira Rebouças. Entre 1913 e 1915, realizou incursões de reconhecimento pela Serra do Mar, visualizando os contornos da Estrada da Graciosa, que depois ajudaria a retificar. Foi o autor do primeiro mapa do Paraná com curvas de nível e rios, resultado de uma longa viagem pelo



Estado, em lombo de burro, na companhia do engenheiro e professor da Universidade Artur Martins Franco..

Moreira Garcez exerceu, no Paraná, entre outros, os cargos de diretor de Obras Públicas e de secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, além de superintendente da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Foi professor catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, na cadeira de Portos de Mar, Rios e Canais. Em 1921, escreveu o “Memorial sobre a ligação Brasil-Paraguai”, defendendo a ferrovia entre Paranaguá e Assunção, via Guarapuava.

Como prefeito de Curitiba em três gestões (1920-1924, 1924-1928 e 1938-1940), alargou a pavimentou pela primeira vez a rua 15 de Novembro, projetou e abriu as avenidas Visconde Guarapuava, Sete de Setembro, Silva Jardim e Iguaçu, e também a rua Ermelino de Leão, construiu um mercado municipal, remodelou as praças Tiradentes e Osório, construiu o Teatro Guaíra, na rua Dr. Muricy, entre tantas outras coisas. Em 1928, foi eleito deputado federal, mas não assumiu em razão da turbulência política no país, que desaguou na Revolução de 1930.

Como empresário, construiu o primeiro arranha-céu de Curitiba e o terceiro do país – o edifício que leva seu nome na avenida Luiz Xavier. Maior do que o Palacete Garcez, então, somente o Martinelli, em São Paulo, e o prédio do jornal “A Noite”, no Rio de Janeiro. A obra começou em 1927 e foi executada em etapas, a maior parte concluída em 1934. O projeto inicial era de cinco pavimentos, mas terminou com oito. O prédio foi tombado em 1974 pelo Patrimônio Histórico. Foi, também, autor do projeto original da igreja do Sagrado Coração de Maria, na praça Ouidor Pardiniho.

Casou-se em Curitiba com Leonor Silveira da Motta, filha do desembargador Joaquim Inácio Silveira da Motta, fundador e primeiro presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Faleceu em 19 de março de 1957.

## OS PRIMEIROS PASSOS DO IEP

**N**a condição de presidente do Instituto de Engenharia, João Moreira Garcez colocou em prática intensivamente os fundamentos da instituição, preconizados pelos pioneiros, nos primeiros Estatutos.

O IEP foi concebido como um órgão de defesa da classe e fórum permanente de debates de assuntos de interesse da vida paranaense.

Matriz de todas as entidades profissionais da Engenharia no Paraná, o IEP é a quarta mais antiga do Brasil, depois do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, do Instituto de Engenharia, de São Paulo, e do Clube de Engenharia de Pernambuco.

Hoje uma associação civil declarada de utilidade pública pela lei estadual nº 2.987, de 14 de dezembro de 1956, e pela lei municipal nº 1.369, de 31 de dezembro de 1956, o IEP sempre pautou, ao longo de suas quase nove décadas, pela defesa e valorização dos profissionais e pelo debate de temas de grande interesse para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

João Moreira Garcez, ao lado da primeira diretoria do Instituto, deu a largada a esses propósitos, preocupando-se, por exemplo, com a fixação de tabelas de honorários profissionais, pela consolidação e aperfeiçoamento da regulamentação das profissões de engenheiro, arquiteto e de agrimensor, inclusive apoiando projeto que teria abrangência nacional.

O Instituto fez seguidas gestões junto ao Governo do Paraná com vistas à aplicação rigorosa da legislação profissional existente e criou uma comissão para estabelecer os limites “onde começam e onde acabam os exercícios das profissões do engenheiro, do arquiteto, do construtor de edificações para os licenciados, do agrônomo e do agrimensor”.

Depois das reuniões iniciais de organização da nova entidade, nas dependências da Faculdade de Engenharia, as reuniões do IEP passaram para o Selecto Clube, onde o engenheiro e associado Algacyr Munhoz Mäder era vice-presidente. Mas já no começo de 1927, o presidente be-



nemérito Plínio Tourinho falava da necessidade “de instalar a sede do IEP em prédio alugado”. Assembleias gerais seriam realizadas em clubes da capital, até a definição de um novo endereço.

“O carvão brasileiro”, com apresentação do professor Algacyr Munhoz Mäder (prefeito de Curitiba, em 1945, e reitor da Universidade Federal do Paraná, em 1971-1973) abre a série de palestras e eventos técnicos, que seriam, dali para a frente uma das marcas registradas do IEP. Os temas seguintes foram “O avião como auxiliar do topógrafo”, pelo capitão Adyr Guimarães, do Serviço Geográfico Militar; “O mundo como uma imensa pilha termal e um eletro-imã – Novas ideias sobre a causa do magnetismo terrestre”, pelo engenheiro Caio Gaissler; “O transformador e suas funções”, por Gastão Chaves; e “As rodovias como fator de progresso”.

Em 1º de dezembro de 1927, o IEP entra em período de férias, que se prolonga até 28 de fevereiro de 1928. Pouco menos de um mês depois, é eleita a segunda diretoria.

1928-1929

## José Niepce da Silva

DE OLHO NOS BONDES  
E NOS AUTO-OMNIBUS

No início, os mandatos da diretoria se renovavam a cada ano (excepcionalmente, pelas circunstâncias, a gestão de Moreira Garcez durou seis meses a mais). Assim, em 20 de março de 1928, o IEP se reúne em assembleia geral na Sociedade Thalia, cuja sede ficava na praça Tiradentes. Novamente, havia eleição para cada um dos cargos. José Niepce da Silva, que se associara ao Instituto logo após sua fundação, conquista a presidência, superando os votos dados a Plínio Tourinho. Dois nomes também concorrem à vice-presidência e Adriano Gustavo Goulin recebe a maioria dos votos, vencendo Francisco Beltrão.

A surpresa é o número de candidato às secretarias: quatro para a primeira (Ricardo G. Pereira, eleito, Altamirano Nunes Pereira, Francisco Pereira e Hernani Nogueira Zaina) e cinco para a segunda (Arlindo Loyola de Camargo, eleito, Ricardo G. Pereira, Caio Gaissler Pereira, Gastão Chaves e João Fleury); três disputam o cargo de orador (Altamirano Nunes Pereira, eleito, Hernani Nogueira Zaina e Bento Munhoz da Rocha Neto, mais tarde governador do Paraná).

Caio Gaissler Pereira concorre sozinho à tesouraria (um mês depois, renuncia, sendo substituído por Gastão Chaves), assim como Francisco Pereira é eleito sem concorrência para a função



de redator de publicações científicas.

A posse da nova diretoria, no dia 27, tem a presença de vários secretários estaduais de governo e a sessão é também comemorativa ao segundo aniversário do IEP.

O segundo presidente, José Niepce da Silva, nasceu em Curitiba, em 21 de outubro de 1876, filho do professor Albino José da Silva e de Rosa de Souza e Silva. Diplomou-se em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1899. Foi engenheiro da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, da The Leopoldina Railway e da Prefeitura de Curitiba; comissário de terras no Paraná e diretor de Obras Públicas e Viação da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná, assumindo depois a Pasta; engenheiro do Governo Federal, chefe do Núcleo Colonial de Apucarana (PR), projetista de pontes, diretor de ferrovias no Maranhão e no Piauí e adjunto do gabinete federal de estradas, no Rio de Janeiro. Foi também coronel da Engenharia e jornalista. Autor de livros sobre climatologia do Paraná. Presidiu o Clube Curitibano. Morreu no Rio, em 26 de setembro de 1935.

Ao longo de sua gestão, Niepce da Silva preocupou-se seriamente com a discussão em torno do sistema de transportes urbanos da Capital. Dois meses após sua posse, realizou, em 4 de junho, no Clube Curitibano, uma sessão específica para análise da situação do serviço de bonde e da introdução dos auto-ônibus, mediante concorrência pública aberta pela Prefeitura.

As linhas de ônibus, segundo o edital da Prefeitura, poderiam ser de três tipos: inteiramente independentes das linhas de bondes; ter os mesmos pontos de largada e da saída, correndo paralelamente em trechos descontínuos das linhas de bondes; ou correr paralelamente em toda a extensão, ou seja, fazendo o mesmo trajeto das linhas de bonde.

Pelo parecer da comissão especial do IEP – Niepce da Silva, João Fleury, Gastão Chaves, Guilherme Baeta de Faria e Francisco Pereira – havia necessidade de se regulamentar e aperfeiçoar os serviços de bondes e as empresas de ônibus deveriam oferecer condições de segurança e conforto aos passageiros e bons horários, entre outros quesitos. O documento condenava a superlotação, tanto nos ônibus como nos bondes, o que deveria ser considerado infração passível de multa.

O representante do prefeito Eurides Cunha, o engenheiro Adriano Gustavo Goulin, julga valiosas as ponderações do IEP e Niepce da Silva encerra destacando o progresso que representou o bonde elétrico, introduzido 15 anos antes por iniciativa do empresário Eduardo Fontaine de Savelli, mas afirmando que o momento era de novas conquistas.

1929-1930 e 1938-1939

## Plínio Alves Monteiro Tourinho

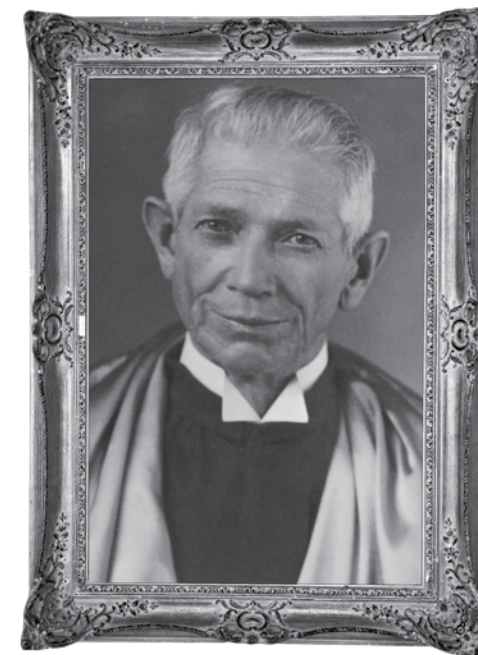
MILITAR, ENGENHEIRO,  
PROFESSOR, UM LÍDER

O líder do movimento pela criação do IEP e seu Presidente Honorário e Benemérito conquista, enfim, nas urnas, a presidência de fato. É a primeira eleição realizada nas dependências da sede do Instituto, que havia alugado uma sala na rua 15 de Novembro. A data, 7 de março de 1929.

Nos demais cargos da nova gestão, figuram: Alexandre Gutierrez Beltrão, vice-presidente; Durval de Araújo Ribeiro, 1º secretário; Lúcio Pereira Junior, 2º secretário; Arnaldo Isidoro Beckert, tesoureiro; Fernando Chaves, orador; e Oliveira Portes, redator de publicações científicas.

Além do projeto de lei que tramita na Câmara de Vereadores e que trata da regulamentação do exercício da engenharia na Capital – aprovado e convertido na Lei 769, de 27/5/ 1929, outro grande tema se transforma no foco das preocupações da nova diretoria: o planejamento global da cidade de Curitiba.

Vários subtemas são abordados nos debates que movimentam as reuniões do Instituto: a evo-



lução e a organização social da cidade, o processo ordenado de urbanização, que envolve a correção do traçado de ruas e praças, o alargamento de algumas vias importantes e a abertura de outras, as galerias de águas pluviais, a rede de esgotos os canais dos rios Ivo e Belém.

O IEP dá sequência dinâmica aos preceitos estatutários que preconizam a presença efetiva nos debates dos assuntos de interesse do desenvolvimento paranaense.

Tourinho voltaria à presidência do IEP na gestão 1938-1939, eleito dia 21 de março e empossado dia 27, ao lado de Durval de Araújo Ribeiro, vice-presidente; Raul Zenha de Mesquita, 1º secretário; Walter Scott de Castro Vellozo, 2º secretário; Raphael Klier de Assumpção, tesoureiro; Oswaldo Pilotto, orador; e Arnaldo Izidoro Beckert, redator.

Plínio Tourinho, que deixou sua marca na história do IEP, nasceu em 8 de fevereiro de 1882, filho de dona Maria Leocádia Alves Tourinho e do engenheiro militar Francisco Antônio Monteiro Tourinho, construtor das estradas da Graciosa e do Mato Grosso, esta ligando o litoral paranaense àquela província. Como o pai, seguiu a carreira militar, diplomando-se em Engenharia Civil e Militar, tornando-se depois catedrático em Astronomia, legando obras importantes nessa área.

Oficial da arma de Engenharia pela Escola Militar da Praia Vermelha e engenheiro militar e civil pela Escola de Engenharia Militar do Realengo (RJ), Plínio participou no início do século 20 da campanha do Contestado. Em 1926, foi promovido a major, passando a prestar serviços de engenharia na 5ª Região Militar. Ali, liderou a oficialidade no movimento militar que eclodiu dia 5 de outubro de 1930 e alçou o presidente Getúlio Vargas ao poder, a famosa Revolução de 1930; já conspirava contra o regime desde julho.

Na Revolução de 1930, foi comissionado como general de brigada, mas pediu exoneração do posto depois da vitória do movimento. Foi, então, promovido a tenente-coronel por ato do presidente Getúlio Vargas. Plínio Tourinho foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, em 1933; deputado federal no ano seguinte, cumpriu mandato até 1937. Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, onde dirigiu em várias ocasiões a Faculdade de Engenharia. Morreu no exercício desse cargo, em 29 de agosto de 1950, aos 68 anos de idade, deixando a marca de um líder ousado e competente.

1930-1931

## Adriano Gustavo Goulin

### VÁRIOS PREFEITOS NA DIRETORIA

Um novo Código de Obras para Curitiba que vede a concorrência ilegal de leigos na profissão de engenheiro, proposta do associado Durval de Araújo Ribeiro. Esta é a bandeira da nova diretoria do Instituto empossada dia 30 de março de 1930 e eleita uma semana antes. Adriano Gustavo Goulin, na presidência, tem como companheiros da gestão 1930-1931 Linneu Ferreira do Amaral (mais tarde prefeito de Curitiba), vice-presidente; Eduardo Carvalho Chaves, 1º secretário; Agnello Ribeiro Ribas, 2º secretário; Carlos Schulz, tesoureiro; Alexandre Gutierrez Beltrão (que também se tornaria prefeito da Capital), orador; e Hugo de Mattos Moura, redator de publicações científicas.

No mesmo dia da posse, porém, Carvalho Chaves renuncia ao cargo, sendo substituído por Raul de Azevedo Macedo, um dos fundadores do IEP, eleito pelos associados para tocar a 1ª secretaria. Macedo seria o terceiro integrante desta diretoria a ser nomeado prefeito de Curitiba.

Meses depois, o tesoureiro Carlos Schulz também deixa a diretoria, pois fora designado prefeito de Cerro Azul, cidade situada na região Leste do Paraná, a 92 quilômetros de Curitiba.

O próprio presidente Adriano Goulin, funcionário de carreira da Prefeitura de Curitiba, onde foi diretor de Obras, chegou a responder pelo expediente como prefeito, durante as ausências





do titular.

A par do Código de Obras, que é discutido praticamente em todas as reuniões, a gestão de Goulin reivindica ao Governo do Estado e à Prefeitura que os cargos técnicos na administração sejam ocupados somente por engenheiros diplomados. Um anteprojeto de lei regulamentando a profissão de engenheiro no Paraná está em tramitação no legislativo, sendo acompanhado de perto pela entidade, que, no ambiente interno, estuda a reforma dos estatutos. Plínio Tourinho sugere a criação da Revista do IEP, aprovada por unanimidade.

Ainda nesta gestão será proposto, como emblema do IEP, “a estilização da verdadeira Athena Parthenus de Fídias (Athena do Parthenon), conforme estatueta de ouro e marfim”. Fídias foi um célebre escultor da Grécia Antiga, encarregado da reedificação da Acrópole, destruída pelos persas em 480 a.C.

Adriano Gustavo Goulin, nascido em São Paulo, em 6 de fevereiro de 1885, filho de Henrique Goulin e de Maria Júlia Jourdain, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica daquele Estado. Era também advogado. Foi professor de Hidráulica, Mecânica Aplicada, Resistência dos Materiais, Estradas, Pontes e Viadutos, Economia Política, Rios, Canais e Portos do Mar, e Organização e Tráfego das Indústrias e primeiro diretor da Faculdade de Engenharia do Paraná, quando esta se tornou autônoma, em 1918.

Iniciou suas atividades de engenheiro no Paraná na cidade de Paranaguá, onde instalou água e luz como funcionário de empresa privada. Em Curitiba, desenvolveu obras idênticas e foi diretor de Obras da Prefeitura, chegando a responder pelo expediente, em substituição ao prefeito municipal. Industrial e um dos fundadores da Universidade do Paraná, foi o segundo presidente do Crea-PR, em 1937. Morreu em Curitiba, dia 2 de fevereiro de 1938.

1931-1932

## Agnello Ribeiro Ribas

EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO

**A**ntes que 1931 acabasse, em 29 de dezembro, a diretoria do IEP se reúne para debater um assunto extra-pauta de seus preceitos estatutários: a redemocratização do país. E aprova um manifesto pela volta imediata do regime constitucional ao país. Mas Getúlio Vargas, como se sabe, ficaria no poder por longos 15 anos, até ser deposto. A Constituição de 1891 havia sido revogada e ele comandava o governo com plenos poderes. E houve um período em que o regime endureceu seriamente.



Nesse contexto, presidia o Instituto o engenheiro e professor Agnello Ribeiro Ribas. A diretoria para 1931-1932, eleita em 2 de março e empossada dia 18, era composta ainda de Emílio Müller Neiva de Lima, vice-presidente; Henrique Estrella Moreira, 1º secretário; Walter Scott de Castro Velloso, 2º secretário; Ricardo Pereira, tesoureiro; Eduardo Fernando Chaves, orador; e Antonio Oliveira Portes, redator. Henrique Estrella Moreira deixa a 1ª secretaria e é substituído, em setembro, por Algacyr Munhoz Mäder.

Considerado, em sua época o mais jovem dos professores da Universidade do Paraná, Agnello Ribeiro Ribas fez inicialmente concurso para ministrar aulas de Desenho Técnico e de Convenções, segundo relata o professor Ildelfonso Clemente Puppi em seu livro “Fatos e Reminiscências da Faculdade”. Ele nasceu em Quatro Barras (PR), em 1903, e morreu em São Paulo, em 1945. Foi professor da cadeira de Mineralogia e Geologia. Era irmão do engenheiro Durval de Araújo Ribeiro, que também presidiu o IEP.

1932-1933, 1934-1935 e 1940-1941

## Arnaldo Izidoro Beckert

### TRÊS GESTÕES E UMA CARREIRA DA UNIVERSIDADE



**N**ome intimamente ligado à Faculdade de Engenharia, que dirigiu por três períodos, Arnaldo Izidoro Beckert cumpriu três mandatos à frente do IEP. Sua primeira eleição ocorreu em 25 de maio de 1932, tendo como pares de diretoria: Adriano Gustavo Goulin, vice-presidente; Oswaldo Pereira de Lacerda, 1º secretário; Raphael Klier de Assumpção, 2º secretário; Joaquim Silveira da Motta, tesoureiro; Roberto Pimentel, orador; e Durval de Araújo Ribeiro, redator.

Depois de ser sucedido pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda, em 1933, Beckert retornou ao posto, para o período 1934-1935, com novos companheiros na diretoria: Humberto Pederneiras, vice-presidente; Raphael Klier de Assumpção, 1º secretário (o único remanescente da primeira gestão); João Paz Raymundo Filho, 2º secretário; José Brasil Valério, tesoureiro, que renuncia e é substituído por Antonio Ribas; Eduar-

do Fernando Chaves, orador; e Joaquim Sampaio Pimpão Neto, redator.

Arnaldo Beckert nasceu em Curitiba, em 1902, e morreu no Rio de Janeiro, em 1971. Foi catedrático de Física Experimental e Meteorologia da Universidade do Paraná, a partir de 1928, exercendo atividades na instituição ao longo de 35 anos ininterruptos.

Lecionou, também, Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal, Construção Civil e Arquitetu-

ra, Pontes e Grandes Estruturas, Termodâmica e Motores Térmicos, Estabilidade das Construções, Organização das Indústrias e Física II. Foi secretário e três vezes diretor da Faculdade de Engenharia, ao longo da década de 1930.

Participou do grupo que fundou o Crea-PR, que também presidiu, e atuou na Prefeitura de Curitiba como engenheiro, onde foi diretor do Departamento de Edificações, Cadastro e Patrimônio, chegando a ser prefeito interino da Capital por breves períodos, em várias ocasiões.

Em sua terceira gestão (1940-1941), Beckert teve como companheiros de diretoria: Raphael Klier de Assumpção, vice-presidente; Alaor Barbosa Borba, 1º secretário (derrotou nas urnas o conceituado professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que viria a governar o Paraná nos anos 1970); Silas Pioli, 2º secretário; João Paz Raimundo Filho, tesoureiro; Oswaldo Pilotto, orador; e Rubens Reis Pereira de Andrade, redator.

1933-1934

# Flávio Suplicy de Lacerda

REITOR DA UFPR E  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO



**P**rofessor destacado na Faculdade de Engenharia, liderança emergente, o engenheiro Flávio Suplicy de Lacerda presidiu o Instituto apenas em uma gestão (1933-1934, eleito em 25 de março e empossado dois dias depois), mas deixou sua marca na história da entidade ao comandar um grupo de profissionais da casa que criaria, em junho de 1934, o Crea-PR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná, então denominado de Crea da 7ª Região). Sete meses antes, o Decreto nº 23.569, baixado por Getúlio Dornelles Vargas (“Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil”), estabeleceu a regulamentação profissional e técnica no Brasil e instituiu oficialmente o Conselho Federal daquelas profissões (Confea), que hoje é regido pela Lei nº 5.194/66. Os arquitetos, que criaram em 2011 seu próprio Conselho, não fazem mais parte do Sistema.

No IEP, o período Suplicy de Lacerda contou, nos demais cargos de diretoria, com Roberto Pimentel, vice-presidente; Ângelo Lopes (que seria secretário de Estado e prefeito de Curitiba), 1º secretário; Antonio Batista Ribas, 2º secretário; Arlindo Loyola de Camargo, tesoureiro; Alexandre Gutierrez Beltrão (outro futuro prefeito da Capital), orador; e Eduardo Chaves, redator.

A par do dia-a-dia administrativo no Instituto, onde, por exemplo se preocupou em gerenciar junto ao Ministério da Agricultura para que as licenças de pesquisas de ouro no Paraná fossem dadas de preferência “aos engenheiros nacionais”, Flávio Suplicy de Lacerda dava forma ao “Crea da 7ª Região”, que foi instalado dia 11 de junho de 1934, na sede do IEP, já na segunda presidência de Arnaldo Beckert.

Naquela data, uma segunda-feira, foram eleitos os primeiros conselheiros da nova entidade: representando o IEP, João Moreira Garcez, Durval de Araújo Ribeiro, Alexandre Gutierrez Beltrão, Linneu Ferreira do Amaral, Carlos Ross e Antonio Batista Ribas; pela Congregação da Faculdade de Engenharia, Arnaldo Izidoro Beckert, Adriano Gustavo Goulin e Eduardo Fernando Chaves. Todos, na verdade, associados do Instituto.

Suplicy foi eleito presidente e fez um breve discurso destacando “o grande alcance social do Decreto 23.569/33, bem como as vantagens auferidas pela classe”, como cita o Boletim do IEP daquele ano. Arnaldo Beckert ficou com a vice-presidência, Linneu do Amaral, com a secretaria e Batista Ribas, com a tesouraria.

Um fato interessante é que em junho de 1935, a diretoria do Crea encaminhou ao Confea sua renúncia coletiva, em razão de um impasse criado pelo pedido de registro do cidadão Francisco Pinnow, arquiteto licenciado pela Escola Prussiana de Königsberg. O Crea era contrário, mas o Confea, em recurso, deferiu o pedido. Depois de muita discussão, chegou-se a um meio-termo: o arquiteto licenciado teria atribuições de projetar edifícios, cabendo, porém, os cálculos e projetos estruturais a engenheiros ou a arquitetos diplomados. A paz voltou a reinar no Sistema e a diretoria voltou a trabalhar normalmente.

Ministro da Educação e Cultura do Governo Castello Branco, depois de ter sido reitor da UFPR durante 15 anos consecutivos, o engenheiro e professor Flávio Suplicy de Lacerda nasceu na Lapa (PR) em 4 de outubro de 1903, filho de Manuel José Corrêa de Lacerda e de d. Alice Maria Virmond Suplicy. Diplomou-se em Agrimensura em 1922 pelo Colégio Militar de Barbacena (MG) e em Engenharia Civil, em 1928, pela Escola Politécnica de São Paulo. Foi engenheiro chefe da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e membro do Conselho de Transportes dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Em 1946, exerceu o cargo de secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, na interventoria de Brasil Pinheiro Machado.

Autor de livros importantes, como “Estudos do Fenômeno Flambagem” e “Resistência dos Materiais”, foi professor da UFPR de 1930 a 1948, quando se elegeu vice-reitor na chapa do profes-



sor João Ribeiro de Macedo Filho, que faleceu no ano seguinte. Suplicy completou o mandato, foi reeleito várias vezes e ficou no cargo até 1964, retornando três anos depois, ao deixar o ministério. Em 1949, lançou a campanha pela federalização da Universidade. Construiu o conjunto da Reitoria, o Hospital de Clínicas, a Imprensa Universitária e o Centro Politécnico, entre outros empreendimentos. Foi membro da Academia Paranaense de Letras e primeiro presidente do Instituto Goethe no Paraná. Morreu em Curitiba, em 1 de julho de 1983.

1935-1936

## João Paz Raimundo Filho

COMISSÁRIO DE TERRAS E  
CONSTRUTOR DE ESTRADAS

O processo eleitoral para a gestão 1935-1936 foi, até certo ponto, complicado. Dia 16 de março, houve bate-chapa para todos os cargos. A presidência era disputada pelos associados Eduardo Carvalho Chaves e João Paz Raimundo Filho. Chaves foi o escolhido pela maioria, mas um pedido de verificação sobre a regularidade social dos votantes, adiou a decisão em nove dias. Nesse período, apura-se que, ausente por mais de dois anos do quadro social, Chaves não satisfazia as exigências estatutárias. No dia 25, Paz Filho é eleito presidente e tem como diretores Durval de Araújo Ribeiro, vice-presidente; Joaquim Queiroz Cunha, 1º secretário; Romeu Gonçalves Pereira, 2º secretário; Silas Pioli, tesoureiro; Rozaldo de Mello Leitão (outro que seria prefeito de Curitiba), orador; e Bento Munhoz da Rocha Neto, futuro governador do Paraná, redator, todos empossados no dia seguinte. Meses depois, Arlindo Camargo substitui Pioli e Flávio Lacerda é o orador no lugar de Leitão.



Nono presidente do IEP, João Paz Raimundo Filho era mineiro de Leopoldina, onde nasceu em 10 de junho de 1870. Diplomado pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, em 1896, acatou a sugestão do amigo Emiliano Pernetta e se transferiu para Curitiba, onde iniciou sua vida profis-

sional. Foi medidor de terras devolutas no norte paranaense, em Jaboticabal, Ourinhos, Colônia Mineira, Francisco Beltrão e Cambará; construtor de estradas; engenheiro fiscal da Estrada de Ferro do Paranapanema, simultaneamente às funções de comissário de terras do 1º Comissariado, já na segunda década do século XX; engenheiro da Diretoria de Obras e Viação da Secretaria de Obras Públicas e Colonização e da Estrada de Ferro Norte do Paraná; presidente da Comissão de Tomada de Contas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e da Companhia Telefônica Paranaense, entre outros cargos.

Aposentou-se em 1948, como engenheiro de carreira da Secretaria de Viação e Obras do Paraná. Foi sócio fundador do IEP e do Clube de Xadrez de Curitiba. Pessoa de grande conceito, era conhecido como “Dr. Pazinho” e sua morte, em Niterói (RJ), dia 17 de agosto de 1957, teve repercussão na imprensa paranaense.

1936-1937

## Durval de Araujo Ribeiro

ELEIÇÃO VIRA CASO DE POLÍCIA

A eleição do engenheiro e professor Durval de Araújo Ribeiro para a presidência, em 24 de março de 1936, foi tranquila. O Instituto tinha, nessa época, 108 sócios titulares e 29 sócios acadêmicos. A diretoria - com Adriano Goulin, vice-presidente; Raphael Assumpção, 1º secretário; Luiz Peixoto do Amarante, 2º secretário; Arlindo Loyola de Camargo, tesoureiro; Pedro Paulo Filerich, orador; e Bento Munhoz da Rocha Neto, redator - cumpria suas atividades rotineiras, tratava da reforma dos estatutos, elegia os delegados junto ao plenário do Crea-PR e, também, o delegado-eleitor que representaria o Instituto nas eleições do Confea.

Foi na tarde de 19 de março do ano seguinte que a confusão aconteceu. O IEP se preparava para eleger a diretoria que o conduziria no período 1937-1938. Durval de Araújo Ribeiro anuncia, então, que associados em atraso com a tesouraria não poderiam votar. Começam os protestos da ala adversária, que propõe anistia aos inadimplentes. Os ex-presidentes João Moreira Garcez e Flávio Suplicy de Lacerda e um grupo de aliados, partidários dessa solução, retiram-se para outra sala, afirmando que fariam uma eleição paralela. Mas, logo em seguida retornam.

A ata registra: o presidente é agredido por Raul Gutierrez, enquanto Joaquim Franco ataca o secretário Raphael Assumpção; “estabeleceu-se, então, grande balbúrdia”. A polícia é chamada



para garantir a ordem e a sessão é suspensa. O próprio chefe de Polícia (que hoje é o secretário de Segurança Pública), Roberto Barrozo, comparece à sede do IEP, pede calma e propõe recomençar a assembleia no dia seguinte. Mas uma intimação expedida pelo juiz substituto do Cível e do Comércio da 1ª Vara da Capital, Aristóxenes C. de Bittencourt, fruto de mandado de segurança impetrado pelos excluídos, adia dos procedimentos.

A assembleia só é retomada cinco dias depois, às 14 horas. O chefe de Polícia marca presença no plenário, como um aceno de que a ordem deve ser mantida. Durval Ribeiro lê um ofício do juiz Aristóxenes que comunica ter tornado sem efeito sua decisão anterior, “porque, melhor considerando, sobre o pedido de mandado de segurança, requerido por João L. Constantino e outros, o indeferi, por não ser caso dessa medida”.

Nesse clima pesado, os associados votam e elegem a diretoria para 1937-1938: Raul Zenha de Mesquita, que derrota Arnaldo Beckert, presidente; João Paz Raimundo Filho; vice-presidente; Ildefonso Clemente Puppi, 1º secretário; Raimundo Almir Mourão, 2º secretário; Silas Pioli, tesoureiro (seria substituído em julho por Lysis de Castro Vellozo); Oswaldo Piloto, orador; e Hypérides Zanello, orador. Zanello foi um dos quatro acadêmicos fundadores do IEP em 1926. A posse ocorre em 27 de março, em sessão que também comemora o 11º aniversário do Instituto.

Durval de Araújo Ribeiro foi, durante 37 anos, professor da Faculdade, depois Escola, de Engenharia da UFPR. Curitibano de 1895, iniciou sua carreira em 1922 como professor contratado de Topografia e de Eletrotécnica, e também de outras matérias, como Estatística e Economia Política e Materiais de Construção. Chegou a catedrático por concurso na cadeira de Organização das Indústrias, Contabilidade e Direito Administrativo, em 1933. Depois de ter ocupado o cargo de secretário da Faculdade de Engenharia, foi eleito, em 1940, diretor da instituição e reeleito duas vezes, conferindo grande prestígio à Casa, em função das gestões positivas. Foi também diretor do Departamento de Água e Esgoto do Paraná e conselheiro do Crea/PR. Aposentou-se em 1959.

No livro “Fatos e Reminiscências da Faculdade”, o professor e colega Ildefonso Puppi retrata Durval de Araujo Ribeiro como “participante ativo de boas causas e um diretor controlado, que soube estabelecer harmonia em todos os setores da Escola”. Mas, ressalta que, de temperamento contestador, mais tarde “passou a se indispor por motivos pouco consistentes com colegas de maior destaque. A princípio, fustigando Algacyr Munhoz Mäder, Arnaldo Beckert, Pedro Viriato Parigot de Souza, Ralph J. Leitner, e, por fim, quase toda a Congregação”.

A gestão de Durval Ribeiro no IEP foi marcada por um fato importante para a época: a visita

do presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Adolfo Morales de los Rios Filho dia 6 de março de 1937. Morales, engenheiro-arquiteto espanhol naturalizado brasileiro, foi o segundo presidente do Confea, sucedendo a Pedro Demóstenes Rache. Seu mandato foi o mais longo da instituição, pois ficou quase 25 anos no cargo, de 6 de fevereiro de 1936 a 31 de outubro de 1960. Mereceu do IEP “voto de louvor e de aplausos pela grande obra de conagração da classe e de defesa de seus legítimos direitos” e teve seu nome proposto como sócio honorário do Instituto.



1937-1938

## Raul Zenha de Mesquita

### UMA FAMÍLIA DE NOBRES DO IMPÉRIO

O engenheiro civil Raul Zenha de Mesquita, vencedor da conturbada eleição dos idos de março de 1937, diplomou-se em 1914 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, cidade onde nasceu em 21 de outubro de 1892. Foi, também, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, Astronomia e Geodésia.

Zenha de Mesquita era filho do barão e da baronesa de Mesquita (ele, Jerônimo José de Mesquita), membros de família com importantes serviços prestados ao Império brasileiro; neto do conde de Mesquita (Jerônimo Luiz de Mesquita) e bisneto do marquês de Bonfim (José Francisco de Mesquita).

Veio ao Paraná integrando grupo de trabalho responsável pelo entroncamento rodoferroviário de Ponta Grossa, tendo prestado relevantes serviços à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, onde foi diretor, sempre preocupado com a modernização da ferrovia e do material rodante.

Participou ativamente nas obras de eletrificação da rede e da aquisição das locomotivas elétricas. Também foi presidente do Crea/PR (1940/1942) e prefeito da cidade de Jacarezinho, norte do Paraná, na década de 1930. Sócio-fundador do Graciosa Country Club, de Curitiba. Faleceu em 1956, aos 64 anos de idade.



1939 -1940 e 1944 a 1947

## Oswaldo Pilotto

### UM DEFENSOR DA CAUSA PARANISTA

O professor Oswaldo Pilotto cumpriu quatro gestões à frente do IEP, a primeira em 1939-1940 e as outras três, consecutivas, entre 1944 e 1947.

Sua primeira diretoria tinha como vice-presidente Eduard Gama; 1º secretário, Nestor Dittrich; 2º secretário, Alair Barbosa Borba; tesoureiro, João Paz Raimundo Filho; orador, Edmundo Gardolinski; redator, Elato Silva.

Nas demais gestões, pela ordem dos cargos de vice-presidente a redator, alinharam Roberto Faria Affonso da Costa, Felizardo Gomes da Costa, Agostinho Leão Filho, João Paz Raimundo Filho, Raul Bruel Antonio e Carlos Luiz Luck.

Engenheiro agrônomo formado na Escola de Agronomia do Paraná, em 1921, onde depois foi professor de Física e Meteorologia Agrícola e catedrático da cadeira de Entomologia e Parasitologia Agrícola, obteve em seguida a especialização em Construções Rurais. Diplomou-se em Engenharia Civil em 1938 pela Universidade do Paraná, onde foi Professor Emérito.

Natural de Ponta Grossa (PR), nasceu em 27 de janeiro de 1901, filho de Egídio Pilotto e de



Luiza Sellmer Pilotto. Foi professor da Escola Normal (atual Instituto de Educação do Paraná), que dirigiu por 11 anos, da Faculdade de Filosofia e de Ciências Econômicas e da Escola de Música e Belas Artes, que ajudou a fundar e dirigiu. Foi diretor geral de Educação no Paraná, cargo hoje equivalente a Secretário de Estado, presidente do Conselho Regional de Técnicos de Administração, da Academia Paranaense de Letras (entre 1960 e 1970) e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e diretor da Biblioteca Pública.

Colecionador de números 1 dos jornais paranaenses, a partir do primeiro, o Dezenove de Dezembro, Oswaldo Pilotto é autor de importante história da imprensa do Paraná (“Cem anos de Imprensa no Paraná”) e, entre suas obras, figuram “Notas e Achegas ao Catálogo de Jornais do Paraná”, “Paranaguá na Imprensa”, “A criação da Província do Paraná”, “Sinopse Histórica do Paraná”, “Biografia de Gabriel de Lara” e biografias de Júlia Wanderley, Antônio Rebouças, Rocha Pombo, Barão do Serro Azul e de Plácido de Castro, o libertador do Acre, entre outros. Foi um intransigente defensor das causas paranistas. Morreu dia 29 de maio de 1993, aos 92 anos. Sobre ele escreveu em agosto de 1978, na revista Rumo Paranaense, o jornalista Ali Bark: “Oswaldo Pilloto, além dos méritos de orador nato, de escritor fecundo, pertence a essa elite moral, à classe dos verdadeiros mestres”.

1941 a 1943

## Rubens Reis Pereira de Andrade

### UM COLECIONADOR DE PRESIDÊNCIAS

**E**m 1941, ao entardecer de 22 de março, o professor Arnaldo Izidoro Beckert tentou se reeleger presidente mais uma vez. Seria seu quarto mandato à frente do IEP. Mas encontrou um adversário forte pela frente, o engenheiro Rubens Reis Pereira de Andrade, que cumpriria um segundo mandato consecutivo derrotando o próprio Beckert e, logo depois, colecionaria presidências por uma década no Crea-PR.

Rubens Andrade cumpre o período 1941-1942, com os diretores Arnaldo Beckert, que, também concorreu e venceu para o posto de vice-presidente; Nestor Nivaldo Dittrich, 1º secretário; Armando Miguel Matte, 2º secretário; João Paz Raimundo Filho, tesoureiro; Oswaldo Pilotto, orador; e Elato Silva, redator.

Nas eleições de 21 de março de 1942 para a gestão seguinte, Arnaldo Beckert não só foi derrotado por Andrade para a presidência, como perdeu a vice para Ruy Virmond Carnasciali e a 2ª secretaria para Hasdrúbal Bellegard. Nos demais cargos, foram eleitos Nestor Dittrich, 1º secretário; Leopoldo Schinzel, que interrompe a carreira de tesoureiro de João Paz Filho; Oswaldo Pilotto, orador; e Pedro Viriato Parigot de Souza, redator. Logo no início dos trabalhos, a nova diretoria obteve, da 15ª Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em Curitiba o registro do Instituto de Engenharia



como associação profissional.

Nessa época, o IEP já se reclamava por maior espaço para suas atividades e Pereira de Andrade alugou parte do segundo pavimento do nº 413 da rua 15 de Novembro, no Centro de Curitiba, e marcou a inauguração para 11 de dezembro, dia do Engenheiro e do Arquiteto. Também substituiu parte do mobiliário, inclusive uma mesa de bilhar do tipo francês que estava em mau estado.

O ponto alto da solenidade de abertura oficial da nova sede é a inauguração, na sala de sessões, do retrato do presidente de honra Plínio Tourinho. Presentes ao ato, entre outras autoridades, o coronel Durival Britto e Silva, superintendente da Rede de Viação Paraná Santa Catarina, o presidente do Crea-PR, Raul Zenha de Mesquita, que descerra a placa, e o diretor da Faculdade de Engenharia, Durval de Araújo Ribeiro. Oswaldo Pilotto fala enaltecendo a visão de futuro e o trabalho desenvolvido no IEP por Plínio Tourinho. É também destacado o apoio da Universidade do Paraná para o sucesso da Semana da Engenharia.

Nascido no Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1898, Rubens Reis Pereira de Andrade diplomou-se pela UFRJ em Engenharia Civil. Na sequência, transferiu-se para Curitiba, onde foi professor de Astronomia e Geodésia da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná e paraninfo da turma de 1939.

Depois de presidir o IEP por dois mandatos (1941-1942 e 1942-1943), foi nomeado presidente do Crea-PR, que comandou durante 10 anos, de 1943 a 1953. Na verdade, Pereira de Andrade licenciou-se no finalzinho de seu segundo mandato no Instituto, ao ser, em suas próprias palavras em carta à diretoria, “designado representante do Confea neste Estado, com atribuições de presidir o Crea da 7ª Região”. Argumentava que, em obediência a preceitos internos, os membros da diretoria não devem acumular qualquer outra representação. E transmitiu o posto ao vice, Ruy Virmond Carnasciali.

No IEP, ele sucedeu a Arnaldo Isidoro Beckert; no Crea-PR, a Raul Zenha de Mesquita, que também foi presidente do Instituto, passando depois do longo período o cargo ao também engenheiro civil Alberto Franco Ferreira da Costa.

Rubens Andrade também presidiu a Comissão de Estudos e Obras dos rios Tocantins e Araguaia, nos idos de 1948, quando elaborou projeto para aproveitamento navegável dessa bacia hidrográfica. Para isso, viajava de avião, um DC-3 da Real Aerovias de Curitiba, a Goiás e dali seguia de jipe e barco até Porto Nacional. A medição dos rios era feita de canoa e a pé, no meio de reservas indígenas, onde hoje é o Estado de Tocantins. Morreu em 15 de janeiro de 1953.

1943 - 1944

## Ruy Virmond Carnasciali

ENGENHEIRO E HOMEM PÚBLICO

Vitorioso nas urnas para o novo período administrativo, Ruy Virmond Carnasciali comandou o IEP na gestão 1943-1944 na companhia de Nestor Dittrich, vice-presidente; Hasdrúbal Bellegard, 1º secretário; Manoel Pedro da Silva Sampaio, 2º secretário; Leopoldo Schinzel, tesoureiro; Oswaldo Pilotto, orador; e Parigot de Souza, redator.

Carnasciali, engenheiro civil da turma de 1939 da Faculdade de Engenharia do Paraná, iniciou sua carreira profissional como calculista de concreto armado em empresa de engenharia no Rio de Janeiro, tendo atuado, no mesmo período (janeiro de 1940 a julho de 1941), como engenheiro credenciado pela Inspeção da Alfândega na arqueação de petróleo e derivados, carvão de pedra e máquinas, no Porto do Rio de Janeiro.

A partir de agosto de 1941, até janeiro de 1960, foi gerente e depois diretor-presidente da Construtora Comercial Paraná-Rio S/A (Copara), que fundou e da qual foi sempre o responsável técnico por uma vasta gama de projetos e construção de estabelecimentos industriais, edifícios de escritórios e residenciais, terraplanagens, estradas, pontes e grandes estruturas nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Em 1960-1961 foi chefe do Cerimonial do Palácio Iguazu, no governo de Ney Braga; entre 1963





e 1965, diretor financeiro da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa), assumindo, na sequência, o cargo de diretor financeiro da Codepar Crédito, Financiamento S/A; em 1967, foi nomeado agente do Banco Nacional da Habitação em Curitiba e, pouco depois, delegado do BNH para a 9ª Região – Paraná e Santa Catarina, cargo que exerceu até falecer, em 1974.

1947-1948

## Venevérito da Cunha

### A SURPRESA DA PRESIDÊNCIA

**U**ma eleição com lances inesperados. Venevérito da Cunha, engenheiro especialista em cálculo estrutural era um dos pilares de uma das chapas concorrentes naquele 23 de março de 1947, um domingo do começo do outono curitibano. Figurava como tesoureiro. No grupo, porém, faltava o principal, o candidato a presidente. É que havia duas outras chapas inscritas (embora não formatadas formalmente, já que cada um concorria isoladamente aos cargos) e uma profusão de nomes que se ofereciam ao voto dos associados.

Nas vésperas do pleito, diante do prazo final para inscrição de candidatos, Venevérito foi convocado pelos companheiros para assumir a cabeça do grupo. Atuar como o pilar principal de sustentação. Relutou, mas aceitou. E venceu. Derrotou o presidente Oswaldo Pilotto, que almejava mais uma reeleição, e o professor Paulo Aguiar. Um resultado apertado: 19 votos para Venevérito, 17 para Aguiar e um para Pilotto.

Para a vice-presidência, venceu Hasdrúbal Bellegard; Algacyr Guimarães, derrotado, seria, anos mais tarde, governador do Paraná, eleito pela Assembleia Legislativa. O governador, Ney Braga, havia sido chamado para o Ministério da Agricultura, em 1964, pelo presidente Humberto de Alencar Castillo Branco. E renunciou ao mandato, assim como seu vice, Affonso Alves de Camargo Neto, em razão de acertos políticos.



Na 1ª secretaria, o vitorioso foi Raul Iwersen, à frente de Carlos Amorety Osório, Júlio Cesar de Souza Araújo e Silvestre de Souza; na 2ª, Júlio Cesar de Souza Araújo suplantou Raul Bruel Antonio, Mário De Mari e Osman Pierre; Pedro de Miranda Assy foi consagrado tesoureiro, também num apertado resultado de 20 a 17 votos dados a Walter Scott de Castro Vellozo; o novo orador, Cláudio Manoel de Loyola e Silva, venceu Oswaldo Pilotto, Silvestre Souza e Paulo Aguiar; e Adherbal Sprenger Passos foi escolhido redator, com mais votos do que o concorrente Carlos Luís Lück. A posse foi na quinta-feira 27.

Venevêrito da Cunha nasceu em Florianópolis (SC) em 29 de agosto de 1916. Coursou Engenharia na Universidade do Paraná e já no segundo ano começou a trabalhar como fiscal de argamassa e depois desenhista do serviço de Engenharia da 5ª Região Militar.

Diplomado em 1942, foi contratado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Paraná. Até 1950 trabalhou em sociedade com alguns colegas de turma, fazendo projetos de cálculo estrutural, como o da Penitenciária Agrícola de Piraquara e algumas edificações; atuou, também, na construção civil em Ponta Grossa.

Além de associado ao IEP, que presidiu, Venevêrito foi filiado a entidades internacionais ligadas à sua atividade, como a Sociedade Americana de Engenharia Civil e The Concrete Society, da Inglaterra.

Em 1950 abriu um escritório de cálculo estrutural próprio, por onde passaram muitos estudantes de engenharia e desenhistas que se tornaram profissionais bem sucedidos. O escritório tornou-se ponto de referência e nele foram calculadas plantas de obras como a Biblioteca Pública do Paraná (única obra que ficou pronta para o centenário do Paraná), edifícios-sede da Prefeitura de Curitiba, do Instituto de Engenharia do Paraná, da Ordem Rosa Cruz, da Celepar, Casa de Saúde e Maternidade Dr. Paciornick, anexo do Tribunal de Contas do Paraná, prédios do Sesi, Senai, sinagoga Francisco Frischmann, edifícios Alvorada, Orion, Pussoli, Cosmos, José Loureiro, Construtora Independência, da TV Iguaçu Canal 4, o Fórum de Londrina, entre vários outros.

Em Santa Catarina, também existem marcas do trabalho de Venevêrito da Cunha, como nas obras das Indústrias Dohler, Fundação Tupy, fóruns de Joinville e de Caçador, prédios em Camboriu, estádio do Figueirense, em Florianópolis, edifício da Federação das Indústrias e muitas outras.

Foi, ainda, responsável por projetos de diversas obras importantes não só no Paraná e Santa

Catarina, como no Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso. A extensa relação de trabalhos prestados tanto para governos estaduais como para a iniciativa privada inclui escolas, hospitais, pontes, reservatórios, igrejas, agências bancárias, lojas de departamentos, como a antiga Hermes Macedo.

Venevêrito aposentou-se em 1981, mas continuou por alguns anos em atividade em escritório na sua residência. Em 2009, aos 93 anos, foi escolhido pelos associados do IEP como “Engenheiro do Ano”, recebendo o Troféu Paraná de Engenharia, em concorrida solenidade.

1948 a 1955

# Carlos Luis Lück

## OS ALICERCES DO EDIFÍCIO-SEDE



**A** chegada dos anos 1950 marca uma nova e importante etapa na história do IEP. É quando começam a ser pensados os primeiros alicerces de sua sede própria, inicialmente num endereço diferente do atual. Ao final da gestão Venevêrito da Cunha, a entidade elegeu o engenheiro Carlos Luís Lück que, um ano antes, não tivera sucesso em sua tentativa como aspirante ao cargo de redator de publicações científicas na diretoria.

E Lück chegou à presidência para nela ficar um bom tempo. Quatro mandatos. Entre 1948 e 1955, os dois últimos já dentro dos novos critérios estatutários que estabeleciam gestões bienais. No primeiro, para o qual foi eleito em 29 de março de 1948, vencendo seu colega Paulo Aguiar, trabalhou ao lado de Rubens S. F. do Amaral, vice-presidente; Mario Cadagnone, 1º secretário; Plínio Franco Ferreira da Costa (um futuro vice-governador do Paraná), 2º secretário; Pedro de Miranda Assy, tesoureiro; Adherbal Sprenger Passos, orador; e José Waldomiro

Macedo, redator. Em 1º de junho de 1948, ficou decidido que “o IEP manterá em sua sede jogos de xadrez e outros”.

Foi na segunda gestão de Lück (1949-1950), que foram dados os primeiros passos em direção ao edifício-sede. Na primeira, duas foram as preocupações básicas do IEP: acompanhar, na Câmara Federal, o projeto de lei que alterava o Decreto-Lei nº 23.596/33, aquele baixado pelo governo

provisório de Vargas, com o associado e deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto marcando presença nas discussões, e o novo Código de Obras de Curitiba. Em paralelo, o ex-presidente Venevêrito da Cunha pedia o cumprimento do Plano Agache.

O Plano Agache, considerado o segundo grande plano urbanístico de Curitiba, elaborado pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Donat Agache, que já havia desenvolvido estudos semelhantes para o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, foi encomendado pelo interventor do Paraná, Manoel Ribas, em 1940, na gestão do prefeito Rozaldo de Mello Leitão. Curitiba tinha, então, 120 mil habitantes. Estabeleceu um sistema radial de vias em torno do centro principal e definiu a construção de grandes avenidas, como Visconde de Guarapuava, Sete de Setembro, Nossa Senhora da Luz e Marechal Floriano Peixoto, o Centro Cívico e a zona industrial no bairro Rebouças, entre outros setores.

Ao renovar pela primeira vez seu mandato, na assembleia de associados de 29 de março de 1949, Lück foi eleito na companhia de Alaor Barbosa Borba, vice-presidente; Vicente Montanha, 1º secretário; Mário De Mari, 2º secretário; Agostinho Schwab, tesoureiro; Lysimaco Franco Ferreira da Costa, orador; e Oswaldo A. Sampaio, redator. Uma diretoria bastante diferente da anterior.

Em 16 de fevereiro do ano seguinte, uma nova assembleia geral, convocada “para tratar da construção da sede do IEP em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Curitiba”, organizou quatro comissões para a largada do projeto: Relações com os Poderes Públicos, Projeto, Estudo para Emissão de Bônus e Finanças.

A Comissão de Relações com os Poderes Públicos foi composta dos associados Linneu Ferreira do Amaral, Plínio Tourinho, Ângelo Lopes, Raul Azevedo Macedo, Gastão Cordeiro, Bento Munhoz da Rocha Neto, Oswaldo Pacheco de Lacerda, Algacyr Munhoz Mäder, Cid Luz, Oscar Gomes do Amaral, Lysimaco Costa, José Nogueira Paes, Raul Bruel Antonio, Benjamin de Andrade Mourão e Felizardo Gomes da Costa.

Na Comissão de Projeto alinharam Linneu Ferreira do Amaral, José Bittencourt de Paula, Ernesto Guimarães Máximo, João Wenceslau Ficinski Dunin, Ayrton João Cornelsen, Rubens Meister, Cláudio Loyola e Silva, Raphael Klier de Assumpção e Rubens Mômoli.

A Comissão de Estudo para Emissão de Bônus contou com Luiz Carlos Pereira Tourinho, Pedro Viriato Parigot de Souza, Oswaldo Pilotto, Nestor Nivaldo Dittrich, Alaor Barbosa Borba, Venevêrito da Cunha, Antonio Baptista Ribas, Walter Scott de Castro Vellozo e Othon Mäder.



E a Comissão de Finanças teve a participação de João Moreira Garcez, Odilon Mäder, Rivadavia Fonseca de Macedo, Joaquim M. M. Franco, Vicente Montanha, Agostinho Schwab, Mário De Mari, João de Oliveira Franco Filho, Carlos Eduardo Veiga Leão, Raul Zenha de Mesquita, Tadeu Vantropa, Arédio Xavier de Miranda, João Dernízio Puppi, Raul Iwersen, José Filizola, Roberto Faria Afonso da Costa, Carlos Amorety Ozório, Hasdrúbal Bellegard, José Theodoro Guimarães e Olívio Zagonel.

Na coordenação geral dessas comissões estava o engenheiro Ruy Virmond Carnasciali.

## NOVIDADES:

### Mandato bienal e Conselho Fiscal

A terceira gestão de Carlos Luís Lück (1950-1951) introduziu mudanças na condução do Instituto, através da alteração dos Estatutos, em dezembro de 1950: os mandatos passaram a ser de dois anos e foram criados o Conselho Fiscal e a categoria de sócio-acionista (até então, os sócios eram titulares, honorários, beneméritos e aspirantes); o início do ano social é definido para 27 de março. Nas eleições de 22 de março, realizadas na sede do Clube Curitibano, Lück havia sido reeleito juntamente com Borba, Montanha, De Mari e Schwab, na vice-presidência, 1ª e 2ª secretarias e tesouraria, respectivamente, mas Ney de Almeida Faria e Plínio Costa foram os escolhidos como orador e redator de publicações científicas.

Em maio, o advogado Ernani Santiago de Oliveira (que, quatro anos depois, seria o último prefeito de Curitiba nomeado antes das eleições municipais pós-redemocratização, que levariam o então major Ney Aminthas de Barros Braga ao Paço da Liberdade e a uma longa carreira vitoriosa na política paranaense), é contratado pelo Instituto para assessorar a emissão de bônus ou ações que dariam suporte à construção da sede própria do IEP.

No final do primeiro semestre de 1950 é aprovado o regulamento que “autoriza a diretoria do IEP a emitir 200 (duzentas) ações nominais e patrimoniais no valor de Cr\$ 5 mil (cinco mil cruzeiros, moeda da época) cada uma”. Essas ações seriam garantidas pelo patrimônio imóvel do Instituto e só poderiam ser vendidas a sócios quites com a tesouraria. O atraso de três parcelas

cancelaria a ação e os valores já pagos, descontados 10%, seriam creditados na conta de mensalidades ordinárias do sócio.

As ações só poderiam ser transferidas depois de integralizadas, com termo lavrado em livro próprio, e com cobrança de emolumentos de 10%, com exceção de doação de pai para filho ou herança. O IEP também poderia resgatá-las, pelo valor atualizado, em caso de falecimento do sócio.

Até então, todo planejamento girava em torno do terreno localizado na avenida Barão do Serro Azul, entre ruas 13 de maio e Presidente Carlos Cavalcanti, doado pela Prefeitura de Curitiba, na gestão Linneu Ferreira do Amaral (1949-1951). E já havia um interessado na compra de um andar do futuro prédio: a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. A assembleia geral de 25 de outubro, porém, estabeleceu que o Instituto poderia ceder ou locar espaços, mas não vendê-los.

Mas tudo mudou no começo de 1952. Um ex-diretor do IEP, Bento Munhoz da Rocha Neto, havia sido eleito governador do Paraná, empossado em 31 de janeiro de 1951. “Por questões técnicas e de interesse do Instituto”, conforme destaca o ex-presidente Luiz Carlos Pereira Tourinho em relatório alusivo ao cinquentenário do IEP, datado de 31 de dezembro de 1976, a entidade voltou-se para outro endereço, na rua Emiliano Pernetá, onde, em tempos passados, havia funcionado a Escola Profissional Feminina República Argentina. E obteve de Munhoz da Rocha a doação da nova área.

A diretoria do biênio 1951-1953 havia sido eleita em 7 de março de 1951. O interessante é que havia duas chapas concorrentes e ambas eram encabeçadas por Lück e tinham na vice-presidência Alaor Barbosa Borba, e como orador, Ney de Almeida Faria. A chamada “chapa oficial”, como informa a ata, perdeu, obtendo apenas 10 votos. Nos demais cargos estavam Vicente Montanha, Mário De Mari, Agostinho Schwab e Plínio Costa, mais Alberto Franco Ferreira da Costa, Wilson Johnson e Flávio Toledo Gomide, no Conselho Fiscal.

A chapa vitoriosa, batizada de “Plínio Tourinho”, recebeu 27 votos e Lück, Borba e Faria tiveram como pares Wilson Johnson, 1º secretário; Rubens Mômoli, 2º secretário; Edmundo Talamini, tesoureiro; e Adherbal Sprenger Passos, redator; no Conselho Fiscal, Vicente Montanha, Venerito da Cunha e Alberto Costa.

## NOVA GESTÃO, AS PRIMEIRAS ESTACAS

**A**o mesmo tempo em que conduzia as tratativas para a obtenção do novo terreno, a diretoria do Instituto pleiteava, por sugestão do engenheiro Parigot de Souza, a criação da Faculdade de Arquitetura do Paraná, o que só foi concretizado anos mais tarde.

O terreno da Emiliano Pernetta passa para os domínios do IEP com a condição da entidade transferir o imóvel da Barão do Serro Azul ao Montepio dos Professores e Funcionários da Faculdade de Medicina do Paraná que, por sua vez, deveria doar ao Instituto um andar no prédio a ali ser edificado. O que acabou não se concretizando.

Para fazer caixa visando à obtenção de recursos para a futura sede, o Instituto é autorizado a locar, por três anos, uma parte do terreno (510m<sup>2</sup>) a uma empresa do ramo agrícola. É a faixa, nos fundos, depois transformada em estacionamento para sócios e sobre a qual foi edificado, em 2009, o Centro de Eventos. Um barracão de madeira, parte remanescente da demolição da velha escola, adaptado, funcionou como sede provisória do Instituto e palco de importantes acontecimentos.

Na sede improvisada, “foi providenciada a elaboração do projeto do edifício e do cálculo da estrutura, o primeiro de autoria do eminente professor Rubens Meister e o segundo, do engenheiro calculista Venevêrito da Cunha”, como informa o ex-presidente Tourinho em seu relatório de 1976, ressaltando que ambos prestaram seus serviços sem ônus para o Instituto.

Nesse clima de avanços, Lück é mais uma vez reeleito presidente, dia 4 de março. Vai cumprir a gestão 1953-1955, sua última, com a diretoria formada por Alaor Barbosa Borba, vice-presidente; Jahyr Leal, 1º secretário; Pedro Mortensen Neto, 2º secretário; Vicente Montanha, tesoureiro; Ney de Almeida Faria, orador; e Cláudio Manoel de Loyola e Silva, redator. Elato Silva, Venevêrito da Cunha e Ruy Carnascialli formam o Conselho Fiscal.

Em novembro de 1953, um novo e importante passo: é lançado o edital de concorrência administrativa para execução dos serviços de fundação do edifício-sede. Só poderão concorrer firmas devidamente registradas no Crea-PR, “cujo engenheiro responsável seja sócio acionista

deste Instituto, quite com a tesouraria e tenha resgatado pelo menos metade do valor da ação para a construção da sede”.

Nas propostas, que devem ser entregues até 30 de novembro devem constar: justificção do tipo de fundação adotada, preço global dos serviços, relação dos preços unitários, materiais a serem aplicados, prazo para início e conclusão dos serviços, plantas e especificações fornecidas pelo IEP e condições de pagamento.

Três empresas se credenciam aos serviços: Estacas Franki, Mueller, Caron & Cia e Estaqueamento Paulista Ltda (Estapal). As três propostas são rejeitadas pela comissão julgadora, formada pelos engenheiros Alberto Pinto de Miranda, Joaquim Martins Franco, João de Oliveira Passos, Laércio Forbeck e Benjamin de Andrade Mourão: a Estapal foi eliminada pela falta de documentos, apesar de lhe ter sido concedido um prazo extra de cinco dias; a Mueller, Caron & Cia porque, além do preço mais alto e da obra mais demorada, queria receber 85% do custo após cravar 50% das estacas, entre outros itens inaceitáveis; a Estacas Franki não era clara sobre o preço de alguns itens e apresentava detalhes técnicos incompletos.

Mas as duas últimas refazem as propostas dentro do prazo estipulado e, depois de votação secreta, a comissão proclama a Estacas Franki vencedora. As obras deverão ser iniciadas até 15 de janeiro de 1954. Com isso, Lück encerra seu longo período na presidência.

Nascido em Paranaguá, em 24 de junho de 1914, Carlos Luís Lück, engenheiro civil pela Universidade do Paraná, cumpriu carreira profissional em diversos órgãos públicos, como Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, secretaria estadual de Obras Públicas, departamentos de Estradas de Rodagem, de Água e Esgoto, de Edificações, Companhia Mecânica Brasileira. Atuou também em instituições previdenciárias como o antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e o Ipase. Participou da construção de obras nos portos de Paranaguá e Antonina e da ponte Brasil-Paraguai.

1955-1957

# Eliasib Gonçalves Ennes

## A PRIMEIRA TURMA DE REMIDOS



**A** mobilização em torno do edifício-sede do IEP atrai uma nova leva de associados e, nas eleições de 9 de março de 1955, comparecem 207 votantes, um recorde até então. A chapa liderada pelo engenheiro e professor Eliasib Gonçalves Ennes sagra-se vitoriosa, com 116 votos contra 84 dados à encabeçada pelo ex-prefeito e primeiro gestor do Plano Agache Rozaldo Gomes de Mello Leitão. A posse foi dia 28.

Ennes tem como companheiros de diretoria Pedro Mortensen Neto, vice-presidente; Azaury Guedes Pereira, 1º secretário; Newton Edmundo Grillo Requião, 2º secretário; Ricardo R. Seyer, tesoureiro; Diamantino Conrado de Campos, orador; e Camil Gemael, redator. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Frederico Brambilla, José Theodoro Miró Guimarães e Mário De Mari.

Além das questões internas, há outras que preocupam a nova diretoria, como a situação dos empreiteiros paranaenses diante dos atrasos dos pagamentos do governo do Estado. Ennes também vai ao Rio de Janeiro, então Capital Federal, defender reivindicações da classe acerca de contribuição previdenciária, mantendo contatos junto ao Ministério do Trabalho.

Os 30 anos do IEP, outro tema em destaque da nova administração, foram comemorados dia 27 de fevereiro de 1956 em sessão histórica no salão nobre da Escola de Engenharia - o mesmo que

abrigou aquele grupo de pioneiros em 1926 -, com a presença do representante do governador Moisés Lupion, Nivon Weigert, e do secretário estadual de Viação e Obras Públicas, Eurico Batista Rosas. Coube ao ex-prefeito e ex-diretor Linneu Ferreira do Amaral destacar o papel dos fundadores, na mesma ocasião transformados em sócios remidos. Desde então, anualmente, o Instituto passou a remir associados que completassem 30 anos de contribuição; na reforma dos estatutos de 2009, o período foi ampliado para 40 anos. Uma romaria ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula, para homenagear engenheiros falecidos, encerrou as atividades da data.

Um ano depois, estão no auge as discussões para nova reforma dos Estatutos. O presidente Ennes não aceita a proposta feita na assembleia geral de 14 de fevereiro de 1956 para prorrogar seu mandato, de maneira que a próxima eleição já seja realizada sob a égide da nova Carta. Mas, dias depois, acaba cedendo aos argumentos de um grupo de associados e o mandato é prorrogado por 60 dias. O pleito é, então, marcado para a primeira quinzena de junho. Ennes é derrotado nas urnas pelo engenheiro Mário De Mari.

Ao encerrar sua gestão, entregou ao sucessor os pilares, vigas e a estrutura para a laje do primeiro pavimento da futura sede, inclusive da marquise frontal, assim como o estudo econômico-financeiro para a execução do projeto arquitetônico, de autoria do arquiteto Rubens Meister, e do estrutural, do engenheiro Venevêrito da Cunha. Redefiniu também o regime de construção, que passou a ser por administração direta, com a contratação de mestre-de-obras para concretagem e operários especializados e mão-de-obra bruta, além de regularizar as pendências existentes com a empresa que até então prestava serviços. E reformou o barracão deixado como resto da demolição do edifício da escola profissional que ali havia funcionado, para abrigar a administração do IEP.

Paulista de Catanduvas, Eliasib Gonçalves Ennes iniciou o curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1941, mas interrompeu os estudos para servir, como voluntário, na Força Expedicionária Brasileira, dois anos depois. Finda a guerra, recusou os benefícios da lei que permitia matrícula no 4º ano de Engenharia. Cumpriu o curso integralmente na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná, diplomando-se em 1949.

Também bacharel em Ciências Matemáticas e pós-graduado, em nível de mestrado, em Acústica Arquitetônica e Física Aplicada, cursou a Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, ali dirigiu departamentos e integrou o Conselho Superior da Adesg, a associação dos diplomados da instituição.



Foi professor titular da UFPR, chefe do Departamento de Física Aplicada e Professor Emérito da instituição. Exerceu funções na Universidade da Força Aérea Brasileira e trabalhou na França.

Na presidência do IEP (1955-1957), obteve a declaração de utilidade pública da entidade no município e no estado e encaminhou o assunto em nível federal. Ampliou significativamente o quadro de sócios e, na gestão Parigot de Souza (1959-1961), foi diretor de sede, quando administrou a obra até o quarto pavimento.

De personalidade dinâmica e empreendedora, ao falecer, em 2009, o professor Ennes dirigia uma instituição que fundou, o Citema (Centro Científico e Tecnológico do Meio Ambiente).

1957-1959

## Mário De Mari

EMPRESÁRIO OUSADO  
E ARTISTA PLÁSTICO

**A**ousada empreitada de construir o edifício-sede, uma obra de 16 pavimentos, incluindo o térreo, no centro de Curitiba, exigia da diretoria do IEP um permanente exercício de arrecadação de fundos. Por isso, como aquele terreno recebido em doação da Prefeitura, na avenida Barão do Serro Azul, ainda estava de posse da entidade – a doação ao Montepio dos Professores e Funcionários da Faculdade de Medicina do Paraná não havia sido efetivada –, o novo presidente, Mário De Mari, eleito em março de 1957, decidiu abrir concorrência administrativa para vendê-lo.

A diretoria para a gestão 1957-1959 - com Alaor Barbosa Borba, vice-presidente; Hugo Garbaccio, 1º secretário; Roberto Guilherme Pereira Leite, 2º secretário; Alcyr de Castro Ricardo dos Santos, tesoureiro; Orival Feres, orador; e Júlio Barbosa Régis, redator – colocou mãos à obra e definiu os parâmetros. O terreno foi avaliado em um milhão e cem mil cruzeiros. Várias propostas foram apresentadas. O empresário Ivo Leão ofereceu 984.500 cruzeiros, o que foi aceito pela comissão de licitação, embora com o voto contrário de De Mari. Com esse aporte de recursos, as obras da sede foram retomadas, com a concretagem da primeira laje, escada social e de serviço, preparo para a segunda e a terceira lajes e vedação das paredes laterais e internas do térreo e do primeiro andar e as laterais do segundo.



Na gestão de Mário De Mari foi criada a galeria de fotos de presidentes do IEP, que inicialmente contemplou apenas os falecidos: na época, João Moreira Garcez, José Niepce da Silva, Adriano Gustavo Goulin, Agnello Ribeiro Ribas, João Paz Raimundo Filho, Raul Zenha de Mesquita e Rubens Reis Pereira de Andrade. Hoje, a galeria com o retrato de todos os ex-presidentes está no Salão Nobre do Instituto, depois de permanecer durante décadas no saguão de entrada no andar da administração.

Na Semana do Engenheiro, em novembro de 1959, o IEP promoveu uma viagem de associados às obras de construção de Brasília, que seria inaugurada em 21 de abril do ano seguinte, pelo seu idealizador, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Mário De Mari, da turma de 1946 da Faculdade de Engenharia do Paraná, nasceu em Curitiba em 6 de fevereiro de 1922. Ainda no curso pré-universitário, começou a trabalhar como ajudante de engenheiro na Prefeitura de Curitiba, passando depois a topógrafo, até, já diplomado, ser promovido a engenheiro. Ao final da gestão do prefeito Ney Braga (1954-1958), na qual implantou e foi o primeiro diretor do Departamento de Planejamento e Urbanismo (atual Secretaria Municipal de Urbanismo e que cumpria também o papel anos depois conferido ao Ippuc/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), pediu demissão para dedicar-se à iniciativa privada.

Foi proprietário, diretor e responsável técnico de uma grande empresa de engenharia, Lindemberg De Mari, que chegou a ter mais de dois mil trabalhadores e 15 engenheiros e arquitetos. Grandes obras suas, edifícios residenciais e industriais, estão espalhados por vários estados brasileiros. Foi diretor financeiro da Codepar (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), depois Badep, que também presidiu.

Depois de exercer importantes cargos em instituições de renome e construir grandes obras, o engenheiro Mário De Mari dedica-se, hoje, a ações voluntárias de grande significado social, como orientador de cursos diversos para trabalhadores da construção civil e de programas de hortas comunitárias em escolas públicas e associações de bairro. Na Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), que presidiu de 1968 a 1974, foi até pouco anos o coordenador do Conselho de Responsabilidade Social.

Outra faceta desse empresário, homem público e líder classista é a dedicação à pintura, hobby que desenvolve há quase 60 anos, tendo participado de inúmeras exposições. Quadros seus estão em vários países da Europa e das Américas.

1959-1961

## Pedro Viriato Parigot de Souza

### A OCUPAÇÃO DAS PRIMEIRAS SALAS

Um dos maiores homens públicos que o Paraná já teve. Na opinião, praticamente unânime, de seus contemporâneos, assim foi o engenheiro e professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que presidiu o IEP no biênio 1959-1961 e foi governador do Paraná entre novembro de 1971 e julho de 1973.

A gestão de Parigot de Souza no IEP representou um avanço na construção da sede. Para obter recursos, realizou entre os sócios uma campanha de antecipação de anuidades visando à remissão e concretizou o arrendamento da parte dos fundos do terreno (uma faixa de 17x30 metros) à Cia Hoepner Agrícola e Comercial. Com isso, pode reorganizar os serviços de mão de obra, que haviam sido parcialmente paralisados, e implantar uma série de acabamentos, inclusive com colocação de vidros e divisórias.

Algumas salas foram preparadas para abrigar as atividades do Instituto, enquanto o barracão que servia como sede provisória foi colocado abaixo. A mudança foi concretizada em 27 de outubro de 1960, com festa de confraternização no terceiro andar. Foi iniciada a pavimentação da entrada de veículos. O ex-presidente Eliasib Gonçalves Ennes era o diretor responsável pelas obras e, em seu relatório, Parigot destaca a colaboração



ativa de engenheiros como Nelson Logullo, Hugo Peretti, Rubens Meister, Venevêrito da Cunha e Herbert Wiegand Leyser.

Seus pares de diretoria foram Frederico Brambilla, vice-presidente; Ivo Arzua Pereira, 1º secretário; Luiz Armando Garcez, 2º secretário; Ernesto Sperandio, tesoureiro; Durval Eduardo Pacheco de Carvalho, orador; e Omar Sabbag, redator. Sabbag foi prefeito de Curitiba de 1967 a 1971.

Ao longo de seu mandato, o professor Parigot defendeu a regulamentação da profissão de arquiteto, promoveu uma viagem técnica de 30 engenheiros à Bolívia, grupo liderado por Mário De Mari, e reivindicou que os vencimentos dos engenheiros funcionários públicos estaduais fossem equiparados aos promotores. Projeto de lei nesse sentido foi apresentado em 1959 na Assembleia Legislativa pelo deputado Eurico Batista Rosas, associado do IEP. Aprovado, foi vetado pelo governador, baseado em parecer de sua assessoria que o considerou inconstitucional, pois a medida só poderia ser de iniciativa do Executivo.

Parigot de Souza nasceu em Curitiba em 26 de fevereiro de 1916 e diplomou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, em 1937. Fez curso de especialização em Hidráulica e Hidrologia na França e estágios em vários países da Europa, Estados Unidos e Japão. Professor em sua especialidade na UFPR, lecionou até ser indicado vice-governador, em 1970, na chapa de Haroldo Leon Peres, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Exerceu cargos públicos desde 1940, quando, por concurso, ingressou na Secretaria de Viação e Obras Públicas e no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, onde acompanhou obras importantes, como o cais de atracação do Porto de Paranaguá e a regularização do rio Iguaçu. Foi autor de muitos projetos nessa área. Dedicou-se, a seguir, ao campo da energia elétrica. Presidiu a Copel de 1961 a 1970, construindo grandes usinas, como Salto Osório, Foz do Chopim, Salto Grande do Iguaçu e Capivari-Cachoeira, que hoje leva seu nome. Criou na UFPR o Centro de Pesquisas Hidráulicas, que produz, até hoje, modelos reduzidos de usinas e pesquisas na área.

Em novembro de 1971, com a renúncia do governador Leon Perez, acusado de corrupção, Parigot de Souza assumiu o governo do Estado, legando ao Paraná um plano de desenvolvimento e um programa de atração de investimentos. Com câncer, que tratava desde 1969, morreu precocemente aos 57 anos, em 11 de julho de 1973. Poucos meses antes, havia sido eleito “Engenheiro do Ano de 1972” pelo Instituto de Engenharia de São Paulo.

1961-1963

## Ivo Arzua Pereira

IEP DEBATE A  
CURITIBA DO FUTURO

O engenheiro Ivo Arzua Pereira presidia o IEP (gestão 1961-1963), quando o governador Ney Braga convidou-o para ser candidato a prefeito de Curitiba. Vitorioso nas eleições de 7 de outubro de 1961 e empossado em 15 de novembro (a posse dos prefeitos era sempre nessa data), iniciou um período de avanços para a cidade. Instituiu o Plano Diretor de Urbanismo (Lei nº 2.828/66), que reorganizou o planejamento da capital e teve, no Instituto de Engenharia, um dos principais cenários de debates. Governou a cidade até março de 1967 e sua eficiente gestão lhe valeu o convite para ser ministro da Agricultura do presidente Arthur da Costa e Silva, entre 1967 e 1969.

Arzua nasceu em Palmeira (PR) em 1925 e diplomou-se em Engenharia na Universidade do Paraná, em 1948, e em Administração de Empresas. Foi professor na UFPR nas cadeiras de Estatística, Economia Política e Finanças, Geometria Analítica e Cálculo Numérico, Organização de Indústrias, Contabilidade Pública e Industrial, Estatística II e Econômica e Engenharia de Sistemas. Foi também instrutor de Ensino Militar na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. Antes de ser prefeito, dirigiu o Porto de Paranaguá e as obras do Centro Cívico, em Curitiba.

No IEP, Ivo Arzua foi 1º secretário entre março de 1959 e março de 1961, quando se elegeu





presidente e comandou a entidade até fevereiro de 1963. Nem mesmo a campanha política o afastou da gestão do Instituto, a não ser bem no final, conforme atestam as atas da diretoria. Seus companheiros de diretoria foram Osmário Lopes dos Santos, vice-presidente; Honório Petersen Hungria, 1º secretário; Odebal Bond Carneiro, 2º secretário; Clóvis Dallegrove Silva, tesoureiro; Antonio Dionísio Arantes Amazonas, orador; e Isaac Sender, redator de publicações científicas; no Conselho Fiscal, Ivan Austregésilo Maida, Oswaldo Pilotto e Rubens Meister.

Nos seus dois anos de mandato, procedeu à reforma dos Estatutos, batalhou pela remuneração mais justa aos engenheiros do Estado e deu sequência às obras do edifício-sede. Executou parte da estrutura de concreto e a vedação em alvenaria dos três primeiros pavimentos, inclusive com revestimento das fachadas e colocação de vidros, além dos projetos de água e esgotos. Também iniciou o processo da primeira locação das lojas do térreo. A faixa de terreno que havia sido arrendada retornou aos domínios do Instituto e passou a ser estacionamento para associados.

Arzua conferiu ao IEP o papel de parceiro ativo na Comissão de Planejamento de Curitiba, instituída pela Prefeitura. E legou à instituição o novo Estatuto, que iria balizar a vida da entidade pelas próximas quatro décadas e meia. Ainda no âmbito classista, presidiu o Conselho Regional de Administração.

Na Prefeitura, criou o Ippuc, em 1965, renovou o centro urbano, implantou importantes avenidas, alargou outras, instituiu o Fundo Municipal de Telefones, construiu a Vila Nossa Senhora da Luz de casas populares, a primeira escola municipal que daria início à rede de ensino de primeiro grau, os primeiros postos de saúde e muitas outras obras de importância urbana e social.

No Ministério da Agricultura, legou ao país a Carta de Brasília, que balizou o planejamento da agricultura brasileira, criou o Instituto de Pesquisa Agropecuárias, construiu o Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas da América Latina e desenvolveu a aviação agrícola em convênio com o Ministério da Aeronáutica.

Foi, ainda, presidente da Telepar, do Instituto de Previdência do Estado, governador do Distrito 4730 do Rotary Internacional e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Integrou a Academia Nacional de Engenharia e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Tem vários livros publicados. Faleceu em Curitiba em 9 de setembro de 2012.

1963-1965

## Rubens Meister

### UM SEMEADOR DE PROJETOS

Os novos Estatutos do IEP, aprovados em Assembleia Geral realizada em 31 de julho de 1962, publicados nos dias 10 de setembro e 24 de outubro no Diário Oficial do Estado e registrados dia 25 no Registro de Pessoas Jurídicas, substituíram os primeiros Estatutos do Instituto, datados de 20 de outubro de 1926 e modificados em 12 de maio de 1934. Seu artigo terceiro é que definiu IEP como sigla do Instituto de Engenharia do Paraná. O Capítulo VI, artigo 40, instituiu o Conselho Consultivo, que seria formado por todos os ex-presidentes e ex-vice-presidentes que tivessem exercido a presidência do IEP por mais de seis meses, além do presidente e vice em exercício.

Mais adiante, no Capítulo VIII, dedicado à Administração foi criado o Conselho Deliberativo, constituído por 15 membros e que teria um terço renovado anualmente; foi, também, dada nova forma à Diretoria, que passou a ser composta de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário; 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Foram extintos os cargos de orador e de redator de publicações científicas, mas criados órgãos departamentais de Biblioteca, Social, do Patrimônio, de Divulgação e Publicidade, de Seções Regionais, de Sede, de Desportes e Assistencial, cujos diretores seriam designados entre nos sócios titulares.

Foi sob os princípios dessa nova Carta constitucional do IEP, que o engenheiro e professor Rubens Meister elegeu-se, na assembleia de 15 de janeiro de 1963, presidente para o biênio 1963-



1965, na companhia de Euro Brandão, 1º vice; Kamal David Curi, 2º vice; Pedro Lagos Marques, 1º secretário; Brasil Pinheiro Machado, 2º secretário; Milton Martins Carneiro, 1º tesoureiro; e Celso Fabrício de Mello, 2º tesoureiro.

Uma das primeiras providências da nova diretoria, depois da posse, em 6 de fevereiro, foi indicar, a pedido do prefeito Ivo Arzua, um representante para a Comissão de Planejamento de Curitiba, sendo escolhido o engenheiro Gustavo G. Monteiro.

Em sua gestão, o professor Meister executou as obras de acabamento do edifício-sede até o terceiro pavimento e concluiu o auditório, lançando a seguir o edital de licitação para a compra das cadeiras para o espaço, adquiridas da empresa Móveis Cimo e que lá estão intactas até hoje cumprindo sua finalidade.

Natural de Botucatu (SP), onde nasceu em 1922 e engenheiro civil pela Universidade do Paraná, turma de 1947, ao longo de sua vida profissional Rubens Meister sempre teve atuação destacada na comunidade paranaense. Professor universitário desde 1948, assumiu a cátedra na UFPR, lecionando nos cursos de Engenharia Civil e de Arquitetura e Urbanismo, nas cadeiras de Arquitetura, Construção Civil, Planejamento e Administração de Obras, Orçamentos e Especificações e Técnica de Construções.

Foi chefe do Departamento de Construção Civil da Universidade por duas gestões, membro do Conselho Técnico e Administrativo da Escola de Engenharia e membro do Conselho de Curadores da UFPR. Como engenheiro integrou a Comissão de Planejamento de Curitiba e o Grupo de Trabalho do Plano Diretor do Centro Cívico; participou da Comissão de criação do curso de Arquitetura da UFPR e foi designado pelo Ministério da Educação para a Comissão de Especialistas de Ensino de Engenharia.

Entre seus principais projetos destacam-se o Teatro Guaíra, a Estação Rodoferroviária de Curitiba, o edifício da Caixa Econômica Federal, o edifício-sede da Fiep, no Centro Cívico, a Reitoria da UFPR, a Biblioteca Pública do Paraná, o Palácio Avenida, como sede do antigo Bamerindus, atual HSBC, o Centro Politécnico, a Celepar, todos na capital, e o Teatro Municipal de Joinville, além de inúmeros outros para empresas privadas. Em 1996, nos 70 anos do IEP, foi homenageado com o Troféu Paraná de Engenharia, na qualidade de Engenheiro do Ano. Faleceu em Curitiba, aos 89 anos, em 29 de julho de 2007. Em 2011, recebeu o mesmo Troféu na categoria “In Memoriam”.

1965-1967

## Euro Brandão

### O CRIADOR DO CONSÓRCIO DE AUTOMÓVEIS

O dia 15 de março de 1965 pode ser considerado um dos marcos históricos do IEP. É que a data registra os primeiros movimentos para a implantação do que seria um dos principais serviços prestados pelo Instituto aos seus associados até hoje – o consórcio de automóveis, um dos mais antigos do Brasil.

O engenheiro e professor Euro Brandão havia sido eleito presidente do IEP pouco mais de um mês antes e já oferecia boas notícias aos sócios, ao lado de seus companheiros de diretoria: Paulo Augusto Wendler, 1º vice-presidente; Pedro Mortensen Neto, 2º vice; Dante Bianco, 1º secretário; Saul Hey, 2º secretário; Celso Fabrício de Mello, 1º tesoureiro; e Guilhermino Baeta de Faria, 2º tesoureiro. A minuta do consórcio começou a ser discutida e aprimorada e o projeto final foi apresentado ao Conselho Deliberativo, que o aprovou, em maio.

O consórcio, chamado originalmente de Plano de Automóveis, foi administrado inicialmente por Eros Lepca e depois por João Enéas Ramos de Sá, que cumpriu 25 anos como tesoureiro do IEP, gerenciando-o por mais de duas décadas, até falecer, em outubro de 1998. Teria sido pensado embrionariamente na gestão anterior, fruto de uma conversa informal entre os associados Loury Ramalho e Levy Lustosa, conforme cita o Jornal do IEP, edição nº 603, de maio de 2006. Houve um período, em 1966, que o atraso na entrega dos



carros pelas concessionárias quase comprometeu o empreendimento.

Hoje, o consórcio é o que tem as menores taxas entre os concorrentes: 7% de administração e 2% de Fundo de Reserva que, ao final de cada plano, é devolvido ao consorciado. A numeração atual dos planos vigora desde 1993, quando o sistema foi informatizado.

Em agosto de 1965, enquanto prosseguia com as demais obras do edifício-sede, Euro Brandão inaugurou o Salão Social do IEP, também chamado de Sala de Estar, destinado a abrigar eventos, aniversários e formaturas. Para marcar, realizou um concurso de arte entre os associados, com exposição dos quadros. Seu filho Marcelo, com cinco anos de idade na época – e que, décadas depois seria conselheiro e vice-presidente técnico do IEP –, participou com uma pequena pintura, na categoria infantil.

No início de 1966, é feita uma correção no emblema do IEP, de autoria dos professores Orlando Silveira Pereira e Carlos Barontini e instituído um prêmio ao aluno da Escola de Belas Artes que melhor modelasse o braço.

Na Semana de Engenharia, em dezembro de 1966, é realizada sessão solene de entrega de medalhas de honra ao mérito a três engenheiros paranaenses: Ralph Jorge Leitner, pela contribuição prestada ao desenvolvimento da técnica; Pedro Viriato Parigot de Souza, pelo desenvolvimento do Plano de Eletricidade do Paraná; e Ivo Arzua Pereira, pela remodelação de Curitiba e instituição do plano de casas populares.

Um dos expoentes da Engenharia paranaense e brasileira, o professor Euro Brandão foi, também, destacado homem público, tendo sido ministro da Educação e da Cultura em 1978-1979, depois de ocupar a Secretaria Geral do MEC por quatro anos, na gestão do ministro Ney Braga, e reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), de 1986 a 1997.

Diplomado em Engenharia (1945) e em Filosofia (1953) pela Universidade do Paraná, ingressou no IEP como associado em 1950, quando era chefe do Escritório Técnico do Departamento de Via Permanente da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC) e auxiliar de ensino da cadeira de Pontes e Grandes Estruturas na Escola de Engenharia.

Euro Brandão foi diretor-superintendente da Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC, depois Rede Ferroviária Federal, hoje privatizada), em 1967, secretário estadual dos Transportes do Paraná, em 1973-1974, e presidente do Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná, hoje extinto, 1979-1983). Seu vasto currículo profissional registra atividades como coordenador do

curso de Engenharia Civil e chefe do Departamento de Engenharia Civil da UFPR, introdutor do ensino de Estruturas de Aço, Estruturas de Concreto Protendido e Programação de Computadores Aplicada à Engenharia, fundador e primeiro diretor do Centro de Computação Eletrônica da Federal, Professor Emérito da UFPR, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Ciências de Okayama/Japão e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro de importantes instituições internacionais ligadas à Engenharia.

Em 1958, Euro Brandão integrou o grupo de professores que criou a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras, embrião da PUCPR. Especialista em pontes e grandes estruturas, integrou a Academia Paranaense de Letras, as Academias Brasileiras de Educação e de Ciências Políticas e foi renomado artista plástico. Morreu em 31 de outubro de 2000, aos 75 anos de idade.



1967-1969

# Véspero Mendes

## CINCO VEZES SECRETÁRIO DE ESTADO



**A** pesar de contar com modestos recursos financeiros em caixa, mas exercendo a criatividade para obtê-los, a gestão de dois anos comandada pelo engenheiro Véspero Mendes conseguiu avançar bastante na adequação do espaço até então construído no edifício-sede, que já abrigava, desde a administração Parigot de Souza, as atividades funcionais e sociais do Instituto.

Como revela seu relatório de gestão, Véspero mobiliou o salão de festas, efetuou o revestimento do saguão de entrada e das escadas, instalou, equipou e decorou o bar, ponto de encontro dos associados, procedeu a serviços da rede subterrânea de distribuição de alta tensão, telefone, água e esgotos, de impermeabilização da marquise, acabamento da fachada norte e revestimento externo com pastilhas. Foram, ainda, executados novos sanitários, regularização do pisos, pinturas internas, ensaibramento e iluminação do pátio de estacionamento, cujo acesso já havia sido asfaltado, e adquiridos um veículo para uso administrativo e duas linhas telefônicas.

No âmbito cultural e social, promoveu uma série de atividades, como exposições de artes plásticas, palestras técnicas e sobre iniciação musical, desfile de modas, torneio de futebol entre o IEP e outras associações de engenheiros, além dos tradicionais jantares-festivos, sempre muito apreciados e frequentados pelos associados e familiares. Deu ênfase a seminários e cursos, entre os quais um destinado a mestre de obras. Firmou convênios de descontos para associados em

lojas comerciais.

Seu período administrativo deu atenção, também, aos interesses da categoria, acompanhando junto ao governo federal questões sobre o salário profissional dos engenheiros, para o que contou com o apoio de dois deputados federais paranaenses e sócios do Instituto – Alberto Franco Ferreira da Costa e Emílio Hoffmann Gomes.

No biênio 1967-1969, Véspero teve como parceiros na diretoria: Francisco Borsari Neto, 1º vice-presidente; Celso Fabrício de Mello, 2º vice; Jurandyr Pavão, 1º secretário; Manfred Theodor Schmidt, 2º secretário; Djalma Costa Palmeira, 1º tesoureiro; Renato João Sossela de Freitas, 2º tesoureiro.

Véspero Mendes é gaúcho de Palmeira das Missões (RS), onde nasceu em 3 de outubro de 1933. Formou-se na UFPR, em 1957. Como engenheiro, iniciou no DER/PR, exercendo diversas funções, incluindo a de diretor administrativo. Foi secretário de Estado do Governo do Paraná, secretário de Educação e Cultura, superintendente da Fundepar, presidente do Conselho Estadual de Educação, diretor técnico da Codepar (Companhia de Desenvolvimento do Paraná, depois Badep), diretor administrativo da UFPR, assessor técnico do Ministério de Agricultura, cargos esses ocupados entre 1957 e 1966.

Entre 1967 e 1972, ocupou-se de atividades privadas: presidente do IEP, consultor da Comissão de Elaboração do Código de Edificações de Curitiba, diretor financeiro da Metalgráfica Merhy S.A., diretor administrativo da Engenharia e Comércio Barbosa S. A, conselheiro fiscal do Inocoop (Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais), fundador e conselheiro da Spea (Sociedade Paranaense de Estudos de Administração) e do CIEE/PR (Centro de Integração Empresa Escola).

Em novo período de ações públicas, foi secretário de Estado dos Negócios do Governo, diretor administrativo da Copel, diretor de suprimentos da Eletrosul, secretário de Estado do Planejamento, secretário de Estado da Administração e diretor da Delegacia do MEC no Paraná, abrangendo esses cargos o período de 1972 a 1994. Lecionou Organização Industrial e Administração nos cursos de Engenharia na UFPR.

Véspero Mendes também é Administrador qualificado pelo CRTA, e Técnico em Problemas de Desenvolvimento Econômico, autorizado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Após sua aposentadoria, dedica-se a atividades comunitárias no Lar dos Meninos de São Luiz. É autor de diversos trabalhos didáticos e científicos nas áreas da engenharia, administração de empresas e de educação.

1969-1971

# Paulo Augusto Wendler

## O EDIFÍCIO-SEDE CHEGA AO TOPO



O biênio administrativo comandado pelo engenheiro Paulo Augusto Wendler foi decisivo para o futuro do IEP, pois, no período, foi concluída toda a estrutura do 4º ao 15º pavimentos, inclusive a laje de cobertura, a caixa d'água superior e os poços dos elevadores.

Em sua gestão, foi incorporado ao patrimônio do Instituto uma quadra de terreno em Guaratuba, doada pela Prefeitura local, evento que mereceu almoço de confraternização de associados naquele balneário paranaense, com a presença do prefeito e de outras autoridades.

Wendler conduziu uma série de jantares e outros eventos festivos, sempre atraindo para o recinto do IEP as famílias dos associados, e promoveu uma série de cursos e palestras, que também marcaram a Semana do Engenheiro de 1970. E iniciou os contatos para que Curitiba recebesse a VII Convenção Nacional de Engenheiros, em parceria com a Febrae

(Federação Brasileira de Associações de Engenheiros), que seria concretizada na gestão seguinte, de Cássio Bittencourt Macedo.

As primeiras providências para a VII Convenção foram delegadas à uma comissão organizadora composta dos engenheiros Harro Olavo Müller, Vicente Montanha, Luiz Renato de Abreu Mäder, Mario De Mari, João Dernísio Puppi e Elgson Ribeiro Gomes.

Nascido em Curitiba, em 20 de maio de 1922, o engenheiro civil e professor Paulo Augusto

Wendler demonstrou desde a infância a sua aptidão para cálculos. Tanto é verdade isto que diplomou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, em 1946, mantendo o primeiro lugar em sua turma durante os cinco anos de curso. Tal distinção nos estudos foi reconhecida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia que, de imediato, lhe outorgou o Prêmio Lysimaco Ferreira da Costa, em 5 de dezembro de 1951. Anos mais tarde, diplomou-se pela Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro.

Dotado de profundo conhecimento na área de cálculo estrutural, Paulo Augusto Wendler exerceu o magistério lecionando na Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda da Aeronáutica. Também foi professor titular da disciplina de Resistência dos Materiais na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, tendo ali lecionado desde a sua graduação até atingir a idade da aposentadoria compulsória.

Vários projetos estruturais tiveram a sua assinatura, como a cobertura do Teatro Guaíra, o Teatro da Reitoria, a Igreja Matriz de Cascavel, o Hospital de Clínicas e o Centro Politécnico da UFPR. Em 30 de Março de 1995, recebeu da Câmara Municipal o Prêmio Cidade de Curitiba pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana. Faleceu em 1966.

1971-1973

Cássio

Bittencourt Macedo

## A GRANDE CONVENÇÃO DE ENGENHEIROS



O engenheiro Cássio Bittencourt Macedo caminhava para os últimos meses de seu segundo mandato como presidente da Apeop (Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas; mais tarde o termo Empreiteiros foi trocado por Empresários), em 1971, quando foi lançado para disputar a presidência do IEP. Eleito para o Instituto em 14 de janeiro, seria nomeado, dois meses depois, para o cargo – que ocuparia pela segunda vez – de secretário de Viação e Obras Públicas do Paraná, o que o levou a renunciar à Apeop, por julgar a função incompatível com suas novas atribuições.

No IEP, Cássio chegou à presidência concorrendo com dois outros candidatos: o presidente Paulo Augusto Wendler, que disputava a reeleição, e o ex-presidente Eliasib Gonçalves Ennes, que havia comandado o IEP na gestão 1955-1956.

Na assembleia geral ordinária realizada em 14 de janeiro de 1971, à qual compareceram 554 associados votantes, obteve maioria absoluta, 52% dos votos, contra 48% dados aos dois outros concorrentes. Empossado em 6 de fevereiro - data em que o IEP comemorava seus 45 anos de fundação -, tinha como companheiros de diretoria os enge-

nheiros Ney Simas Pimpão, 1º vice-presidente; Wilson Ribeiro de Souza, 2º vice; Shido Ogura, 1º secretário; Rubens Curi, 2º secretário; José Moscalewski, 1º tesoureiro; e Ary Veloso Queiroz, 2º tesoureiro. Moscalewski faleceu em setembro de 1972 e como Ari Queiroz estava licenciado, Cássio indicou para substituí-lo o engenheiro João Enéas Ramos de Sá.

Uma das suas primeiras providências foi abrir o IEP aos sábados, não só na parte administrativa como na social, instituindo uma “happy hour” no final da manhã, na qual os participantes eram convidados a colaborar e a angariar recursos para as obras do edifício-sede.

“Na diretoria do engenheiro Cássio Macedo foram fechadas com alvenaria de tijolos as paredes externas, do 4º ao 16º pavimento, concluído o emboço e reboco internos, colocadas esquadrias de alumínio do quarto, quinto e sexto pavimentos e concluído o revestimento externo da fachada principal e das laterais”, destaca o relatório do cinquentenário do IEP, elaborado em 1976 na presidência do professor Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Em sua gestão, Cássio realizou jantares festivos, ampliou a pauta de cursos e palestras, instalou o salão de barbeiro e a alfaiataria, com preços especiais aos associados, firmou convênios com médicos e dentistas, criou o Departamento Cultural, entregou ao engenheiro Ney Fernando Perracini Azevedo, e realizou um dos maiores eventos programados pelo segmento no Paraná até hoje – a VII Convenção Nacional de Engenheiros, que trouxe a Curitiba cerca de 700 participantes de 12 estados brasileiros.

Curitiba havia sido definida como sede da VII Convenção Nacional de Engenheiros no final da gestão do antecessor de Cássio no IEP, o engenheiro Paulo Augusto Wendler, e seria uma realização conjunta com a Febrae (Federação Brasileira de Associações de Engenheiros).

Inicialmente marcada para meados de 1971, por questões relativas a apoios e patrocínios, a Convenção acabou sendo realizada de 12 a 18 de agosto de 1972, com a sessão solene lotando o auditório da Reitoria da UFPR. Reuniões preparatórias e seminários tiveram lugar no IEP e as palestras, outros seminários e demais sessões de trabalho, na sede da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), no Centro Cívico.

Quatro grandes temas embasaram a Convenção: A Independência do Brasil e a Engenharia, A Engenharia e a Indústria, A Função da Engenharia no Desenvolvimento Nacional e A Engenharia e os Cursos de Curta Duração. Dirigido a quatro mãos pelos presidentes da Febrae, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Filho, e do IEP, Cássio Bittencourt Macedo, o evento teve como presidente de honra o governador do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Souza.



A par da programação de palestras e seminários, houve visita técnica ao Porto de Paranaguá, concurso de monografia, eventos de confraternização, inclusive recepção dos participantes no Palácio Iguçu, e a I Feira Nacional de Engenharia e Indústria.

Duas vezes secretário de Estado de Viação e Obras Públicas do Paraná (1957-1959 e 1971), paranaense de Curitiba, onde nasceu em 13 de abril de 1922, o engenheiro civil Cássio Bittencourt Macedo tem ampla folha de serviços prestados ao desenvolvimento paranaense. Diplomado pela UFPR em 1947, exerceu diversas funções públicas, iniciando como engenheiro residente do DER/PR em Londrina, durante seis anos, de onde saiu para assumir o cargo de diretor de Obras e Planejamento da Prefeitura de Londrina (hoje equivalente a secretário municipal), onde permaneceu até 1957, quando foi nomeado titular da SVOP pela primeira vez. Em Londrina, realizou obras importantes como o Lago Igapó, a Concha Acústica e um estádio de futebol, além de um plano comunitário de pavimentação, que repetiria, anos mais tarde, como empresário, em Guaratuba, litoral do Paraná. Em 1962, licenciou-se do serviço público para atuar na iniciativa privada, como diretor de empresas, onde permaneceu até se aposentar.

No âmbito classista, foi presidente da Apeop, do IEP, vice-presidente do Sicepot, membro dos Conselhos Consultivos do IEP, da Apeop e da FIEP. Sócio-fundador do Rotary Clube Curitiba-Leste, foi seu presidente na gestão 1965-1966 e governador do Distrito 464 (atual 4730) do Rotary Internacional, em 1975-1976.

Entre 1988 e 1992 participou como responsável técnico do consórcio que executou a Usina de Segredo no rio Iguçu, com potência instalada de 1.260 MW. Em 1999, foi homenageado pela Fiep com a Medalha do Mérito Industrial; e pelo IEP, em 2000, como Destaque em Obras Públicas e em 2003, como Engenheiro do Ano. Em maio de 2006, recebeu o título de Vulto Emérito de Curitiba, conferido pela Câmara Municipal, e, em 2010, a Medalha do Mérito conferida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

1973 a 1987 e 1993 -1995

## Luiz Carlos Pereira Tourinho

OITO MANDATOS  
NA PRESIDÊNCIA

**E**m 16 de seus 87 anos de existência, o IEP teve apenas um presidente - o engenheiro, professor e general de brigada da reserva Luiz Carlos Pereira Tourinho, filho do fundador da entidade Plínio Alves Monteiro Tourinho. Foram sete gestões consecutivas, entre 1973 e 1987, e a oitava, no biênio 1993-1995, depois de três períodos administrativos do engenheiro Ney Fernando Perracini de Azevedo.

Tourinho foi indicado para concorrer à presidência pelo seu antecessor, Cássio Bittencourt Macedo, que preferiu abrir mão da prerrogativa da reeleição para se dedicar às atividades profissionais e empresariais. Exatos 682 votantes sufragaram seu nome na Assembleia Geral do dia 15 de janeiro de 1973. A posse foi no 47º aniversário do IEP, dia 6 de fevereiro.

Na diretoria, que praticamente repetiria para o segundo mandato, formaram também: Ney Simas Pimpão, 1º vice-presidente; Cláudio José Antunes; 2º vice; Ney Fernando Perracini de Azevedo, 1º secretário; Rubens Curi, 2º secretário; João Enéas Ramos, de Sá, 1º tesoureiro; e João Bley do Amaral, 2º



tesoureiro. As mudanças foram José Mário Lírio Reis, como 1º tesoureiro, e João Enéas, como 2º tesoureiro.

Nas duas gestões seguintes (1977-1979 e 1979-1981), Luiz Carlos Pereira Tourinho formou a diretoria com Paulo Munhoz da Rocha, 1º vice-presidente; Jeferson Weigert Wanderley, 2º vice; Ney Fernando Perracini de Azevedo, 1º secretário; Shido Ogura, 2º secretário; João Enéas Ramos de Sá, 1º tesoureiro; e Bernardino Campos Filho, 2º tesoureiro.

Concorrendo sempre em chapa única, com apenas uma exceção, em 1983, Tourinho cumpriria mais três mandatos consecutivos: 1981-1983, com eleição dia 12 de janeiro, na companhia de Renato Meister, 1º vice-presidente; Inaldo Ayres Vieira, 2º vice; Ney Perracini de Azevedo, 1º secretário; Eliseu Lacerda, 2º secretário; João Enéas Ramos de Sá, 1º tesoureiro; e Djalma Costa Palmeira, 2º tesoureiro; no de 1983-1985, que reuniu o número recorde de eleitores, até então – 1.027, em 10 de janeiro -, Ney Simas Pimpão volta à 1º vice-presidência e Archimar Antonio Viana Amorim é o 2º vice; os demais cargos permanecem inalterados.

Nesse pleito, o professor Tourinho foi surpreendido pelo aparecimento de um candidato concorrente – Mário Fortes Braga -, que havia ingressado como sócio do IEP em 29 de novembro de 1982, ou seja, poucos dias antes do prazo final para o registro das chapas. Tourinho obteve 879 votos (85,6%) contra 140 de Braga, sete nulos e um em branco.

Na gestão 1985-1987, uma novidade: duas mulheres participam, pela primeira vez da diretoria. Ney Fernando Perracini de Azevedo sobe à 1ª vice-presidência, Afonso Celso Frega Beraldi é 2º vice; Maria Aparecida Garcez Beckert, 1º secretário; Gilberto Piva, 2º secretário; João Enéas Ramos de Sá, 1º tesoureiro; e Tamara Lepca Maia, 2º tesoureiro.

Meses depois de assumir pela primeira vez, Tourinho aprovou em assembleia realizada dia 12 de novembro autorização para a hipoteca de bens patrimoniais do IEP, visando à operação financeira que possibilitasse recursos para a conclusão da sede. Ao mesmo tempo, obteve do governador em exercício João Mansur – que assumira interinamente em razão da morte de Parigot de Souza, até a eleição, pela Assembleia Legislativa, de Emílio Gomes e Jayme Canet Junior, governador e vice –, a sanção da lei estadual nº 6.431, de 19/7/73, que autorizava o Poder Executivo a anuir no contrato de hipoteca, uma vez que, na doação do terreno, o Estado havia incluído uma cláusula de inalienabilidade do imóvel.

Foi, então, contratado um empréstimo de um milhão de cruzeiros junto à Caixa Econômica Federal do Paraná, com juros de 8,65% ao ano, para pagamento em 10 anos, o que assegurou o

acabamento da obra, com revestimento dos pisos e dos sanitários, esquadrias do 7º ao 16º andares, pintura interna e externa e a aquisição dos dois elevadores, instalados em meados de 1975. A quitação foi possível com recursos próprios do Instituto, o aluguel de 12 pavimentos e de duas lojas, além de uma contribuição voluntária de cinco cruzeiros por associado, inclusive remidos, destinada à regularização de débitos junto à Previdência Social. A última parcela do empréstimo foi paga em outubro de 1985.

A inauguração do edifício-sede, que passaria a ser chamar Edifício Plínio Alves Monteiro Tourinho, marcou o cinquentenário do IEP: no dia 4 de fevereiro de 1976, às 19h, foi descerrada a fita simbólica, seguindo-se sessão solene e abertura de exposição técnica; no domingo, dia 6, foi celebrada pela manhã, missa em ação de graças na igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com as festividades sendo encerradas com jantar de confraternização no Clube Concórdia. O ano de 1976 foi pródigo em exposições, cursos e palestras que seriam, dali em diante, uma das marcas registradas do Instituto. Em parceria com a Aliança Francesa de Curitiba e a Associação Brasileira dos Estagiários na França, foi montada uma exposição sobre o metrô de Paris.

Em março de 1975, o IEP anunciou sua intenção de alugar vários pavimentos do prédio e que “na seleção de inquilinos será dada prioridade a entidades de classe, escritórios de engenharia e a empresa relacionadas com a profissão”. Dez pavimentos acabaram sendo locados ao Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), que instalou uma recepção no térreo, o que obrigou o IEP a separar o acesso às suas dependências, com um gradil; ao fundo do espaço, antes das escadas, “as gravuras das duas primeiras obras de engenharia imperial – a Graciosa e a Ferrovia de Paranaguá”, como consta de um relatório de gestão.

Os jantares festivos para associados ganharam ênfase sob a presidência de Luiz Carlos Pereira Tourinho, inclusive com versões temáticas. Tourinho criou, também, os almoços e jantares “do papo”, reuniões informais de associados por adesão em diferentes restaurantes da cidade, e abrigou a Boatinha criada pelo Daep (Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná), que passou a ser gerida pelo recém fundado Departamento Universitário do Instituto.

Outra herança do Daep foi a Revista Técnica: com a reforma universitária decretada pelo governo federal, os diretórios acadêmicos foram extintos. O acadêmico Ivo Mendes Lima, último presidente do Diretório naquela fase (e primeiro diretor universitário do Instituto) transferiu a revista para o IEP, no final da gestão de Cássio Bittencourt Macedo. A primeira edição sob a chancela do Instituto foi lançada por Tourinho em dezembro de 1973, com a coordenação do professor Ney Perracini de Azevedo. No total, foram para o prelo 39 números.

Também foram reeditadas novas versões do famoso Chá Dançante de Engenharia, que marcou época nas décadas de 1940 e 1950, ainda hoje lembrado com muita saudade pelos mais antigos. Os encontros dos sábados pela manhã no Bar da Amizade foram consolidados, as atividades esportivas, incrementadas, deu-se forma definitiva à galeria de ex-presidentes e uma biblioteca foi instalada na sede.

O IEP, na gestão de Tourinho, em 1975, batalhou pela criação da regional do Paraná da Rede Ferroviária Federal, com gestões junto ao ministro dos Transportes, Dirceu Araújo Nogueira; em março do mesmo ano, o diretor geral da RFFSA, general Milton Gonçalves, visitou o IEP para discutir a questão, que acabou se concretizando.

Em 1980, o IEP sediou o II Congresso Latinoamericano sobre Métodos Computacionais para a Engenharia e o IV Simpósio sobre Sistemas Computacionais para a Engenharia Civil. Em outra oportunidade, trouxe de São Petersburgo, Rússia, para uma palestra, o professor de Transmissão de Energia Elétrica Georgy Nikolaevitch Aleksandrov, com a colaboração do associado Gregório Bussyguin. Aliás, ao longo de suas oito gestões o IEP sempre foi pródigo em eventos técnicos de todos os matizes, sempre com auditório lotado. Em 1982, Tourinho promoveu um debate com o governador recém-eleito José Richa sobre as grandes questões da Engenharia, da situação funcional de engenheiros servidores do Estado e de prestígio às empresas paranaenses. Em 1984, conquistou para Curitiba o 7º Enco (Encontro Nacional da Construção), realizado de 15 a 19 de julho.

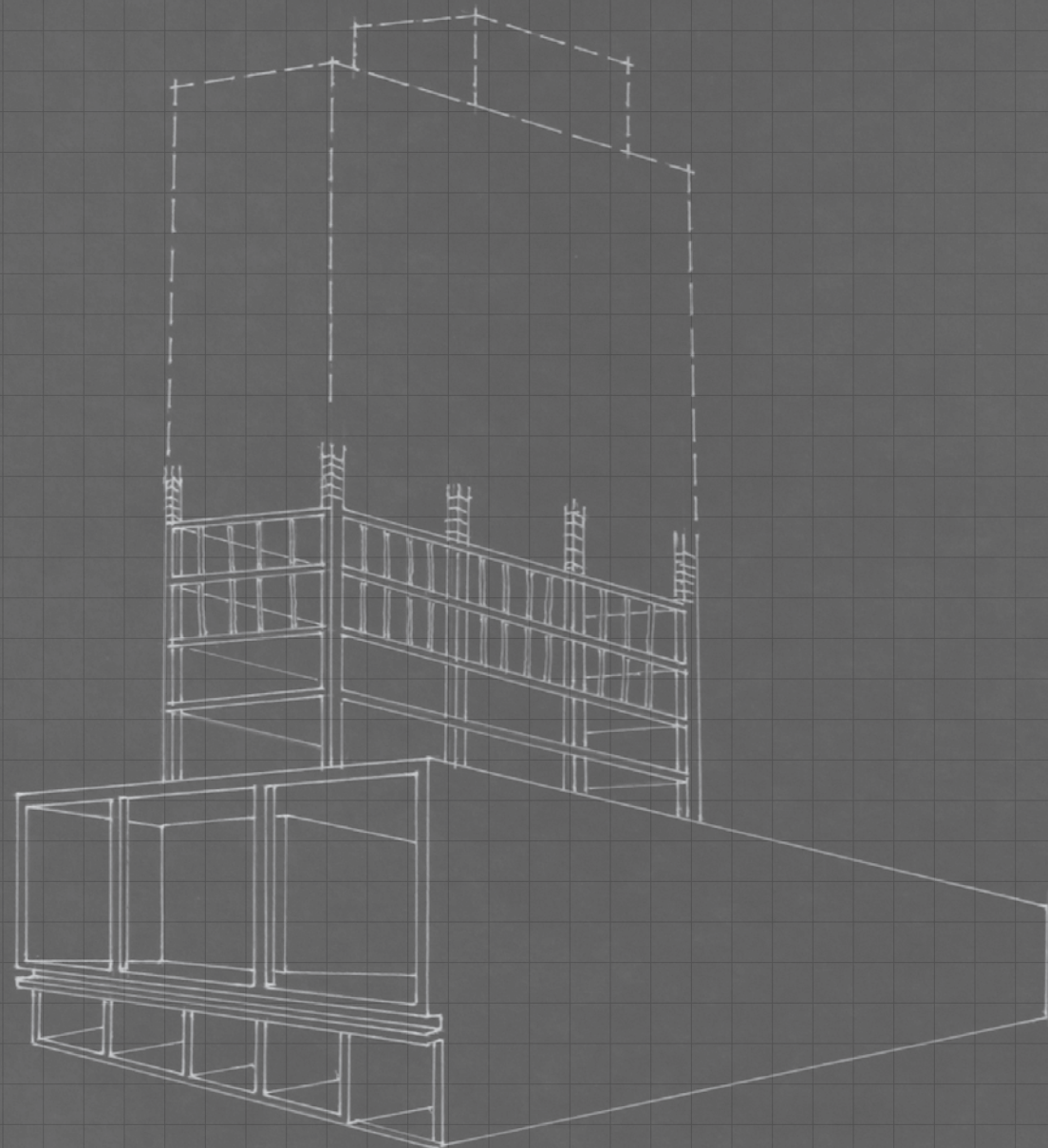
Em 6 de outubro de 1982, foi comemorado o centenário de nascimento do fundador do Instituto de Engenharia, Plínio Alves Monteiro Tourinho, em evento conjunto do IEP, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, UFPR, Crea-PR, Sindicato de Engenheiros e Academia Paranaense de Letras.

O professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, que nasceu em Curitiba, em 19 de dezembro de 1913, cursou a Escola Militar do Realengo e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ambas no Rio de Janeiro. Diplomou-se engenheiro civil em 1938, pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Foi diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem no governo Bento Munhoz da Rocha Neto, autor do plano rodoviário do Paraná, introdutor da aerofotogrametria no estudo de estradas e iniciador da pavimentação asfáltica no Paraná. Participou da Comissão de Estradas de Rodagem Paraná-Santa Catarina, foi engenheiro-chefe na exploração e construção da rodovia Curitiba-Joinville, entre várias outras, construiu quartéis e coordenou o estudo de viabilidade econômica da malha ferroviária PR/SC.

Foi diretor técnico da Copel, assessor do Instituto Brasileiro do Café, interventor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, diretor da Escola de Engenharia e chefe do Departamento de Transportes do curso de Engenharia Civil da UFPR, onde lecionou em vários cursos, tendo sido paraninfo e patrono de 15 turmas de engenheiros, além de instrutor-chefe no CPOR.

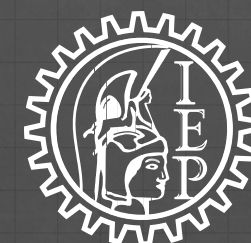
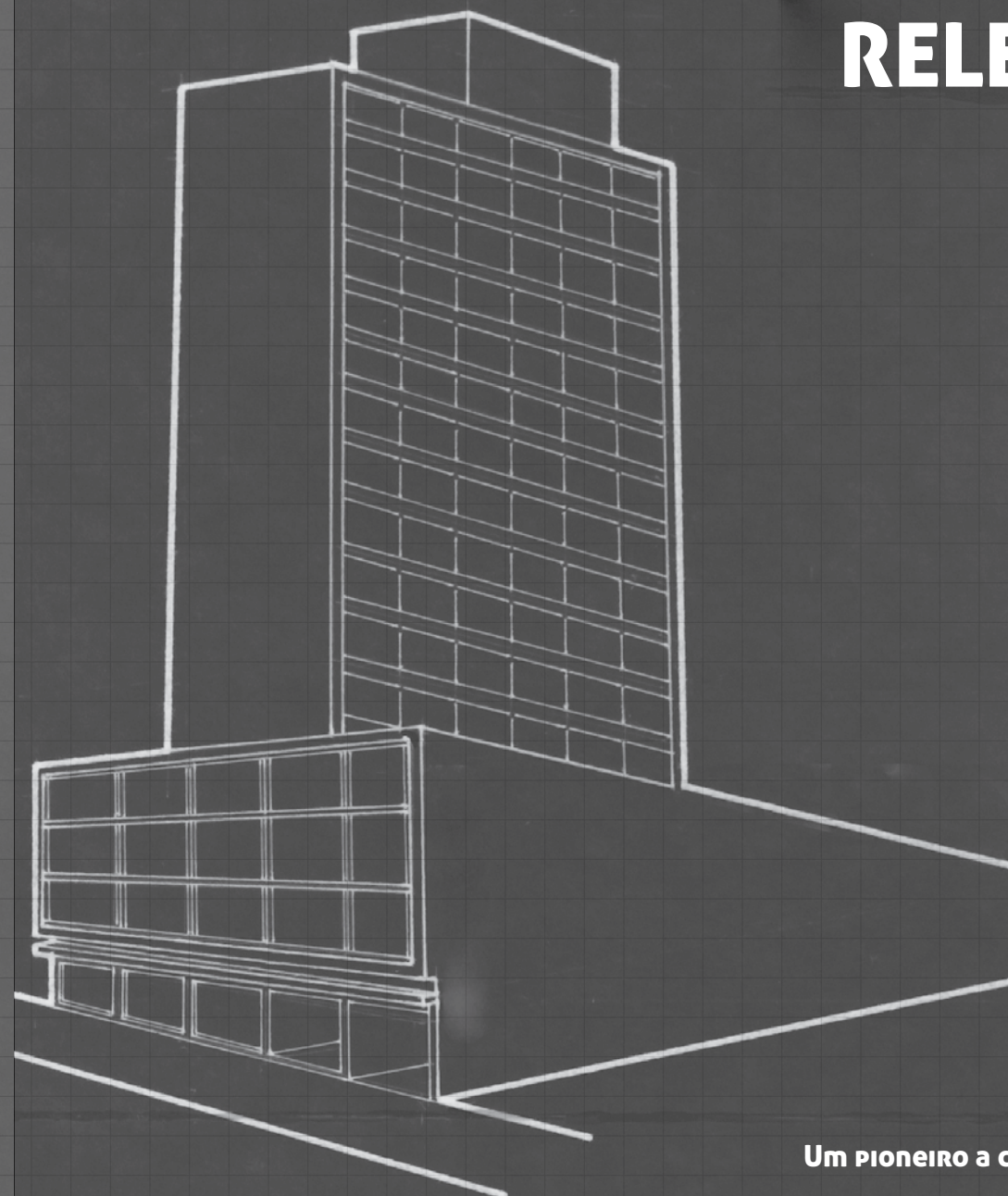
Tourinho foi deputado federal pelo Paraná na legislatura 1955-1959, presidente do antigo Partido Social Progressista, candidato a governador do estado e a prefeito de Curitiba. Escritor e historiador, presidiu por longo tempo o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e foi membro da Academia Paranaense de Letras. Foi conselheiro federal junto ao Confea e vice-presidente da Febrae – Federação Brasileira de Associações de Engenheiros. Em 1991, foi um dos quatro engenheiros brasileiros homenageados com a primeira Medalha do Mérito do Sistema Confea/Creas, pelos relevantes serviços prestados à Engenharia, mesmo motivo que o levou a ser escolhido o primeiro Engenheiro do Ano, honraria instituída pelo IEP em 1995, recebendo o Troféu Paraná de Engenharia.





Instituto de Engenharia do Paraná

# III. FATOS RELEVANTES



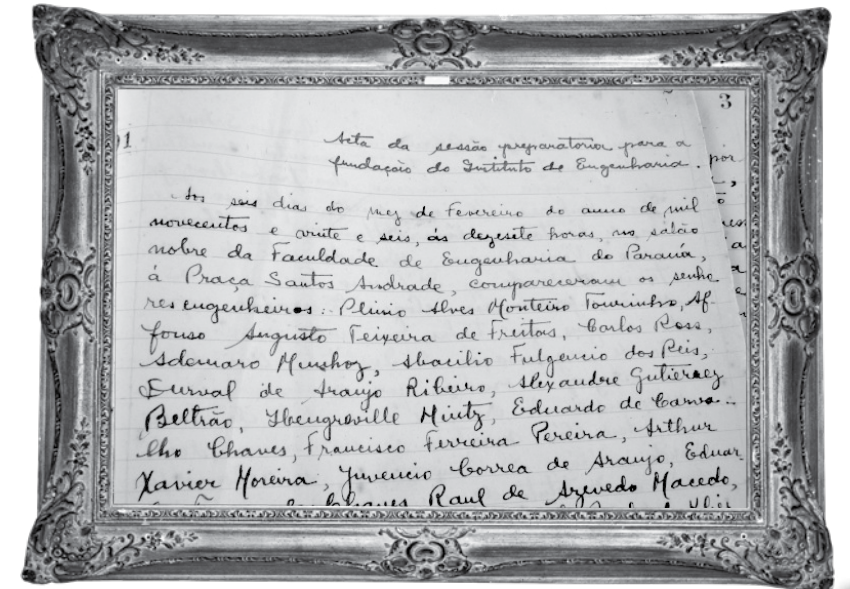
INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Um pioneiro a caminho do centenário



# Ata da sessão de fundação do Instituto

**A**os seis dias do mês de fevereiro de 1926, às dezessete horas, no salão nobre da Faculdade de Engenharia do Paraná, à praça Santos Andrade, compareceram os senhores engenheiros: Plínio Alves Monteiro Tourinho, Afonso Augusto Teixeira de Freitas, Carlos Ross, Ademaro Munhoz, Abacílio Fulgêncio dos Reis, Durval de Araújo Ribeiro, Alexandre Gutierrez Beltrão, Eduardo de Carvalho Chaves, Francisco Ferreira Pereira, Artur Xavier Moreira, Juvêncio Correia de Araújo, Eduardo Fernando Chaves, Raul de Azevedo Macedo, Djalma Maciel, Roberto Pimentel, Raphael Klier D'Assunção, Joaquim Sampaio Neto, Emílio Müller Neiva de Lima, João Paz Raymundo Filho, João Teodoro de Andrade Assunção, Osvaldo Pereira de Lacerda, Sebastião Gomes de Faria Junior, Newton Balster Viana, José Brasil Valério, Gabriel de Souza Aguiar, Gastão Chaves, João Cândido Filho, Luiz Ciruelos, Acrísio Lago Marques, Ivaí Martins, Caio Graco Pereira, Lúcio Pereira Junior, Dario Dergint, Artur Lins de Vasconcelos Lopes, Frederico Perracini, Hengreville Hintz, Sérgio Valério, Algayr Munhoz Mader, Ângelo Lopes, Walter Scott de Castro Velloso, Arnaldo Izidoro Beckert, José Maria Carneiro de Loiola, Agnelo Ribeiro Ribas, Máximo Azinelli, Olívio Mieli, Altamirano



Nunes Pereira e os acadêmicos Benjamin Mourão, Ari Saldanha da Costa, Hipérides Zanello, Alberto Ribeiro Paz e Carlos Schultz. Às dezessete horas e trinta minutos constituiu-se a mesa de direção dos trabalhos pelos senhores Plínio Tourinho, Afonso Teixeira de Freitas, Ademaro Munhoz e Altamirano Nunes Pereira, servindo este de secretário. Abrindo o Dr. Plínio a sessão, pronunciou eloquente oração, expondo os fins que tinha em vista a comissão de organização do Instituto. Em seguida, perguntou o orador se alguém dissentia da proposição de criar-se o Instituto da Classe. A Assembleia manteve-se em silêncio, declarando, então, o Dr. Plínio, que se achava fundado o Instituto de Engenharia. Por indicação do Dr. Hengreville Hintz, constituiu-se a comissão de organização dos estatutos, com os srs. Dr. Plínio, Teixeira de Freitas e Ademaro Munhoz. Nada mais havendo a discutir-se, foi dada a palavra a quem desejasse fazer qualquer indicação. Solicitando-a o Sr. Altamirano Nunes Pereira, que propôs fosse lançado em ata um voto de reconhecimento ao Deputado ao Congresso Legislativo do Paraná, Hernani Nogueira Zaina, por ter o mesmo apresentado à deliberação daquela Casa um projeto regulamentando o exercício da Engenharia. Esta proposta foi unanimemente aprovada, motivo pelo qual faz-se constar nesta ata o seguinte: Voto de Reconhecimento. Os engenheiros do Paraná, reunidos em sessão preparatória para tratar da fundação do Instituto de Engenharia resolvem, por indicação do Sr. Altamirano Nunes Pereira, lançar em ata a expressão de seu voto de reconhecimento ao senhor Deputado Hernani Nogueira Zaina, pela sua ação elevada e patriótica, submetendo à consideração de seus pares um projeto de regulamentação do exercício da Engenharia. Nada mais havendo a tratar-se, deu o Sr. Dr. Plínio Alves Monteiro Tourinho por encerrada a sessão, da qual lavrou esta presente ata que assino. Altamirano Nunes Pereira, servindo de secretário.

# A primeira regulamentação da profissão

LEI ESTADUAL Nº 2384,  
DE 10 DE MARÇO DE 1926

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º - O exercício da profissão de engenheiro, em qualquer dos ramos, de arquiteto e de agrimensor, será somente permitido:

- a) aos que se mostrarem habilitados pelas escolas de engenharia, cujos títulos sejam reconhecidos pelo Governo da União e do Estado;
- b) aos que, sendo graduados por escola ou faculdade estrangeira se habilitarem perante qualquer das escolas mencionadas na letra “a” de acordo com os respectivos regimentos;
- c) aos que na data da publicação desta Lei exercerem cargo efetivo de engenheiro, arquiteto ou agrimensor, em qualquer repartição Federal, Estadual ou Municipal;
- d) aos que venham exercendo, há mais de cinco anos, no território do Estado, uma dessas profissões;
- e) aos agrônomos diplomados pelas escolas agrícolas, oficiais, da União ou dos Estados, e pelas subvencionadas pelos Estados, na divisão e demarcação de propriedades rurais.

Parág. 1º - Os professores ou ex-professores de escolas técnicas estrangeiras e os que forem diplomados por uma dessas escolas, estes desde que provem a autoria de livros ou obras notáveis da especialidade, poderão ser dispensados do exame e habilitação a que se refere a letra “b”.



Parág. 2º - Os brasileiros graduados por escola ou faculdade estrangeira que registrarem seus títulos na Secretaria Geral do Estado, até cinco anos depois da publicação desta lei, serão também dispensados da habilitação a que se refere a letra “b”, depois de terem provado que fizeram um curso regular na escola que expediu o diploma.

Parág. 3º - No caso de letra “d” o interessado receberá uma licença especial da Secretaria Geral do Estado, desde que prove dentro de seis meses, a contar da data da publicação desta lei, que executou ou dirigiu trabalhos profissionais de reconhecido valor.

Art. 2º - O exercício da profissão de engenheiro, arquiteto ou agrimensor só será permitido depois do registro do respectivo título ou licença na Secretaria Geral do Estado.

Parág. 1º - O registro se fará independente de qualquer emolumento, em livro especial, consistindo na transcrição do diploma ou licença.

Parág. 2º - O profissional que exercer a profissão sem o registro do título respectivo, incorrerá na multa de 500\$000, que será elevada ao dobro na reincidência.

Parág. 3º - Bastará para o exercício da profissão o registro do título de nomeação na Secretaria Geral do Estado, aos que estiverem nas condições da letra “c” do artigo 1º.

Art. 3º - O engenheiro, agrimensor ou arquiteto que acobertar com o seu nome o exercício ilegal da profissão, incorrerá na multa de um a dois contos de reis, e na suspensão do exercício respectivo pelo tempo de seis meses a um ano.

Art. 4º - O exercício da engenharia, arquitetura ou agrimensura por parte de companhia ou sociedade somente será permitido se a direção e a execução do serviço estiverem a cargo de profissionais legalmente habilitados, havendo no mínimo 50% de engenheiros brasileiros.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretario Geral d’Estado a faça executar.

Palácio da Presidência do Estado do Paraná 38º da República, em 10 de março de 1926.

Caetano Munhoz da Rocha  
Presidente do Estado do Paraná

Alcides Munhoz  
Secretaria Geral d’Estado.

*(Publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná - Ano XII - nº 4231 - 22/3/1926).*

## DECRETO Nº 14, de 2 de janeiro de 1931

O General Interventor Federal do Estado do Paraná tendo em vista o que lhe requereu o Instituto de Engenharia do Paraná e considerando que as profissões liberais, como as de advogado, médico, farmacêutico e outras se acham regulamentadas, com a única exceção da de Engenharia;

Considerando que, em tal propósito, a única tentativa levada a efeito no Estado e consubstanciada na Lei nº 2.384, de 10 de março de 1926, não satisfaz aos seus objetivos, dando, ao contrário, lugar a abusos que de todo a deturparam;

Considerando que, nessas condições, tal fato constitui verdadeira anomalia que deverá ser sanada pela decretação de uma medida uniforme que coloque todos os profissionais em perfeita igualdade de condições perante a Lei;

Considerando que, nesse sentido, a medida mais consentânea com o espírito do século e com a prática do verdadeiro regime republicano seria a decretação no Estado da liberdade profissional, em toda a sua plenitude;

Considerando que, porém, o Estado do Paraná, está, neste ponto, como todos os outros, subordinado às prescrições gerais da União e que esta mantém as regalias profissionais dos diplomados nas Escolas e Academias do País;

Considerando, portanto, que, nessas condições, deve o Governo, atendendo aos insistentes reclamos dos Engenheiros Paranaenses, estender também a estes os mesmos favores de que gozam os membros das outras profissões liberais até que o País delibere sobre os princípios que devem presidir a sua organização.

## DECRETA

Art. 1º O exercício da profissão de Engenheiro, em qualquer dos seus ramos, só será permitido dentro do território do Estado.

a) Em toda a plenitude profissional, aos Engenheiros Militares e aos Civis diplomados pelas escolas do País, oficiais ou equiparadas, ou pelas estrangeiras, desde que hajam legalmente revolidado no Brasil os seus diplomas;

b) Dentro dos limites profissionais designados pelos respectivos títulos:

1º - Aos Agrônomos, Arquitetos, Geógrafos, Agrimensores, Eletricistas e Mecânicos, diplomados no Brasil, por escolas oficiais ou equiparadas.

2º - Aos profissionais brasileiros que, diplomados por escolas do estrangeiro, já exerçam no País, há mais de cinco anos, a contar da data deste Decreto, a respectiva profissão.

3º - Aos construtores, já licenciados em virtude da Lei de nº 2.384, de 10 de janeiro de 1926, que façam parte de Companhias, Empresas, Sociedades ou firmas estabelecidas com oficinas para construções, anteriormente à data deste Decreto.

4º - Aos Agrimensores já licenciados em virtude da referida Lei nº 2.384, de 10 de janeiro de 1926, que hajam realizado serviços oficiais de medições de terras.

Art. 2º Será obrigatório o registro dos diplomas de Engenheiro, de qualquer categoria, mencionadas no artigo precedente.

§1º O registro do diploma ou da sua certidão far-se-á na respectiva Secretaria do Estado, independente de requerimento, mediante o pagamento, no Tesouro do Estado, da taxa de 20\$000 e constará da sua transcrição, em livro especial, e do atestado desse registro no seu verso.

§2º O Engenheiro que exercer a profissão sem haver registrado o seu diploma, incorrerá na multa de 500\$000, que será elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 3º Somente os Engenheiros que preencherem as condições exigidas pelos artigos anteriores poderão:

a) exercer cargos técnicos estaduais ou municipais;

b) projetar, dirigir ou fiscalizar serviços profissionais ou obras públicas quaisquer do Estado ou

dos Municípios;

c) contratar ou executar empreitadas, de empresas ou de Companhias, concernentes a serviços de Engenharia;

d) ser louvados ou nomeados para vistorias, peritagens, medições, divisões e demarcações judiciais com direito, nestes casos, a honorários marcados por tabela aprovada pelo Governo do Estado.

§1º Poderão, a juízo do Governo, continuar no exercício de cargos técnicos os atuais funcionários não diplomados que já os venham exercendo anteriormente à data deste decreto.

§2º São isentas das exigências deste artigo as obras ou construções quaisquer, cujos orçamentos não excederem de 10:000\$000.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 2.384, de 10 de março de 1926.

Art. 5º As Companhias, Empresas, Sociedades ou Firmas quaisquer, que queiram executar ou explorar serviços concernentes a Engenharia, deverão ter, pelo menos, um técnico que preencha as condições do artigo 1º deste decreto, responsável pelos respectivos trabalhos e metade dos seus cargos técnicos preenchidos por Engenheiros brasileiros que satisfaçam as mesmas exigências.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 2 de janeiro de 1931, 43º da República.

General Mário Monteiro Tourinho  
Presidente do Estado do Paraná

Plínio Alves Monteiro Tourinho  
Autor da Lei

# A vida dura dos engenheiros no começo do século XX

Luiz Carlos Pereira Tourinho\*

Corria o ano de 1926. Ocupava a Presidência da República o circunspecto mineiro Artur da Silva Bernardes, cuja candidatura provocara violenta reação nos meios militares - revolta do Forte de Copacabana, da Escola Militar e da Guarnição de Mato Grosso -, açulada pela campanha jornalística de Edmundo Bittencourt, no Correio da Manhã do Rio de Janeiro. O capelista Caetano Munhoz da Rocha exercia a Presidência do Estado, reeleito que fora para o quadriênio 1924-1928. Para a Prefeitura de Curitiba, nomeara o engenheiro Moreira Garcez. Finalmente, na direção da Faculdade de Engenharia, então com 12 anos de existência, reconhecida pelo Governo Federal, estava o professor e engenheiro militar major Plínio Alves Monteiro Tourinho.

Mas, o que representava o nosso Paraná na década de vinte?

Emancipado de São Paulo em 1853, era o mais jovem estado da Federação e, por que não dizer, bastante bisonho. Sua superfície, igual à de hoje - 200 mil km<sup>2</sup> - correspondia a 2,36% da área territorial do país. População orçando por 800 mil habitantes. Cidades, muito poucas. No litoral, as mais antigas: Paranaguá, Morretes e Antonina. No Planalto, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Rio Negro, Lapa, Campo Largo, Palmeira, São José dos Pinhais, Araucária, Guarapuava, Bocaiuva, Colombo, Rio Branco, Imbituva, Irati, Prudentópolis, São Mateus do Sul, São Pedro de Mallet, Serro Azul, União da Vitória, Ipiranga, Foz do Iguaçu, Jaguariaíva e Palmas, das quais, à exceção da primeira, nenhuma contava mais de 10 mil habitantes. No chamado Norte Pioneiro, Carlópolis, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina, São José da Boa Vista, Tomazina e Colônia Mineira.



Curitiba, pacata cidade de 80 mil habitantes, com raros veículos automóveis e muitas carroças coloniais, possuía poucas indústrias: a Fundação Müller, Fábrica de Pianos Essenfelder, os engenhos de erva-mate de Leão Júnior, Davi Carneiro, Viúva Macedo, Fido Fontana e outros menores, que, à tarde, enchiam o ar puro da cidade do suave odor de mate queimado.

A população divertia-se fazendo o futingue na rua XV, nos dias de verão, saboreando o chope e os refrigerantes das Confeitarias Esmeralda, Bube, Kroener e Cometa. Aos domingos, futebol no “cimento armado de madeira” do Parque Graciosa, no Juvevê, com Coritiba, Atlético, Britânia, Palestra e Savoia. Mas, o orgulho da cidade residia na sua população estudantil. Cerca de dois mil alunos nos cursos de grau médio, matriculados no Ginásio Paranaense, Novo Ateneu, Partenon Paranaense e Parodi, e mais 500 - a maioria do sexo feminino -, na Escola Normal, situada na rua Emiliano Pernetá. Além disso, 141 acadêmicos de medicina, 65 de direito, 35 de engenharia, nove de farmácia, 14 de odontologia e 20 de agronomia e química industrial. E esse orgulho explodia quando se falava da Universidade, a primeira do Brasil, fundada em 1912, depois desmembrada em Faculdades em virtude de incompreensível lei federal, que só permitia a existência de universidades em cidades de mais de 100 mil habitantes.

E o mercado de trabalho para engenheiros?

No ramo de edificações era muito difícil competir com os Bergonse, Pepino e outros construtores práticos, de larga experiência europeia, que grande serviços prestaram ao Paraná. Muito poucas eram as firmas particulares organizadas por engenheiros. O mesmo acontecia no ramo de construção de estradas. Não havia máquinas. O trabalho era feito a picareta, marrão e galeota. Famílias inteiras, como a dos Gava, dos Andretta e outras, com a experiência de pais e avós, construíam, em pequenas empreitadas, ou tarefas, o pouco que o governo oferecia: a chamada estrada do mar, para as praias, a construção do ramal carbonífero entre Tomazina e Barra Bonita, o prolongamento da ferrovia de Santo Antonio da Platina a Jacarezinho, e de Ourinhos a Cambará.

O mercado só oferecia as seguintes alternativas: professor da Faculdade de Engenharia, engenheiro da Secretaria da Viação e Obras Públicas, do Departamento de Terras, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e da Prefeitura Municipal. Na década de vinte foram construídas as Escolas Normais de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, o Sanatório e o Fórum da Lapa, o Leprosário São Roque, em Deodoro. Em 1927, o 5º Batalhão de Engenharia começou a construção da rodovia São João-Palmas-Barracão. Em 1928, os americanos iniciaram a usina hidrelétrica de Castelhanos, com 12 mW. E era só.

Então, embora o ambiente fosse de apatia e de desânimo, às 17 horas da tarde de 6 de fevereiro de 1926, o professor Plínio Tourinho convocou um grupo de engenheiros, para fundar uma associação que integrasse a classe, afim de valorizá-la e defendê-la - o Instituto de Engenharia do Paraná.

*\* Luiz Carlos Pereira Tourinho foi presidente do IEP por oito mandatos. Este texto foi publicado originalmente no relatório de gestão do exercício de 1975, às vésperas do cinquentenário do IEP.*

# As primeiras engenheiras do Paraná

BIRUTA, ENEDINA, FANCHETTE E DÚLCIA

A primeira aluna matriculada no curso de Engenharia Civil no Paraná foi Ruth Dória de Oliveira, em 1931, como conta o professor Ildefonso Clemente Puppi, ex-diretor da Faculdade de Engenharia, à página 122 de seu livro “Fatos e Reminiscências da Faculdade”, editado em 1986. Ruth obteve a segunda melhor média global entre os 32 candidatos nos exames vestibulares, cumpriu os dois primeiros anos de Engenharia, mas desistiu antes de matricular-se no terceiro.

“Passaram-se quase dez anos para que surgisse a segunda aluna, que foi a primeira a diplomarse, em 1945, Enedina Alves Marques”, revela ele no capítulo “Ex-alunas e professoras”. De acordo com o professor Puppi, “eram raras nos primeiros tempos das Faculdades as jovens que buscavam um diploma de nível universitário. Muito menos ainda as que nutriam aspirações de fazer carreira em um campo qualquer da Engenharia”.

Antes de Enedina, a Faculdade já havia diplomado 296 engenheiros civis. Em sua turma, era a única mulher, ao lado de 32 homens. A segunda a se formar na profissão foi Francisca Maria Garfunkel, filha de dois expoentes franceses residentes em Curitiba – Paul Garfunkel, artista plástico de renome, e Madame Helène Garfunkel, diretora da Aliança Francesa, que abriu as portas a bolsas de estudos na França a uma série de engenheiros e arquitetos que teriam papel importante no planejamento de Curitiba.

Francisca, ou Fanchette para a família e os amigos, casou-se com o engenheiro Karlos Rischbieter, um catarinense de Blumenau, formado pela UFPR, que presidiu o Banco do Brasil e foi Ministro da Fazenda do governo João Figueiredo. Cumpriu carreira na Prefeitura de Curitiba, notadamente no Departamento de Urbanismo e foi uma das fundadoras do Ippuc (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Teve papel importante no planejamento da

cidade a partir da criação do Plano Diretor de Urbanismo, em 1966. Morreu de câncer em 27 de agosto de 1989, aos 60 anos. Dois anos depois, o recém-inaugurado Jardim Botânico foi denominado de Francisca Maria Garfunkel Rischbieter.

A engenheira Fanchette sempre foi uma rigorosa e intransigente defensora dos princípios básicos das posturas urbanas, bastante crítica, “mas sempre pensando no futuro da cidade – e dedicadíssima ao planejamento, ao lado de outra engenheira da maior competência, Dúlcia Auríquio”, como conta o jornalista Aramis Millarch (12/7/1943 – 13/7/1992), um destacado cronista do cotidiano, em sua coluna Tablóide, na edição de 5/10/1980 do jornal O Estado do Paraná.

Dúlcia Auríquio foi a terceira engenheira civil formada no Paraná. Hoje aposentada, também participou da criação do Ippuc e foi diretora geral do Departamento de Urbanismo, cargo equivalente, na atualidade, a secretário municipal.

BIRUTA, A PRIMEIRA AGRÔNOMA

Se Enedina Alves Marques entrou para a História como a primeira engenheira civil do Paraná, e também a primeira negra na profissão, a primeira engenheira agrônoma foi Biruta Dergint Rawicz, diplomada pela Escola Agrônoma do Paraná em 17 de novembro de 1936, em sessão solene realizada no salão nobre da Universidade, na praça Santos Andrade, conduzida pelo diretor da instituição, professor Raul Gomes Pereira.

Nascida em 1º de agosto de 1898, na cidade de Mias, na Polônia, filha de Francisco e de Helena Dergint Rawicz, Biruta recebeu o diploma ao lado de seus seis colegas de turma: Astrogildo de Freitas, Ayrton da Costa Pinto, Herculano de Souza Paula, Rivadávia de Lara, Rubens Benetti e Sandoval Ribeiro Ribas. O paraninfo dos formandos foi o professor João Cândido Filho.

## ENEDINA, PIONEIRA E OUSADA



Enedina Alves Marques nasceu em Curitiba em 5 de janeiro de 1913, filha de Paulo e Virgília Alves Marques. De infância pobre, os dias se tornaram mais difíceis com a separação dos pais e a dispersão dos cinco irmãos mais velhos. Na adolescência, trabalhou como babá e, a duras penas, concluiu a Escola Normal secundária em 1931. Deu aulas em escolas de São Mateus do Sul, Cerro Azul, Rio Negro e Curitiba. Fez o curso de madureza no Colégio Novo Ateneu e um preparatório ao vestibular. Madureza era um curso de duração reduzida, um a três anos, mas intensivo, destinado àqueles que não haviam tido a oportunidade de frequentar normalmente o ginásio ou o científico (hoje ensino fundamental).

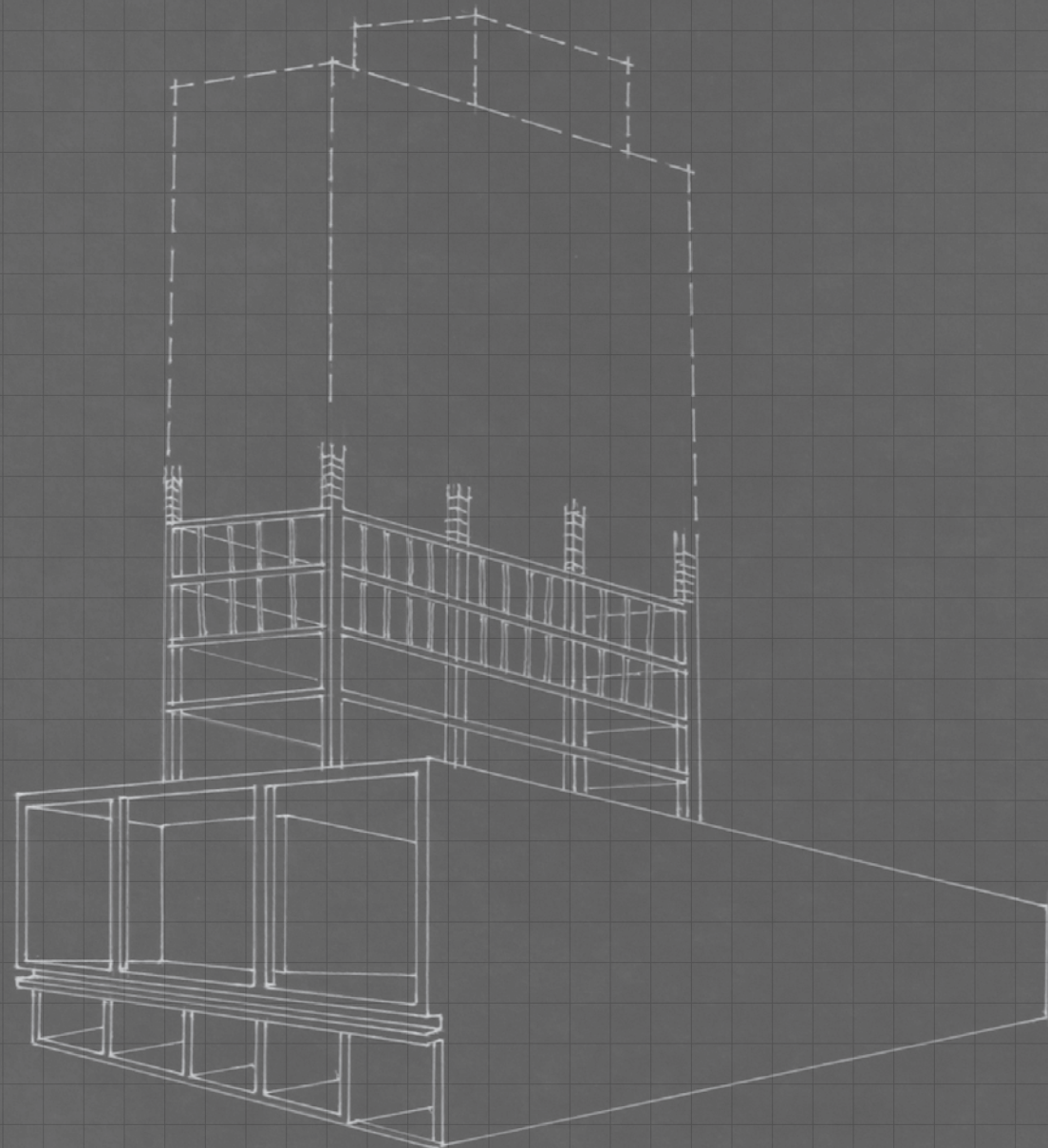
Em 1945, aos 32 anos de idade, formou-se engenheira civil pela Faculdade de Engenharia do Paraná. Começou a trabalhar na profissão na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Paraná como fiscal de obras, tendo depois ocupado diversas chefias. Foi chefe do serviço de engenharia da Secretaria de Educação e Cultura e atuou no levantamento topográfico da Usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira (atual Governador Pedro Viriato Parigot de Souza).

Em artigo para a Revista do Crea-PR, a historiadora Pura Domingues Bandeira e a professora Iara Macedo, da UFPR, destacam que, “de calças e botas – e eventualmente revólver na cintura, dependendo do lugar -, estilo nada comum para as mulheres da época (...) comandou setores importantes no Estado como engenheira fiscal e chefe de áreas como Hidráulica, Estatística e Engenharia. Ela deixou sua contribuição no levantamento de rios e construção de pontes”. Depois de se aposentar no serviço público, trabalhou em empresa de construção civil.

Enedina Marques também participou ativamente de entidades como Instituto de Engenharia do Paraná, União Cívica Feminina, Centro Paranaense Feminino de Cultura e Clube Soroptimista. Morreu em 20 de agosto de 1981, aos 68 anos, de infarto. Em Curitiba, foi homenageada no Memorial da Mulher, inaugurado em 2000, na Praça do Soroptimismo, no bairro Hugo Langue, como parte das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Em Maringá, o Instituto de Mulheres Negras chama-se hoje Instituto Enedina Marques.

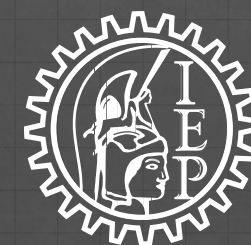
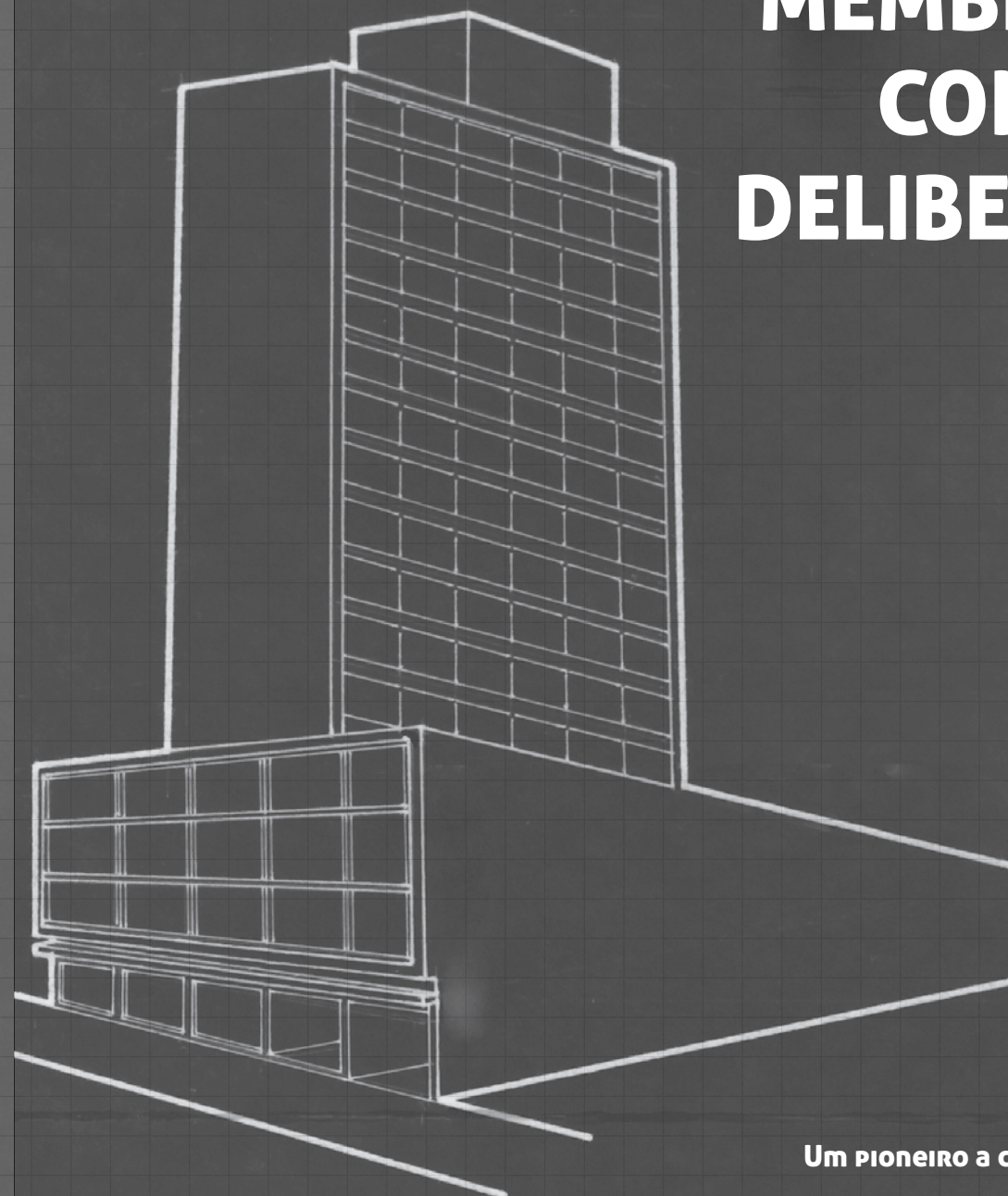
Na 63ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em 2006, Enedina teve seu nome inscrito no Livro do Mérito do Sistema Confea/Creas, dedicado aos profissionais falecidos que deram sua contribuição ao desenvolvimento tecnológico do país e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.





Instituto de Engenharia do Paraná

# MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO



INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Um pioneiro a caminho do centenário



# Conselheiros de 1963 a 1976

Relação de membros do Conselho Deliberativo do IEP, desde que o CD foi implantado, na gestão do presidente Rubens Meister, iniciada em 1963, em função da reforma dos estatutos aprovada na gestão anterior, do presidente Ivo Arzua Pereira, até 1976, ano do cinquentenário do IEP. Os nomes foram retirados das atas manuscritas da Diretoria e do Conselho. A lista está em ordem alfabética.

Agostinho Schwab  
Alcino Marangon  
Aldo Ferdinando Patitucci  
Álvaro Bittencourt Lobo Filho  
Antonio Henrique Grodzki  
Aristóxenes Dall' Stella  
Ary Veloso Queiroz  
Bernardino Campos Filho  
Carlos E. G. da Costa  
Carlos Eduardo Gouvea da Costa  
Carlos José Jorge Massuci  
Cássio Bittencourt Macedo  
Cecílio Ferreira Guarita  
Cláudio José Antunes  
Cláudio Manoel de Loyola e Silva

Clodoveu Holzmann  
Clóvis Dallegrove Silva  
Dante Bianco  
Dante Calmon de Araújo Góes  
Dirceu Correia  
Djalma Costa Palmeira  
Eros Lepca  
Fernando Niclevicz Carneiro  
Francisco Borsari Neto  
Geraldo Paulo Amaral  
Gerhard Léo Linzmayer  
Gerson Fagundes  
Guilhermino Baêta de Faria  
Guilherme Lacerda Braga Sobrinho  
Harro Olavo Müller

Hélio Brüggman de Campos  
Henrique Knopfholz  
Hilário Miers de Campos  
Hilário Weil  
Hilton Wolff Valente  
Honório Petersen Hungria Reinaldo Spitzer  
Inaldo Ayres Vieira  
Jeferson Weigert Wanderley  
João Carlos Calvo  
João Dernísio Puppi  
João Enéas Ramos de Sá  
João Ricardo Lustosa Rêgo  
João Schneider  
Jonel Chede  
José Antonio Martins  
Kamal David Curi  
Laertes B. Guimarães  
Leônidas Lopes Bório  
Lício Grein de Castro Vellozo  
Lineu Borges de Macedo  
Luiz Castelano Biscaia  
Luiz Forte Neto  
Luiz Osmundo de Medeiros Filho  
Luiz Renato Abreu Mader  
Maurício Schulmann  
Marcelino José Correia Braga  
Nelson Logullo  
Nelson de Lucca

Nelson Sousa Pinto  
Ney Fernando Perracini de Azevedo  
Ney Simas Pimpão  
Nilton Emílio Buhrer  
Nobutero Matsuda  
Odebal Bond Carneiro Romeu Paulo da Costa  
Osires Silveira Lepca  
Osmário Lopes dos Santos  
Otto Hildebrando Doetzer  
Paulo Munhoz da Rocha  
Pedro Lagos Marques Filho  
Pedro Mortensen Neto  
Pedro Nelson Costa Franco  
Quielse Crisóstomo da Silva  
Roberto Madalozzo  
Rolf Lunckmoss de Christo  
Ronald Machado da Luz  
Rubens Curi  
Ruy Cavalcanti de Albuquerque  
Sérgio Piccinelli  
Shido Ogura  
Venevêrito da Cunha  
Vicente Montanha  
Victor Hugo Peixoto Neto  
Walfrido Strobel  
Wilson Pichet Gheur  
Wilson Ribeiro de Souza  
Wolmy Bruel

# Conselheiros e diretores atuais

Venevêrito da Cunha (1947-1948)

Mário de Mári (1957-1959)

Véspero Mendes (1967-1969)

Cássio Bittencourt Macedo (1971-1973)

Ney Fernando Perracini de Azevedo (1987-1993)

Ivo Mendes Lima (1995-1997)

Volmir Selig (1997-2001)

Gilberto Piva (2001-2005)

Luiz Cláudio Mehl (2005-2009)

## Conselho deliberativo

### EFETIVOS

Djalma Rocha Al-Chueyr Martins Pereira  
(2012-2015)

Flávio Hermogenes Gaspar (2012-2015)

Hamilton Costa Junior (2012-2015)

Harry Korman (2010-2013)

Horácio Hilgenberg Guimarães (2012-2015)

Mauro Fortes Carneiro (2010-2013)

Niromar Alves de Rezende (2010-2013)

Nivaldo Almeida Neto (2010-2013)

Omar Sabbag Filho (2011-2014)

Rui Medeiros (2011-2014)

Rui Rótolo de Moraes (2010-2013)

Walfrido Victorino Ávila (2011-2014)

### SUPLENTE

Suely Vivian Taniguchi (2012-2015)

Waldir Pedro Xavier Tavares (2011-2014)

## Conselho Fiscal

(2010-2013)

Antônio Raul Macedo Loyola – Titular

Luiz Ferreira de Oliveira – Suplente

Cleber Humphreys – Titular

José Carlos Wescher – Suplente

Miguel A. Queiroz Schünemann – Titular

Luiz M. F. M. de Albuquerque – Suplente

## Conselho Diretor

(2011-2013)

### PRESIDENTE

Jaime Sunye Neto

### VICE-PRESIDENTE

Cássio José Ribas Macedo

### VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Nelson Luiz Gomez

### VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO ADJUNTO

Celso Pasqual

### VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO

Alexandre Mattar Sobrinho

### VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO ADJUNTO

Celso Fabricio de Melo Junior

### VICE-PRESIDENTE TÉCNICO

Raul Munhoz Neto

### VICE-PRESIDENTE TÉCNICO ADJUNTO

Henrique Mehl

## Diretoria de Apoio

### BANCO DE IDEIAS

Ronalt Rose

### REVISTA TÉCNICA

Alexandre Guetter

### CURSOS À DISTÂNCIA

Ramiro Wahrhafting

### DIRETOR DE ESPORTES

Felipe Nasser Daher

### RELACIONAMENTO UNIVERSITÁRIO

André da Silva Gomes

### COMERCIAL

Renato Valente

### NOVOS NEGÓCIOS

Paulo Afonso Monteiro Maranhão

### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Luciana Choma

## Conselho Político

### COORDENADOR

Roberto Gregório da Silva Júnior



# BIBLIOGRAFIA

WACHOWICZ, Ruy Christovam - Universidade do Mate – História da UFP – Curitiba 2006

PUPPI, Ildelfonso C. Puppi - Fatos e Reminiscências da Faculdade/Retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná – Curitiba 1986

NICHOLAS, Maria – Alma das Ruas, volume I – Curitiba, 1971

CRUZ, Arnaldo Alves da - João Moreira Garcez – Um homem que se superou no seu tempo – Curitiba Fundação Santos Filho

ENNES, Eliasib Gonçalves Ennes – Texto elaborado para o site do IEP

Jornais Gazeta do Povo, O Estado do Paraná e Diário da Tarde

Depoimento de ex-presidentes

Atas e relatórios do IEP

Boletim do IEP

Revista Técnica

Revista do Crea-PR

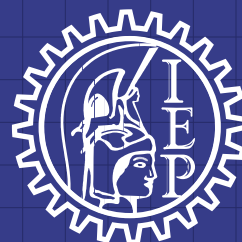
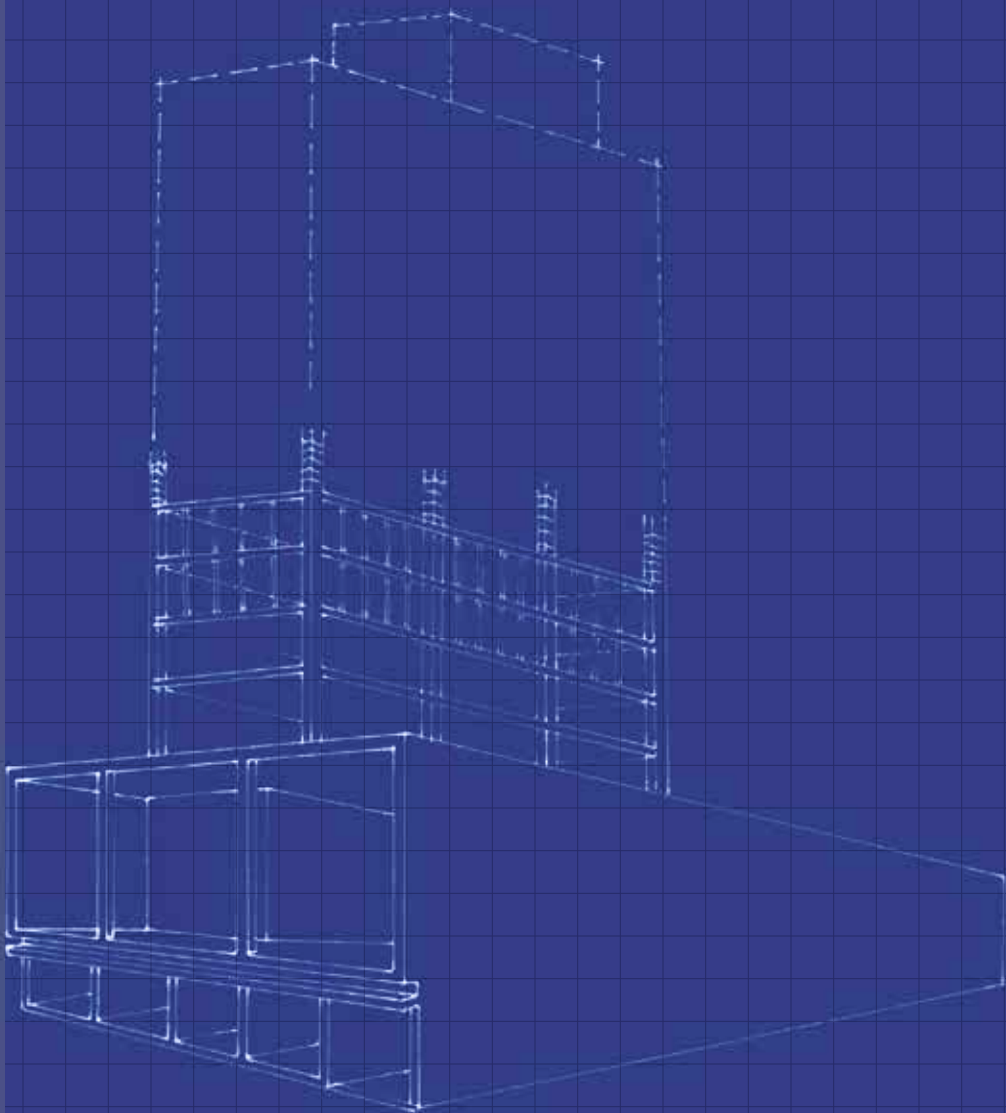
Mensageiro do IEP

Jornal do IEP

## SOBRE O AUTOR

**LUIZ JÚLIO ZARUCH** é jornalista, com atuação nas áreas de cidades, turismo e pesquisa histórica. Trabalhou em vários jornais de Curitiba (PR). Assessor de imprensa dos prefeitos Omar Sabbag, Jaime Lerner (nas três gestões) e Saul Raiz, chefe dos núcleos de Comunicação da Urbs (Urbanização de Curitiba) e da Secretaria de Estado da Administração do Paraná, secretário municipal adjunto de Comunicação Social e diretor de Turismo de Curitiba. No Instituto de Engenharia, foi assessor de Comunicação e editor do “Mensageiro do IEP” e do “Jornal do IEP”. Co-autor do livro “Do Bonde de Mula ao Ônibus Expresso” (1974); organizador do livro “Cenário Brasil”, do IEP (2007); co-autor, com o reitor Clemente Ivo Juliato, do livro “As Flores do Câmpus”, comemorativo aos 50 anos da PUCPR (2009); autor do livro “Cássio Bittencourt Macedo – Um construtor de caminhos” (2012).





INSTITUTO DE  
ENGENHARIA  
DO PARANÁ

Rua Emiliano Perneta, 174 • Centro • Curitiba • PR  
(41) 3068-9850 • [www.iep.org.br](http://www.iep.org.br)